

A MATERIALIDADE DO

LIVRO

COMO DISPOSITIVO NA

MODERNIDADE

IMPRESSO

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso
de Design do Departamento de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel em Design.*



NEILTON FELICIANO
sob orientação da
Prof^a Dra. CAMILA BARROS

CONCLUSÃO



Conclusões são mais difíceis que introduções. Conclusões exigem-nos a responsabilidade e a capacidade do fechamento, de aplicarmos-nos a isso que é nossa vã e sã racionalidade. Sorte, apesar disso, que, em dias menos confiantes, num trabalho como este, nós, pobres universitários, geralmente podemos pô-las nas últimas páginas e disfarçá-las como dois parágrafos meio enjambrados, generalistas: talvez o leitor se canse bem antes e nunca lá chegue. Esta nossa, ao contrário, colocamo-la aqui. Como Brás Cubas, começamos não pelo intróito mas pelo cabo. Se, com isso, o que desejávamos era de alguma forma quebrar as expectativas do sistema-livro, com tudo que lhe sobra de linearidade e sequencialização racional da informação, temos a quase certeza, porém, que tudo o que conseguimos foi somente correr o risco de expor a própria fragilidade da nossa lógica e a inaptidão com que conduzimos as coisas das nossas vidas. Ainda assim, o capricho nos pareceu válido.

No que concerne ao problema que delimitamos no começo deste trabalho, firmamos o entendimento de que o livro-códice, como suporte material privilegiado da informação na modernidade, capacitou-se para, em diálogo íntimo com sua fisicalidade, edificar um discurso onde a verdade, a autoridade e o exercício do poder baseava-se na disposição e apresentação racional e controlada dos textos que lhe davam lastro. Pudemos compreender que ele esteve engajado no planejamento do caminho que o leitor percorreria através do texto, ordenando, dentro de um espaço pré-fixado, as suas minúcias e regulando suas possíveis interpretações. Enquanto constrangimento material, e forma simbólica, participou, portanto, de maneira interessante na construção de métodos de articulação do pensamento, de concatenação de argumentos, uso de referências e validação do próprio saber, que o fizeram ser, na modernidade, não um objeto de uso trivial apenas, mas a manifestação material de um método particular de interação com o mundo.

Ademais, não somente a fisicalidade do códice condicionou a apresentação da informação, como a sua longa vinculação às Sagradas Escrituras na Idade Média derramou sobre sua condição material uma rede semântica que será igualmente recuperada pela modernidade como forma de fundar a sua própria autoridade. Por tudo que representa (ou representou), por tudo que empresta (ou emprestou) da sua lógica sequencial e finita ao texto, pela sacralidade que lhe habita o mais fundo da alta, o livro constituiu-se, assim, em um poderoso dispositivo para o manejo da informação. Através do seu mero formato, ou da forma como foi articulado pelas instituições que nasceram em seu redor, pôde conferir autoridade, pôde legitimar um discurso, pôde construir um cânone de textos referenciais e, inclusive, indicar um caminho “correto” de percorrê-los. Muitos, deste modo, ao adotá-lo, tentarão colocar-se nesta linha genealógica como construtores de um saber revestido de autoridade e permanência.

Isto esclarecido, estamos, com o fim desta pesquisa, muito mais conscientes da interferência que a materialidade dos suportes exerce nos sentidos das coisas que registramos. Mesmo este texto terá seu sentido condicionado pelo fato de ser apresentado em folhas amareladas, amarradas num códice, em caracteres que ainda não decidimos, próximo a alguma coisa que se assemelha a uma capa e abaixo de um título onde se lê “conclusão”. Convencemo-nos de que o mesmo texto, alterando alguns desses pormenores, poderia adquirir diversos outros significados.

Outra das coisas de que nos convencemos é que a construção de um pensamento linear e decididamente racional não é uma tarefa que fazemos com naturalidade, antes um poderoso processo a que nos submetemos como forma de nos fazermos credíveis e legítimos ao próximo. Em nosso caso, este processo se revestiu da dramaticidade que é própria de nossas personalidades convulsivas e, não fosse alguns dos constrangimentos específicos do livro, a que fizemos referência em todo o trabalho, e a voz desapaixonada da orientadora, isto aqui que findamos seria outra coisa. Menos frustrante, talvez. Ou simplesmente mais confuso.

Diversos outros pontos da influência do livro, das simbologias que carrega e dos artifícios da sua materialidade, naturalmente, por tempo e espaço, não fomos capazes de abordar. Basta dizer que escrevemos esta conclusão numa

noite calada e triste do nordeste brasileiro, onde se sente tremer assustadoramente — sinais de nossos tempos — algumas das noções que em épocas não tão distantes consideramos basilares de uma civilização. Uma delas, intimamente forjada com a presença do livro como vetor de validação dos discursos, é a própria noção de verdade. Com o bom manejo das mídias certas, hoje, já é possível construir para si — e para o outros, o que é mais grave, uma verdade sob medida. Sabemos que isso é outra discussão. Porém, continuar procurando entender como funcionam os processos de comunicação e os percursos sógnicos da informação, indissociáveis de seus suportes materiais, é muito bem-vindo em tempos de tanta confusão informacional e talvez possa aclarar-nos algumas questões de maior importância.

Neste mesmo caminho, um importante espaço para aprofundamentos futuros está em procurar entender qual o lugar que resta ao livro-códice quando a lógica que identificamos própria da “ordem do livro” concorre com a nova lógica dos dispositivos digitais, os quais, sendo suportes distintos e com possibilidades impróprias ao mundo do impresso, apresentam a informação de maneiras sobremaneira diferentes. Como colocado por Debray (1993), se o livro-códice traz consigo sempre parte da aura de um texto sagrado, fechado em si e resoluto em seus desígnios, as novas mídias não fazem menos, portanto, do que dessacralizá-lo, impondo-lhe a abertura e os caminhos plurais das textualidades em rede, além de deitar por terra os antigos processos de validação e confiabilidade das informações que se conjugavam naturalmente à cadeia de produção e distribuição do livro impresso.

No caso específico do que resta ao *design* material do livro impresso, é importante se buscar, em futuros estudos, saber o que ocorre na relação entre o corpo do leitor e o suporte de leitura, já que este último participa sobremaneira nos significados das coisas lidas. Com isso, talvez consigamos compreender melhor por que um dos espaços de satisfação mais interessantes do contato com o formato-livro é este em que a sua própria materialidade é posta em realce. Lá onde a mediação do livro e dos dispositivos que o estruturam são postos a nu, arrancados da sua transparência, ou levados a ela até o limite da sua insustentabilidade. Neste lugar, o contato com a opacidade do meio faz-se, muitas vezes, o mais prazeroso e, como leitores diligentes, é com

frequência este o nosso lugar preferido. Atuando como projetistas, entendê-lo com maior precisão pode ser uma ferramenta poderosa na conformação material dos vários suportes de leitura que nos rodeiam.

Como parágrafo derradeiro, gostaríamos de pedir desculpas pelo estilo muitas vezes afetado do texto e pelo pouco rigor científico que saltita em passagens atrevidamente retóricas para o tipo de trabalho que deveríamos empreender. A falha está toda em nós e em nossa formação conduzida por padres com fortes inclinações maneiristas. Terminamos registrando que, de uma forma ou de outra, foram muito gozosas as noites em claro que passamos estudando estes pormenores, e também todos os outros achincalhamentos que passamos em nosso processo de formação. Confirmamos que nascemos, não sabemos o porquê, com um desejo enorme, arraigado com força nesses nossos peitos fraquinhos, que nos atrai violentamente para o objeto onde recaiu o nosso estudo. Se, contudo, como dissemos em nossa introdução, tentar compreender este nosso desejo foi o motivo por que dedicamos nosso tempo a este trabalho, restou-nos óbvio que um mistério tão insondável como esse, como o é a compreensão de qualquer desejo, não se responderia com assim tanta facilidade. Mas o pouco que descobrimos, mesmo que pese muito o cinismo, alguma coisa de felizes e orgulhosos nos deixaram.

BIBLIOGRAFIA



- AGAMBEM, Giorgio. O que é um dispositivo. Revista Outra Travessia n. 5, Ilha de Santa Catarina, 2005.
- BARBIER, Frédéric. A Europa de Gutenberg: O livro e a invenção da modernidade ocidental (séculos XIII-XVI). Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 407 p.
- BAZIN, Patričk. Vers une métalecture. Bulletin des bibliothèques de France: L'écrit entre imprimé et électronique, Paris, ed. 1, p. 8-15, 1996.
- CAVALLO, Guglielmo. Entre volumen e codex. In: *Cavallo, Guglielmo; Chartier, Roger (org.)*. História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 2002.
- CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. 1. ed. São Paulo: Unesp, 1999. 160 p.
- _____. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. Estud. av., São Paulo, v. 8, n. 21, p. 185-199, Aug. 1994.
- _____. Escutar os mortos com os olhos; Estudos Avançados, 24(69), 6-30, 2008.
- _____. Inscrever e apagar: Cultura escrita e literaturas séculos XI-XVIII. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- _____. Os desafios da Escrita. Tradução: Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Unesp, 2002. 144 p.
- DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998. 351 p.
- DEBRAY, Régis. Curso de Midiologia Geral. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1993. 419 p.
- _____. Dématérialisation et désacralisation: le livre comme objet symbolique. Le Débat, [S. l.], v. 86, n. 4, p. 14-21, 1995.

- _____. Manifestos Midiológicos. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995. 220 p.
- DIRINGER, David. The hand-produced Book. Great Britain: Hutchinson's scientific and technical publications, 1953.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa moderna. Tradução: Osvaldo Biato. São Paulo: Ática, 1998. 320 p.
- FARBIARZ, Alexandre; FARBIARZ, Jaćkeline L. Do códice ao *E-book*: o texto e o suporte. In: Farbiarz, Alexandre; Coelbo, Luiz Antonio L. (org.). *Design: Olhares sobre o livro*. Teresópolis: Editora Novas Ideias, 2010. p. 113-138.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. O aparecimento do livro. Tradução: Henrique Tavares e Castro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 509 p.
- GELLRIĆH, Jesse M. The Idea of the Book in the Middle Ages: Language Theory, Mythology, and Fiction. United States of America: Cornell University Press, 1987. 291 p.
- GRAFTON, Anthony. O leitor humanista. In: *Cavallo*, Guglielmo ; *Chartier*, Roger (org.). História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 1999. v. 2, cap. 7, p. 5-46.
- HAMESSE, Jacqueline. O modelo escolástico de leitura. In: *Cavallo*, Guglielmo; *Chartier*, Roger (org.). História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 2002.
- LYONS, Martyn. Livro: uma história viva. Tradução: Luís Carlos Borges. São Paulo: Senac São Paulo, 2011. 223 p
- MANGUEL, Alberto. Uma história da Leitura . 2º. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 405 p.
- MARTINS, Wilson. A palavra escrita . São Paulo: Anhembi, 1957. 549 p.
- MCLUHAN, Marshall. A galáxia de Gutenberg. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1972.
- MCMURTRIE, Douglas C. O livro: impressão e fabrico. Lisboa: Fundação Calouste, 1963. 690 p.
- MELOT, Michel. Livre. Paris: L'oeil neuf éditions, 2006. 197 p.
- NUNBERG, Geoffrey. The place of books in the Age of Electronic Reproduction: The future of books. In: *Bloch*, Howard; *Hesse*, Carla (ed.). Future

- Libraries. California: University of California Press, 1993.
- PARKES, Malcolm. Ler, escrever, interpretar o texto: práticas monásticas na Alta Idade Média. In: *Cavallo*, Guglielmo; *Chartier*, Roger (org.). História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 2002.
- PETRUCCI, Armando. Lire au Moyen Âge. Mélanges de l'école française de Rome: Moyen Âge, Temps Modernes, Rome, ed. 2, t. 96, p. 603-616, 1984.
- ROBERTS, Colin H.; SKEAT, T.C. The birth of the codex. USA: Oxford University Press, 1987.
- SAENGER, Paul. A leitura nos séculos finais da Idade Média. In: *Cavallo*, Guglielmo; *Chartier*, Roger (org.). História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. Space between words: the origins of silent reading. California: Stanford University Press, 1997.
- SILVA, Francisco Sérgio Barbosa da. O papel do livro de mesa na sociedade do espetáculo. 2014. 129 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SOBRINO, Hipolito Escolar. Historia Social del Libro: La tableta cuneiforme. Madrid: Asociación Nacional de Bibliotecarios Archiveros Y Arqueólogos, 1974. 176 p.
- SVENBRO, Jesper. A Grécia arcaica e clássica: a invenção da leitura silenciosa. In: *Cavallo*, Guglielmo; *Chartier*, Roger (org.). História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 2002.
- DAHL, Svend. Historia del libro. Madrid: Alianza Universidad, 1994. 316p.
- THOMAS, Marcel. Introdução. In: *Febvre*, Lucien; *Martin*, Henri-Jean. O aparecimento do livro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 11-30.
- THOMPSON, Dorothy J. Cultura escrita e poder no Egito Ptolomaico. In: *Bowman*, Alan K.; *Wolf*, Greg. Cultura escrita e poder no mundo antigo. São Paulo: Ática, 1998.
- VANDENDORPE, Christian. Du papyrus à l'hypertexte: Essai sur les mutations du texte et de la lecture. Montréal: La Découverte (Paris), 1999. 259 p. E-book.

A MATERIALIDADE DO LIVRO COMO
DISPOSITIVO NA MODERNIDADE

*Relatório final, apresentado à Universidade Federal do Ceará,
como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Design*

Fortaleza, 2 de Julho de 2019

Prof. Dra. Camila Barros - Orientadora

Prof. Dra. Cláudia Teixeira Marinho

Prof. Me. Leonardo Araújo da Costa

Prof. Me. Humberto Alves de Araújo

Prof. Me. Lucas Porto de Queiroz

Por eso conviene mantener el culto del libro.
El libro puede estar lleno de erratas,
podemos no estar de acuerdo con las opiniones del autor,
pero todavía conserva algo sagrado, algo divino,
no con respeto supersticioso,
pero sí con el deseo de encontrar felicidad,
de encontrar sabiduría.



Jorge Luis Borges

CAPÍTULO I



Neste primeiro capítulo, esforçamo-nos em expor algumas das formas materiais já utilizadas como suporte do conhecimento escrito. Se compreendermos que o sentido maior na construção formal do livro é sua capacidade de registrar o conhecimento, compreenderemos, também, que a forma *livro* não nasceu fechada, única, como, às vezes, nossa proximidade cultural com o formato livro-códice pode nos fazer acreditar. Mesmo o códice, tão ubíquo e familiar, foi construído através de uma evolução e nasceu da consideração de certos desejos; tantos outros formatos, contudo, existiram antes e paralelamente a ele.

Sensíveis a isso, o que procuramos, ao iniciar este trabalho, é compreender como a diversidade desses objetos se constituiu e também como se comportaram simbolicamente. Apenas com uma base deste tipo, reuniremos algumas condições de inquirir sobre a materialidade do livro-códice e a simbologia que se lhe é atrelada na modernidade, visto que estaremos mais familiarizados e atentos aos usos e aos constrangimentos de significado a que foi submetido no passado.

A relevância do livro como matriz simbólica principia com a própria invenção da escrita. Como considera o historiador da leitura Alberto Manguel (2006), esta última foi desenvolvida como um instrumento para alcançar a crescente complexidade dos agrupamentos humanos, principalmente após o homem ter se fixado em aldeias e perdido o caráter nômade de caçadores e coletores.

Ali (ou pelo menos não muito longe dali), têm afirmado os arqueólogos, começou a pré-história do livro. Em meados do quarto milênio a.C., quando o clima do Oriente Médio tornou-se mais fresco e o ar mais seco, as comunidades agrícolas do Sul da Mesopotâmia abandonaram suas aldeias dispersas e reagruparam-se em torno de centros urbanos maiores que logo se tornaram cidades-estados. Para manter as escassas terras férteis, inventaram

*novas técnicas de irrigação e esquemas arquitetônicos extraordinários, e para organizar uma sociedade cada vez mais complexa, com suas leis, éditos e regras de comércio, desenvolveram, por volta do final do quarto milênio, uma arte que mudaria para sempre a natureza da comunicação entre os seres humanos: a arte de escrever.*¹

Como sustenta, igualmente, Manguel (2006), o comércio foi umas das primeiras atividades a colocar a necessidade de se registrar a informação. Alguns dos primeiros sinais gráficos surgiram, deste modo, como forma de se registrar valores e medidas dentro de transações comerciais. Nas palavras do próprio autor,

*Com toda a probabilidade, a escrita foi inventada por motivos comerciais, para lembrar que um certo número de cabeças de gado pertencia a determinada família ou estava sendo transportado para determinado lugar. Um sinal escrito servia de dispositivo mnemônico: a figura de um boi significava um boi, para lembrar ao leitor que a transação era em bois, quantos bois estavam em jogo e, talvez, os nomes do comprador e do vendedor. A memória, nessa forma, é também documento, o registro de tal transação.*²

O desenvolvimento da escrita foi, contudo, muito além disso: forneceu ao homem ferramentas intelectuais que o permitiram, de algum modo, através da ampliação da sua capacidade de recortar, concatenar e gerir unidades discursivas, explicar o mundo e a natureza com maior abrangência. Nesse sentido, o historiador social do livro Hipólito Sobrino (1974) conclui que o desenvolvimento da escrita:

*(...) o ajudou (ao homem), aumentando sua bagagem intelectual, a ver as relações de algumas coisas com outras; a conhecer as causas de certos eventos e fenômenos ou, pelo menos, encontrar uma explicação para eles; em uma palavra, a pensar e, consequentemente, fortalecer sua faculdade discursiva, que é o que lhe permitiu dominar a natureza e explorá-la em benefício próprio.*³

Presumivelmente, os primeiros sistemas de escrita constituíram-se de pictogramas, representações ainda bastante simplificadas de elementos da

natureza. Somente por volta do Segundo Milênio a.C, no vale dos rios Tigre e Eufrates eles deram lugar a uma escrita abstrata, atualizada por meio de signos fonéticos, cuja parição permitiu uma ampliação da capacidade da linguagem escrita em sustentar matizes de sentido e significado (MANGUEL, 2006).

Com o desenvolvimento de um código de sinais gráficos para facilitar sua comunicação e repassar o conhecimento adquirido de geração a geração, se colocou a questão sobre qual dispositivo deveria servir como suporte da nova técnica; foi preciso, a partir de então, encontrar meios materiais de salvaguardar o conhecimento, o qual se tornou tangível e codificado através do texto escrito (DIRINGER, 1953). Os objetos que se desenvolveram a partir desse desejo, projetados como suportes de comunicação, funcionaram como um espaço de memória, de guarda de informações, que antes tinham-se presas à memória particular de cada indivíduo. Cada um deles consistiu em uma extensão da memória biológica, abrindo ao homem a possibilidade de controlar um mecanismo de lembrança infinita, fácil recuperação e que se abstinha da necessidade da presença física do emissor da mensagem original.

O inventor das primeiras tabuletas escritas deve ter percebido as vantagens que essas peças de argila ofereciam sobre manter a memória no cérebro: primeiro, a quantidade de informação armazenável nas tabuletas era infinita — podiam-se produzir tabuletas ad infinitum, ao passo que a capacidade de lembrança do cérebro é limitada; segundo, para recuperar a informação as tabuletas não exigiam a presença de quem guardava a lembrança. De repente, algo intangível — um número, uma notícia, um pensamento, uma ordem — podia ser obtido sem a presença física do mensageiro; magicamente, podia ser imaginado, anotado e passado adiante através do espaço e do tempo. Desde os primeiros vestígios da civilização pré-histórica, a sociedade humana tinha tentado superar os obstáculos da geografia, o caráter final da morte, a erosão do esquecimento. Com um único ato — a incisão de uma figura sobre uma tabuleta de argila — o primeiro escritor anônimo conseguiu de repente ter sucesso em todas essas façanhas aparentemente impossíveis.⁴

A partir dos recursos naturais disponíveis no ambiente, uma miríade de objetos foi se constituindo como suporte para o escrito, estando a variação de seus usos e a sua relevância simbólica em estrita relação com a matéria de

que eram compostos e a plasticidade que assumiam. O crítico literário Wilson Martins (1957) recorda, por exemplo, o uso da pedra e do metal, como o mármore e o bronze, utilizados principalmente em inscrições solenes, cívicas e tumulares. Essa escrita epigráfica, inscrita em lugares públicos, em tamanhos monumentais e em línguas muitas vezes incompreensíveis para o grosso da população, podia, através da robustez da sua constituição e da solenidade presente em sua materialidade, servir como representante do poder, da soberania e da glória daquelas pessoas ou instituições que podiam pagar pela sua presença (CHARTIER, 2002).

Um dos suportes de informação mais antigos conhecidos, as tabuletas cozidas em argila usadas no vale dos rios Tigre e Eufrates, revelavam, da mesma forma, o seu uso por meio da materialidade que assumiam após cozidas. McMurtrie (1965) nos informa que essas placas de argila eram gravadas ainda moles, por meio de um estilete, fazendo-se marcas em forma de cunha, e depois cozidas até adquirir a consistência de um tijolo. A forma mais comum era retangular (*c.f. imagens A, B*), mas se fazia uso também de outros formatos, como o oval, e cozia-se, ainda, tabuletas especiais, onde formatos de cone, prisma, e alguns mais curiosos, como a forma de fígado de algumas tabuletas contendo escritos de caráter divinatório, servia ao caráter especial do texto a ser gravado (DIRINGER, 1953). Assim, um elemento eminente material, como o formato da peça de argila, era um aspecto já importante para a sua compreensão enquanto elemento simbólico, guiando o leitor a entender e situar com maior clareza o caráter do texto lido.

O tamanho e a forma das tabuletas são indicativos do período em que elas pertencem e, às vezes, do assunto de que tratam (...) O tipo mais comum é o retangular; Elas são, às vezes, quadradas, mas mais frequentemente oblongas e variam muito em tamanho. (...) As redondas tratavam principalmente da venda e compra de terras ou eram usadas para textos escolares. Contratos legais eram inscritos em pequenas versões oblongas, sendo ambos os lados delicadamente encerrados em envelopes de barro.⁵

Como considera o historiador David Diringer (1953), quando do uso dessas tabuletas, a escrita já estava bastante difundida em grande parte das

sociedades mesopotâmicas. Elas serviam, portanto, a fins muito diversos. Usavam-na tanto em textos de alto grau de simbolismo religioso, como também em uso ordinário. Essa ubiquidade da escrita garantia, por isso, a quem a dominava, um notório poder. Assim, uma personagem como o escriba ganhava muito em qualidade pela sua capacidade de registrar acontecimentos e — em meio a este processo — dotá-los de significado. Visto que escrever consistia em uma atividade de grande importância na ordem político-religiosa, eles logo transformaram-se em uma verdadeira Classe aristocrática, detendo, por meio da conformação dos dispositivos de escrita, considerável influência na prática cotidiana da política, da administração e da religião. Deste modo, como escreve Manguel (2006),

Escrever foi rapidamente reconhecido como uma habilidade poderosa, e através das classes da sociedade mesopotâmica emergiu o escriba. Sem dúvida, a habilidade de ler também lhe era essencial, mas nem o nome dado à sua ocupação, nem a percepção social de suas atividades reconheciam o ato de ler, concentrando-se quase exclusivamente em sua capacidade de registrar. No âmbito público, era mais seguro para o escriba ser visto não como alguém que buscava e reconstituía informações (e, portanto, que podia imbuí-las de sentido), mas como alguém que simplesmente as registrava para o bem público. Embora ele fosse capaz de ser os olhos e a língua de um general ou mesmo de um rei, era melhor não alardear esse poder político. Por isso, o símbolo de Nisaba, a deusa mesopotâmica dos escribas, era um estilete, não a tabuleta mantida diante dos olhos.⁶

Tabuletas semelhantes às mesopotâmicas foram conhecidas pelos antigos egípcios, gregos e judeus. Cortada em finas superfícies planas, e recoberta de cera ou gesso, eram chamadas pelos romanos *pugillares* (c.f. *imagens C, D*) Gravavam-se nelas por meio de um instrumento de ponta afiada, conhecido como *stilus*, o que permitia facilmente apagar e reescrever por meio do nivelamento da cera sobre sua superfície. Pela simplicidade do registro e da nova feitura do já registrado, essas tabuletas adquiriam um caráter eminentemente prático, servindo ao registro de coisas efêmeras e diversas, desde informações administrativas até bilhetes reservados (DIRINGER, 1953). Materialmente, o pugillare latino era especialmente indicado para o manuseio das mãos (DAHL,

1994). Através de uma forma cômoda e um tamanho reduzido, construía-se um espaço de proximidade entre o escrito e os leitores. Essa proximidade era tanto uma proximidade com o próprio escrito como também uma proximidade com o corpo do leitor, que se permitia, dessa forma, toques menos impositivos e um relaxamento mais natural. Assim, longe das escritas monumentais ou sagradas, a sua utilização dava ocasião a uma relação mais íntima — uma produção mais particular — da leitura e do escrito, consolidando-se um espaço para o registro de informações avizadas. Junto disto, a possibilidade sempre presente da sua reescritura reforçava o caráter fugaz que a materialidade sempre cambiante do suporte emprestava à informação.

Com um uso sensivelmente diferente, os *pugillares* conviveram com outro suporte muito importante na antiguidade: o papiro. Acredita-se tenha sido inventado no Egito antigo, por volta de 3.500 a.C, e tenha tido amplo uso no Ocidente a partir daí. O papiro era produzido por meio do caule de papiro, uma erva aquática muito fácil de se encontrar nas margens do rio Nilo (MARTINS, 1957) (*c.f. imagem E*). Era articulado em forma de rolo, formato mantido por longo período dentro do mundo antigo até a sua substituição pela estrutura de códice dos nossos livros modernos. As folhas individuais eram coladas por suas extremidades, de maneira a alcançar a extensão pretendida e o texto era escrito em uma série de colunas, chamadas, em latim, *paginae*, devendo ser lidas da esquerda para a direita (DIRINGER, 1953). São conhecidos rolos de papiros gregos desde o séculos IV a.C, porém, a maior parte dos exemplares conservados datam posteriormente ao século III a.C. Esse período comporta a anexação do Egito por Alexandre, O Grande, onde registrou-se um vigoroso florescimento da cultura grega em solo egípcio. Na capital, Alexandria, fundou-se a mais famosa biblioteca da antiguidade, cuja coleção principal reunia não menos que 700.000 rolos (DAHL, 1994). O grande fluxo de estudiosos e eruditos, atraídos pela fama da biblioteca alexandrina, realizando importante trabalho na correção, comentário, seleção e preparação de textos de poetas e escritores gregos, foi, por certo, influenciador das melhorias na manufatura do papiro e o aumento de sua produção (DIRINGER, 1953).

Quando os gregos fundaram Alexandria, os rolos que acumulava já eram símbolo de sabedoria e poder. Acumulá-los era um elemento de elevado pres-

tígio. Como coloca Manguel (2006), a biblioteca acabou fornecendo, assim, à posteridade, uma poderosa metáfora para um de seus mais insistentes desejos: reunir, em um único ponto, a totalidade do conhecimento humano, aceitando-se que o que se punha nos rolos era o que se tinha do saber do homem. A dinastia ptolomaica, que dominou Alexandria, amealhou grandes quantidades de recursos à biblioteca fortemente motivada, deste modo, pelo orgulho e a reverência que a posse de artefatos, como os depositados nas suas estantes, podia conferir (THOMPSON, 1998). O seu grande volume de material foi responsável, ainda, pelo desenvolvimento de um complexo sistema de catalogação e organização de referências, além de constituir, pela primeira vez, através de uma arquitetura e constrangimentos próprios, o espaço de leitura da biblioteca, o qual será mais tarde importado pelo Ocidente cristão (MANGUEL, 2006).

*Gente de muitos países realmente acorreu à nova capital, mas foi um tipo diferente de imigração que acabou tornando Alexandria famosa. Na época da morte de Alexandre, em 323 a. C., a cidade já se tornara o que chamaríamos hoje de uma “sociedade multicultural”, dividida em politeumata, ou corporações baseadas na nacionalidade, sob o cetro da dinastia ptolomaica. Desses grupos, depois dos nativos egípcios o mais importante era o dos gregos, para quem a palavra escrita se tornara um símbolo de sabedoria e poder. “Aqueles que podem ler, vêem duas vezes melhor”, escreveu o poeta ático Menandro no século IV a. C.*⁷

Do Egito grego, o papiro foi levado a Roma, tendo sido por muitos séculos o principal suporte de escrita no mundo greco-romano. A produção dos primeiros rolos latinos, conseqüentemente, seguiu de perto os modelos gregos. As bibliotecas romanas, com regularidade, foram instaladas em ricas *villae*, servindo ao *otium* e ao recreio de cultos nobres cidadãos romanos. Difundiu-se, além disto, um *volumen* latino de alta qualidade, destinado a um público de leitores instruídos. O interesse por esses *volumina*, meticulosamente cuidados, estava ligado de perto a sua qualidade editorial e aos dispositivos que eram neles incluídos para facilitar a sua leitura (CAVALLO, 1997).

Já desejado por Cícero e descrito por Catulo, difunde-se nessa época o novus liber, o volumen literário latino de alta qualidade, destinado à leitura culta, inspirado em modelos

*gregos como os que há muito já eram vistos no mundo helenístico e durante o período que vai do final da República até o início do novo regime. Eles começaram a ser produzidas também na Itália, segundo provam os rolos gregos encontrados em Herculano; papiro de primeira qualidade e de primeiro uso, cuidada paginação do escrito, escritas precisas e às vezes elegantes, texto correto, uso de iniciais diferenciadas e de tipos diferenciados para o nome do autor e o título da obra ao final de cada unidade, hašte para desenrolar o volumen.*⁸

Aspectos de maior ou menor cuidado material eram questões, portanto, que podiam situar os textos dentro de uma hierarquia do conhecimento, tendo uns lugares cativos nas bibliotecas particulares da nobreza, enquanto alguns outros eram entregues à *multidão de consumidores dos banquinhos dos livreiros*.⁹ Logo, conforme Cavallo (1997), a um dado momento, o livro e a leitura, estiveram profundamente inseridos no mundo de representação que distinguíam os grupos sociais. Mesmo que já se insinuasse um público de leitores médios, o livro estava, em primeiro lugar, associado aos círculos aristocráticos cultos. Manifestar possuir vastas bibliotecas particulares e ter acesso ao conhecimento escrito podia consistir em uma exteriorização do poder reservado a grupos sociais específicos.

O papiro terá sua hegemonia compartilhada, em seguida, com o pergamino (*c.f. imagem F*), até ser substituído definitivamente pelo novo material (MARTINS, 1957). Como coloca o historiador dinamarquês Svend Dahl (1994), um fato reportado recorrentemente na historiografia do livro, que explica o seu desenvolvimento, relata que, em começos do séc. II a.C, o faraó egípcio Ptolomeu Epifânio, enciumado com o crescimento da biblioteca fundada por Átalo I, na cidade de Pérgamo, no noroeste da Ásia Menor, cuja importância já dava sinais de rivalizar com a biblioteca de Alexandria, proibiu a exportação do papiro, desejoso de obstaculizar o crescimento da biblioteca rival. Como o Egito era o principal produtor do papiro, em Pérgamo, foi necessário a criação de um novo material que conseguisse substituí-lo.

(...) as histórias do livro costumam repetir que Ptolomeu Epifânio, desejando combater a biblioteca de Pérgamo, criada por Eumênio II (197-158 a.C), que se mostrava perigosa rival da de Alexandria, proibiu a exportação do papiro. Com isso, teria obrigado os

*engenhosos habitantes de Pérgamo a inventar um novo material de escrita, extraído de peles animais, donde o nome membrana pergamena, pergamenum, pergaminho, que se lhe deu, depois de preparado, e cuja primeira menção se encontra num édito de Diocleciano, De pretiis rerum venalium, do ano 301.*¹⁰

Ainda que se considere essa narrativa como falsa (DIRINGER, 1953; MARTINS, 1953; DAHL, 1994), podemos, através dela, enxergar como o status elevado do livro podia justificar contendas pelo seu controle. O desejo em destruir uma rival potencial, une-se, deste modo, ao interesse da Biblioteca Alexandrina em continuar como referência única na acumulação e conservação do saber antigo. Lutava, assim, pela manutenção de sua condição de domínio sobre o conhecimento escrito, o que revela o alto grau de simbolismo envolvido na posse material de artefatos como os manuscritos em rolo.

O pergaminho era produzido através de pele de cordeiro, cabra ou terneiro. Primeiro, eliminavam-se os pelos, raspava-se a pele e macerava-a com água de cal para eliminação da gordura. Depois, usava-se gesso e pedra-pome para dar-lhe polimento e tornar sua superfície lisa e própria ao escrito. Quando findo, o novo material tinha a superfície muito prestável à escrita, sendo suave e lisa, e possibilitando, inclusive, o uso de ambos os lados da folha, além de deter a vantagem de superar o papiro em durabilidade. Se feito com pele de terneiro, bezerro recém-nascidos ou natimorto, alcançava uma superfície ainda mais delicada e alva, o velino, dedicada a edições luxuosas (DAHL, 1994) (*c.f. imagem H*).

Segundo Dahl (1994), uma vez disponível o pergaminho, percebeu-se que era possível articular as suas folhas da mesma forma como eram articuladas as pequenas tabuletas de madeira que os romanos utilizavam para o registro de textos rápidos, os pugillares. Inspirado nisso, as folhas de pergaminho foram costuradas em cadernos e presas entre si por meio de uma lombada (*c.f. imagem G*). Pela sugestão do formato, este primeiro códice de pergaminho foi, inicialmente, usado como substituto para os próprios *pugillares*, associando-se ao seu caráter modesto (DIRINGER, 1953). O seu sucesso, porém, repercutiu profundamente na forma de sustentação do conhecimento escrito. Através dele, se consolidará o formato-padrão do livro moderno.

Se as classes cultas do mundo grego-romano, acostumadas ao livro-rolô de papiro, rejeitaram-no por algum tempo, ele foi, por outro lado, rapidamente adotado pelas incipientes comunidades cristãs (CAVALLO, 1998). Os motivos que levaram os primeiros cristãos, em Roma, a adotarem o formato de códice para a veiculação de seus escritos, e o bom êxito que terá doravante como formato padrão do livro ocidental, são questões bastante delicadas, e debatidas com paixão por quem já cuidou do tema. Nada obstante, mesmo que nenhuma se pretenda como totalmente exata, achamos importante oferecer algumas hipóteses que possam constar de uma enumeração de possíveis causas para o êxito do códice junto à religião cristã. Recolhemo-las do trabalho de dois estudiosos britânicos, Colin H. Roberts (1984) e T.C Skeat (1984), que, em trabalho específico, delas se ocuparam. São algumas: a economia que o novo formato oferecia, tanto por permitir um uso maior do espaço para escrita, possibilitando, inclusive, o uso de ambos os lados da folha, como também pelo preço mais vantajoso de seus insumos; a praticidade de seu formato compacto, que permitia um fácil armazenamento e transporte; a possibilidade de reunir textos diversos em um único objeto e promover análises conjuntas; a portabilidade e a facilidade de seu manuseio, principalmente quando comparado com o rolo; e a aptidão para trabalhar a referencialidade, o que importava a uma religião, como a cristã, cujos textos eram diversos e esparsos (ROBERTS ET SKEAT, 1998).

Com o códice em pleno uso, o cristianismo passou a ter cada vez maior influência na sociedade e nos costumes, principalmente após o império romano começar a se fragmentar, causado pela invasão de várias tribos bárbaras em suas fronteiras. Isso acabará por constituir a Igreja Católica no agente dominante dentro do espaço de produção onde se organizará o livro durante o período medieval (DAHL, 1994).

Através de suas instituições eclesiásticas e comunidades religiosas, ela deteve, nesse período, uma singular importância na conservação e produção de livros. Guardou para si quase o monopólio do acesso à cultura escrita, abrangendo a sua consulta, estudo, guarda e fabricação. Como informa-nos Dahl (1994), através dessa atividade, *se estabeleceu (...) uma continuação da vida espiritual que — por mais profundo que fosse seu matiz religioso - significou*

(...) *uma continuação da vida espiritual da era clássica.*¹¹ Numa situação em que se convivia com altos níveis de analfabetismo, alguns mosteiros medievais, após o declínio das cidades antigas, tornaram-se verdadeiros centros privilegiados de sobrevivência e desenvolvimento da cultura escrita. Dentro de suas bibliotecas, o saber antigo, recolhido por meio de alguns de seus exemplares escritos, foi guardado e mantido sob o olhar vigilante das autoridades eclesiais.

O cristianismo agregou às simbologias do livro a particular relação que mantinha com seus textos sagrados. Para o homem cristão, o conhecimento de Deus e o enriquecimento da alma a partir da consciência de seus desígnios passava tradicionalmente pela interpretação e o estudo cuidadoso dos textos sagrados e das autoridades reconhecidas que labutaram em comentá-los (PARKES, 2002). A Bíblia é o exemplo mais fácil dessa relevância do escrito. Assim, como coloca Parkes (2002),

*Professores e escritores cristãos haviam aplicado esta tradição de conhecimento gramatical na interpretação das Escrituras e, em decorrência, estavam intimamente associadas, em todos os níveis, à educação religiosa e à instrução literária. Essa situação era diferente da encontrada na Antiguidade pagã, em que a alta cultura era privilégio de uma elite social. Nestas novas circunstâncias, todos os cristãos que soubessem ler eram exortados a fazê-lo e “a todos que aspirem assumir o título de monge não mais será possível tolerar que continuem ignorantes na leitura”. Como viria sublinhar mais tarde Dodana, em obra escrita para o seu filho, aprende-se a respeito de Deus a partir da leitura dos livros. A razão de ser da leitura era a salvação da própria alma, e tão forte motivo encontrava reflexo nos textos que eram lidos.*¹²

Com isso, fica mais claro perceber que, em uma sociedade quase que totalmente iletrada, a manutenção do saber escrito, fisicamente manifestado nos livros, sob o controle e a supervisão diligente da classe clerical era uma ferramenta muito útil na provisão da autoridade e do poder simbólico da Igreja Católica. Assim, ela conseguia garantir controle da interpretação dos preceitos divinos e conservava-se como a autoridade nos seus julgamentos públicos. Única intérprete autorizada, e, de fato, única capaz de transcodificar

o *verbum divinum*, erguia-se reguladora dos anseios, das práticas diárias e dos pensamentos daqueles que restavam sob sua dependência.

Por conta disto, a cópia de livros adquiriu uma grande importância dentro dos mosteiros medievais. Os monges foram responsáveis pela transcrição assídua de livros antigos e essa atividade produziu um dos artefatos mais característicos da cultura monástica: o manuscrito. As abadias e monastérios mais importantes contavam com uma sala reservada à sua cópia, chamada *scriptorium*, onde os monges punham-se ao serviço da transcrição de textos (DIRINGER, 1953). A sua fabricação estava, assim, dentro do imaginário medieval, muito além de um labor técnico, revestindo-se com uma aura de penitência e de ascensão ao sagrado. Melhor dito por Martins: *Mais do que um simples trabalho de ordem material, a cópia de manuscritos assumia foros de exercício espiritual, capaz de aprimorar virtudes e de realçar os merecimentos sobrenaturais dos monges.*¹³ A atividade de sua feitura era, por conta disto, cuidadosamente regulada e refletia os matizes simbólicos que eram acionados tanto no esforço de sua produção quanto na materialidade do objeto acabado.

Os exemplares mais bem provisionados eram cuidadosamente materializados, valendo-se do uso de diversas pedras e metais preciosos. Esse tipo de encadernação, elaborada e dispendiosa, reforçava o seu caráter enquanto objeto reverencial, status que recebia diretamente do caráter sagrado do texto inscrito, e era empregada, entre outras situações, na decoração de Bíblias e livros litúrgicos (DAHL, 1994). Da mesma forma, dois outros de seus elementos mais característicos, as iluminuras e as miniaturas, também participavam da sua constituição enquanto forma do sagrado e convergiam para o seu alto apreço material e simbólico (*c.f. imagem 1*). As miniaturas eram espécies onde as iluminuras eram gênero; as primeiras eram rubricas de letras iniciais, geralmente gravadas em conjunto com elementos de fantasia, e fazendo-se uso de uma tinta rubra, composta de mínio e cinabre, enquanto as segundas representam toda a ornamentação, figurativa ou fantasiosa, desenhada na página, contando com uma amplitude bem maior de temas e cores (MARTINS, 1953).

Acompanhando o texto, as iluminuras ofereciam uma alternativa imagética à experiência de apreensão do divino. Considerando que o acesso ao conhecimento escrito era limitado, a mediação do conhecimento de Deus através

da imagem foi à Igreja Católica uma excelente ferramenta de propagação de sua mensagem a públicos mais amplos. Por meio dela, conseguiu-se pôr o leigo a par dos assuntos da fé e comovê-lo por maneiras que a retórica e a estética do escrito não alcançavam. Suas cores resplandecentes e a elaboração de suas formas, deste modo, além de mesmerizar os leitores pelo seu vigor estético, prestavam um bom serviço à Igreja como ferramenta pedagógica, usada com habilidade para a evocação de sentimentos e a narração de temas religiosos (NOGUEIRA, 2011) (*c.f. imagem 1*)

Com o avançar do período medieval vê-se, contudo, crescente a demanda por livros e textos. A produção estritamente ligada à Igreja, intimamente ligadas ao trabalho individual de copistas e iluminadores, não conseguia supri-los. A partir do séc. XII, as nascentes universidades foram pouco a pouco ganhando espaço na fabricação de manuscritos, tornando-se, junto aos mosteiros, fortes produtores e organizadores de acervos bibliográficos. Estes acervos eram necessários para o estudo e a consulta dos estudantes que frequentavam os novos centros de ensino.

Ao longo dos sete séculos que decorreram desde a queda do império Romano até o século XII, foram realmente os mosteiros e, acessoriamente, o conjunto dos outros estabelecimentos eclesiásticos que conservaram o monopólio quase integral da cultura livresca e da produção do livro. Não é menos certo, por outro lado, que a partir do final do século XII interveio uma profunda modificação e que as transformações intelectuais e sociais, traduzidas especialmente pela fundação das universidades e pelo desenvolvimento da instrução entre os leigos, ao mesmo tempo que se formava uma nova classe burguesa, tiveram repercussões profundas nas condições em que os livros eram compostos, escritos, copiados e difundidos.¹⁴

Esse movimento permitiu uma descentralização dos ofícios do livro, empregando-se, a partir de então, uma maior porcentagem de mão-de-obra secular na sua confecção. O comércio de livros que se desenvolveu em torno de instituições como a universidade constituiu-se já em um sinal da revolução que a imprensa e a difusão do papel vai operar no *status* do livro (THOMAS, 2000).

¹ MANGUEL, 2006, PÁG. 206.

² MANGUEL, 2006, PÁG. 206.

³ SOBRINO, 1974, PÁG. 14 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *le ayudó, acrecentando su bagaje intelectual, a ver las relaciones de unas cosas con otras; a conocer, o al menos a encontrar una explicación de ellas, las causas de determinados hechos y fenómenos; a pensar, en una palabra, y consecuentemente a potenciar su facultad discursiva, que es lo que le ha permitido el dominio de la naturaleza y su exploración en provecho propio.*

⁴ MANGUEL, 2006, PÁG. 207.

⁵ DIRINGER, 1953, PÁG. 84 [TRADUÇÃO LIVRE] *The size and shape of the tablets are sometimes indicative of the period to which they belong, sometimes of the subject-matter with which they deal (...) The commonest type of clay is rectangular; these tablets are sometimes square, but more frequently oblong, and varying greatly in size. (...) The round tablets dealt mainly with the sale and purchase of land or were used for school texts. Legal contracts were inscribed on small oblong tablets, both sides being slightly enclosed in clay envelopes (...)*

⁶ MANGUEL, 2006, PÁG. 208.

⁷ MANGUEL, 2006, PÁG. 215.

⁸ CAVALLO, 2002, PÁG. 75.

⁹ CAVALLO, 1997, PG.77.

¹⁰ MARTINS, 1998, PÁG. 65.

¹¹ DAHL, 1994, PÁG. 52 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *se estableció (...) una continuación de la vida espiritual que – por muy hondo que fuese su matiz religioso – significó (...) una continuación de la vida espiritual de la edad clásica.*

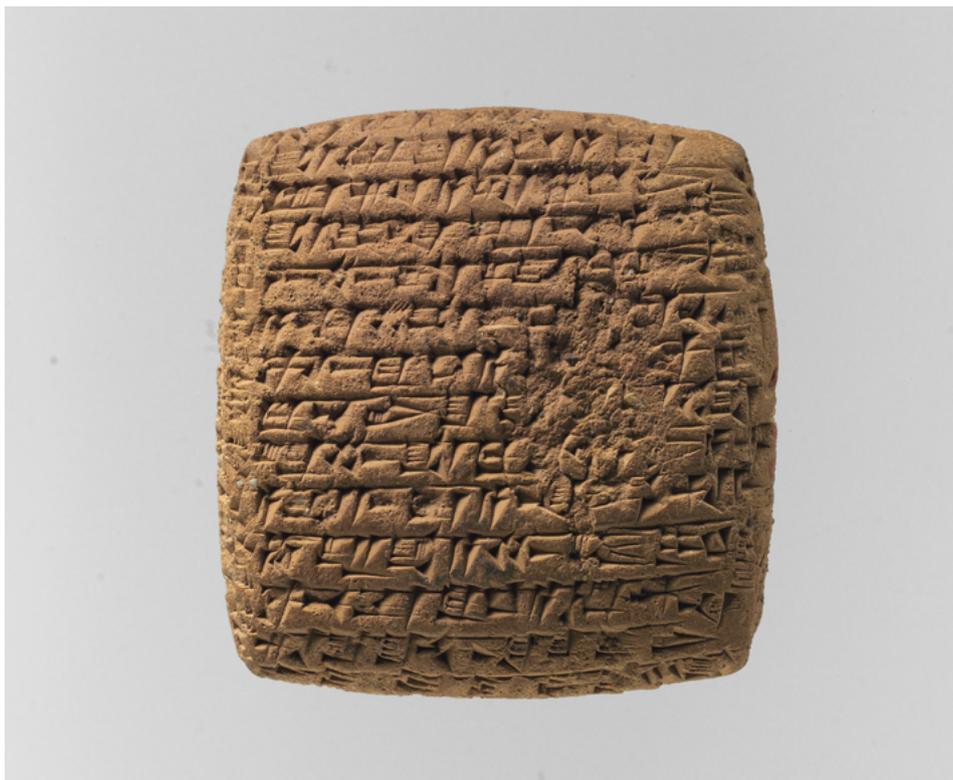
¹² PARKES, 2002, PÁG. 104.

¹³ MARTINS, 1998, PÁG. 98.

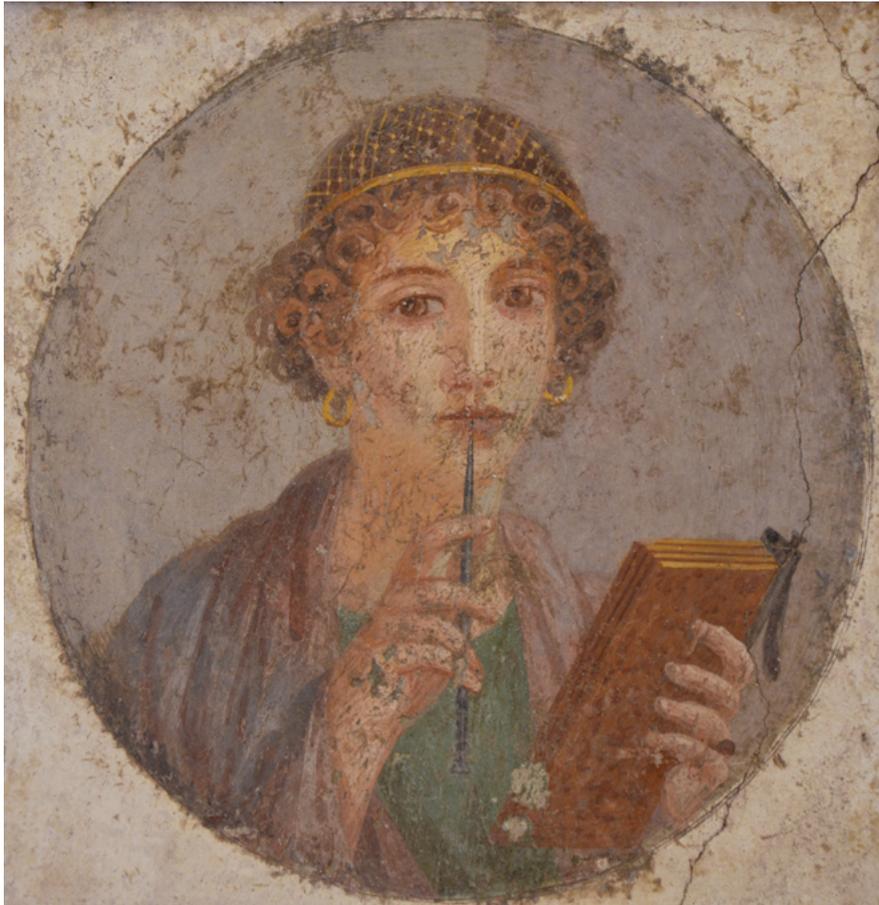
¹⁴ THOMAS, 2000, PÁG. 22.



a. Carta privada: tabuleta cuneiforme com envelope de argila e tabuleta menor no interior, aprox. Sec. XX - XIX b.C.



b. Tabuleta em Argila com escrita cuneiforme, aprox. Sec. XX - XIX b.C.



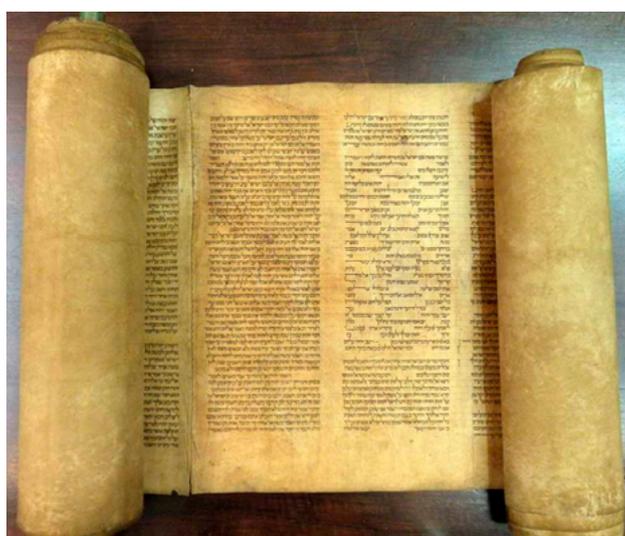
c. Detalhe de um afresco encontrado em Pompeia, onde se vê representada uma mulher que, com umas das mãos, traz um *stilus* aos lábios enquanto, com a outra, despreocupadamente manipula uma tableta de cera. Os *pugillares*, como eram conhecidas essas tabletas de cera no mundo romano, permitiam uma prática de leitura menos formal e mais flexível que os rolos de papiro.



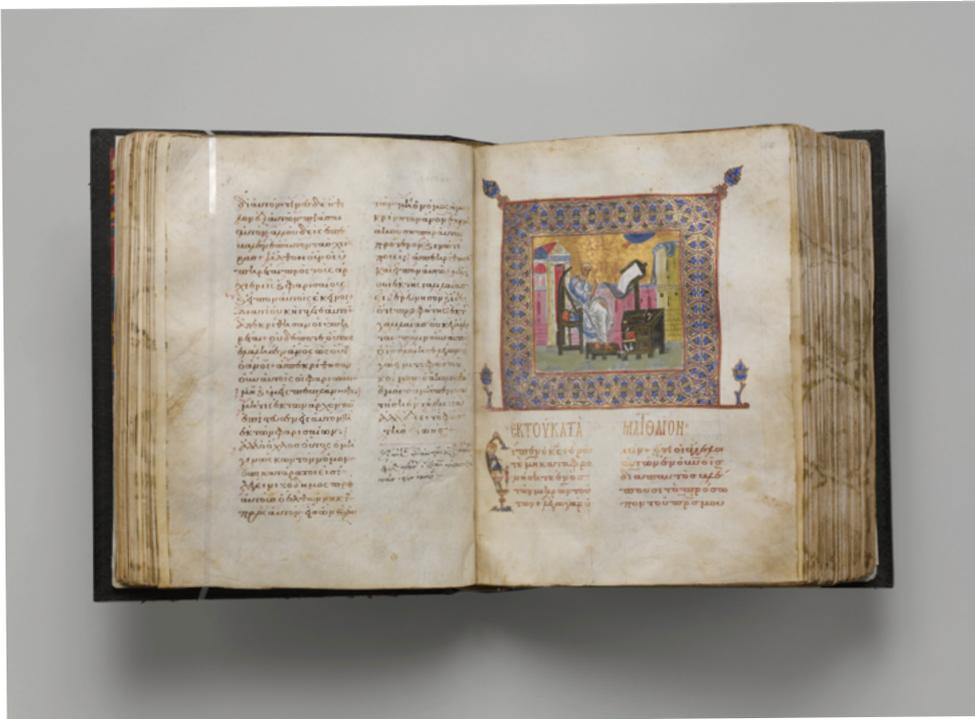
d. Tableta de cera romana.



e. Detalhe de um Livro dos Mortos egípcio em papiro, para a honra de Nany, cantora do Deus Amon, 1050 b.C.



f. Rolo de Pergaminho datado do séc. XII.



g. lecionário em pergaminho, escrito em grego, e provavelmente comissionado para a Basílica de Santa Sofia em Constantinopla, aprox. 1100 a.c.



h. Livro de Horas iluminado em Velino, aprox. 1400 a.C.



i. Página de um Livro de Horas iluminado com o tema da Anunciação à Virgem Maria, aprox. 1485–90 a.C.



j. Manuscritos do séc. xv iluminado com miniaturas, aprox. 1470.

CAPÍTULO II



Neste capítulo, ocupar-nos-emos, fundamentalmente, com o arrebol da imprensa na Europa entre o Séc. xv e o Séc. xvi. A passagem do códice manuscrito, reservado a um escol ainda muito estreito durante a Idade Média, para o códice impresso, alargando a sua produção e difusão, parece-nos importante porque permite entender a nova posição que o livro pôde ocupar na modernidade, compreendendo as mutações e permanências simbólicas patentes numa mudança técnica importante como foi a introdução da prensa de caracteres móveis no comércio do livro e das formas simbólicas que a ele se atrelaram.

O surgimento da imprensa, na Europa católica, em meados do Séc. xv, não ocorreu *ex nihilo*. Para que se efetivasse, pressupôs um conjunto de inovações técnicas, novas formas, redes e centros de comércio, para não citar as complexas reorientações de pensamento ou as alterações nas condições sociais e políticas que todo o processo demandou. Geralmente, coloca-se todo este processo na conta de um alemão: Johannes Gutenberg. O que fez Gutenberg, contudo, em um momento economicamente e culturalmente propício, foi reunir um caldeirão de esparsos aperfeiçoamentos técnicos em torno de um método de reprodução por meio de matrizes móveis, cuja vantagem foi a de permitir o contínuo reagrupamento e reaproveitamento de caracteres previamente gravados em metal (BARBIER, 2008) (*c.f. imagem M*). Como considera Dahl (1994), se coloca Gutenberg comumente como principal personagem neste processo porque foi ele capaz de assegurar a eficácia técnica e econômica do novo método. Em suas palavras: *Gutenberg deve continuar a ser considerado o pai da imprensa, já que foi ele quem concebeu a construção de um instrumento prático de fundição para a produção de tipos e com ele possibilitou o emprego eficaz do método.*¹ Credita-se a Gutenberg, ademais, ter desenvolvido uma nova liga metálica, que permitiu a punção eficaz das matrizes metálicas e uma fórmula nova para a tinta de impressão, mais viscosa e adequada à violência da prensa.

A inovação técnica, para o historiador, não resulta de um desenvolvimento unívoco. Em

torno de um determinado problema (no caso que nos interessa, será a multiplicação das imagens e, depois, dos textos), as tentativas se multiplicam em todas as direções. Pouco a pouco, os processos mais eficazes tendem a se impor, segundo uma lógica serial: a cada etapa, abrem-se possibilidades diversas, mais ou menos eficazes no plano técnico e mais ou menos viáveis no plano econômico, e cada escolha feita desloca o campo das possibilidades futuras. Por outro lado, a inovação implica não invenções isoladas, mas sistemas mais complexos. O “sistema Gutenberg” tem por objeto, certamente a imprensa, a normatização dos caracteres e sua fabricação em série, mas também o papel, a técnica de fabricação na tipografia (reunir todos os elementos que constituem um conjunto coerente, a tinta, o material), as práticas de fabricação e, com o passar do tempo, toda uma nova “economia” global, a do impresso.²

Entendido, deste modo, que o desenvolvimento da imprensa não foi um fato isolado, uma das principais questões que se precisou tratar para assegurar sua viabilidade econômica foi a superação da limitada produção de pergaminho, suporte com que se vinha comumente confeccionando o manuscrito na Idade Média. O surgimento na Europa da técnica de produção do papel, importada da China, foi, neste sentido, muito importante como forma de se resolver o gargalo na produção de pergaminho. Por ser produzido com menos custos, a sua disponibilidade permitiu sustentar o aumento de produção viabilizado pela imprensa e, com isso, alargar a produção e distribuição do livro para muito além dos círculos monásticos (FEBVRE ET MARTIN, 2000).

No plano cultural, o surgimento da imprensa colidiu com um crescente aumento na busca e interesse por material escrito durante a fase final do período medieval, onde as condições econômicas possibilitaram o desenvolvimento de um mercado potencial. Com efeito, os nascentes círculos burgueses, ligados ao reavivamento das cidades e o florescimento de ocupações dissociadas dos ofícios religiosos, como o direito e a medicina, juntamente com o surgimento das universidades e a irradiação dos ideais humanistas, solicitaram uma forte demanda por textos. Textos os quais, o mais das vezes, se conservavam em repartições religiosas de difícil localização e acesso restrito, como os mosteiros e abadias (FEBVRE ET MARTIN, 2000).

Outras circunstâncias convergiram para o surgimento do tipo móvel na Alemanha em

meados do século XV. A procura por livros estava crescendo. A erudição humanista e a difusão das universidades criaram um crescente mercados de livros entre as elites seculares e religiosas. A ascensão das cidades e dos centros comerciais criou outro mercado consumidor na forma de instituições jurídicas, administrativas e burocráticas, com grande procura de material impresso.³

Como defende Thompson (2002), através da imprensa, conseguiu-se, deste modo, fazer circular — muitas vezes, verdadeiramente exumar — várias obras de autores antes inacessíveis. Elas alimentaram um crescente interesse pelo pensamento da antiguidade. Pelo incremento na produção do livro, primeiro na Itália, depois por toda a Europa, um conjunto cada vez mais amplo de entusiastas puderam ter, assim, acesso a textos antes perdidos ou mantidos reservados em bibliotecas monásticas. O contato menos dificultoso com o pensamento de autores antigos se somará a um já efervescente ambiente cultural, contribuindo a solavancar traços importantes do pensamento medieval e impulsionar o nascente movimento humanista (THOMPSON, 2002).

Se a organização e a proteção do conhecimento, veiculado através do manuscrito medieval, eram atividades cuidadosamente observadas e controladas pelo poder cristão instituído, o florescimento da imprensa funcionou como uma resposta a um desejo que solicitava a ampliação do acesso à cultura escrita. Por meio de uma ferramenta que multiplicava os exemplares de um livro a uma velocidade e a uma quantidade que nenhum calígrafo poderia igualar, alguns textos da antiguidade e várias obras cristãs antes reservadas a uma casta muito restrita de eclesiásticos, puderam atingir um público muito mais amplo de leitores.

Rapidamente cooptada pelo nascente movimento humanista, por cientistas e entusiastas, por religiosos, pela própria Igreja Católica e, inclusive, seus reformadores e pelos novos profissionais citadinos, nascidos em conjunto com o florescimento das cidades no séc. xv, a imprensa logo erigiu um promissor mercado, por meio do qual pôde escoar a produção sempre crescente de livros e publicações impressas. Será notável, doravante, a sua influência e a sua associação em boa parte das mudanças maiores que agitaram o pensamento de fins do séc. xv e início do séc. xvi: um momento crucial na passagem da efer-

vescente imaginação medieval para a razão moderna, ocasião onde a Europa viu derrapar o antigo sistema feudal que acompanhou toda a Idade Média e surgir os modernos estados-nações, com seus limites territoriais, econômicos e políticos muito bem definidos.

O livro impresso tornou-se o centro de um novo espaço de circulação, gestão e produção do conhecimento. Por meio dele formas simbólicas puderam ser compartilhadas com uma efetividade nunca antes igualada e a públicos muito mais vastos. Ele saiu do espaço meticulosamente controlado das bibliotecas monásticas e passou a organizar, através da produção e disseminação sem precedentes de textos, a vida ordinária, reestruturando, deste modo, o modelo anterior de relação com o conhecimento escrito.

A abertura por meios das mídias provoca uma ebulição de que se beneficiam humanistas e eruditos, mas que vem acompanhada também pela afirmação de novas práticas de leitura, de uma escala diferente de valores e, com o tempo, de uma reorganização completa do modelo do conhecimento. Na antiguidade e na Idade Média, a ordem do mundo se desenvolve de acordo com um sistema concêntrico e fechado sobre si mesmo que, com o cristianismo, organiza em torno de Deus os círculos sucessivos da Criação (...) O aumento do número de livros e a mudança de status do texto representam uma ameaça de desintegração (...).⁴

Neste sentido, como considera a historiadora da imprensa Elizabeth L. Eisenstein (1998), ao se esforçarem em difundir o pensamento antigo através de impressos, os humanistas acabaram construindo, como exemplo, novas sociabilidades no mundo do livro, que tiveram impacto muito além de suas fronteiras. Como impressores, reuniram em torno de si um amplo espectro de estudiosos, artistas, eruditos e estadistas (FEBVRE ET MARTIN, 2000). Dentre suas atividades, estavam selecionar obras e autores para publicação, empregar bons corretores e revisores no preparo do texto e cuidar para que a oficina de impressão produzisse exemplares materiais de excelente qualidade. Para Eisenstein (1998), este espaço inédito de produção do livro, no qual o impressor-livreiro ocupava um papel aglutinador, aproximando atividades intelectuais e manuais, antes separadas, em um único espaço, fertilizou um dos caracteres mais distintivos da cultura renascentista (*c.f. imagem L*). Como

coloca a própria autora,

O novo modo de produzir livros não se limitou a chamar a atenção dos filósofos para o trabalho dos artífices, e vice-versa. Também aproximou os ratos de biblioteca e os mecânicos fisicamente, como colaboradores na mesma oficina. Na figura do mestre-impresor, ele produziu um “homem novo”, que era perito igualmente em lidar com máquinas e comercializar produtos, ao mesmo tempo que editava textos, fundava associações culturais, promovia artistas e autores ou fazia progredir novas formas de coletar dados e diversos ramos de disciplinas eruditas. A variedade dessas atividades, não só intelectuais como práticas, de que se ocupavam as mais famosas firmas do século XVI é, em si mesma, impressionante. Clássicos gregos e latinos, livros de direito, traduções da Bíblia, obras de anatomia, livros de aritmética, herbários, volumes de versos belamente ilustrados — tudo isso, saído da mesma oficina, só pode ter resultado de encontros férteis das mais diversas naturezas.⁵

Estes caracteres distintivos trazidos pela imprensa foram, para Eisenstein (1988), igualmente fundamentais para o desenvolvimento e consolidação do pensamento científico. Com a imprensa, as obras científicas de autores da antiguidade se tornaram muito mais acessíveis. Através delas, o incipiente pensamento científico teve à sua disposição a possibilidade de acessar conhecimentos de origens distintas, manipular autores separados no tempo e no espaço e comparar os resultados a que cada um chegou. Como sustém Eisenstein (1988), esta possibilidade foi um fertilizante e ajudou a empurrar os limites da ciência muito além do estreito pensamento medieval.

Além disto, com os novos usos dados aos livros, à leitura e aos textos, seu caráter prático e utilitário foi bastante evidenciado, visto que se lia, dentro do novo contexto, não somente como experiência religiosa, mas para se instruir, para fazer ciência, pelo prazer ou para procurar a resolução de um problema qualquer; sob esse ângulo, o livro passou a ser cada vez mais compreendido como uma mercadoria, o que o separava das conotações extremamente religiosas que eram reservadas ao manuscrito medieval.

Em suma, com a imprensa, o livro tornou-se uma mercadoria, mas essa condição converte-o em um objeto de reação entre o mundo dos produtores e o dos usuários. O produto

constitui como tal um espaço de inovações porque nele se defrontam as dificuldades e as dinâmicas que animam o campo dos produtores e o dos “consumidores” — dos leitores. É o funcionamento do conceito de mercado, combinando produto e demanda, que assegura a articulação, não ainda plenamente consolidada pelos autores de O aparecimento do Livro, entre a “mercadoria” e o “fermento”.⁶

Este pertencimento do livro dentro de um mercado colocará importantes imposições na sua materialidade, de maneira a responder os desejos de seus consumidores-leitores. A apresentação do livro foi, com isso, tomando para si um esforço de clareza (*c.f. imagem N*), utilizando das possibilidades do meio material para gerir padronizações e dispositivos construídos para facilitar a posição do leitor e distinguir-se em um mercado com concorrência cada vez mais ampla.

A conformação material dada ao livro por vários impressores humanistas, como o veneziano Aldus Manutius ou Josse Bade na França, projetados a um incipiente, porém culto, mercado de leitores, seguirá desta forma na modernidade e manter-se-á relevante por largo tempo, conformando expectativas quanto ao seu formato e construindo um complexo sistema de enquadramento e regulação do texto a partir da sua apresentação na página impressa.

O objetivo consistirá, a partir daí, em analisar as categorias que enquadram esse processo de mediação: o emprego da mídia impressa acarreta o surgimento, e depois a generalização de elementos de apresentação e de enquadramento que não existem no manuscrito e que apresentam o texto para leitura. Com tempo, não mais se pode conceber o texto sem certo número de componentes que o designam e cristalizam, ou mesmo encerram-no em uma determinada leitura possível.⁷

¹ DAHL, 1993, PÁG. 94. [TRADUÇÃO LIVRE] *Gutenberg debe seguir siendo considerado como padre de la imprenta, ya que fue él quien ideó la construcción de un instrumento de fundición práctico para la producción de los tipos y con ello hizo posible el empleo efectivo del método.*

² BARBIER, 2008, PÁG. 128.

³ LYONS, 2011, PÁG. 56.

⁴ BARBIER, 2018, PÁG. 365

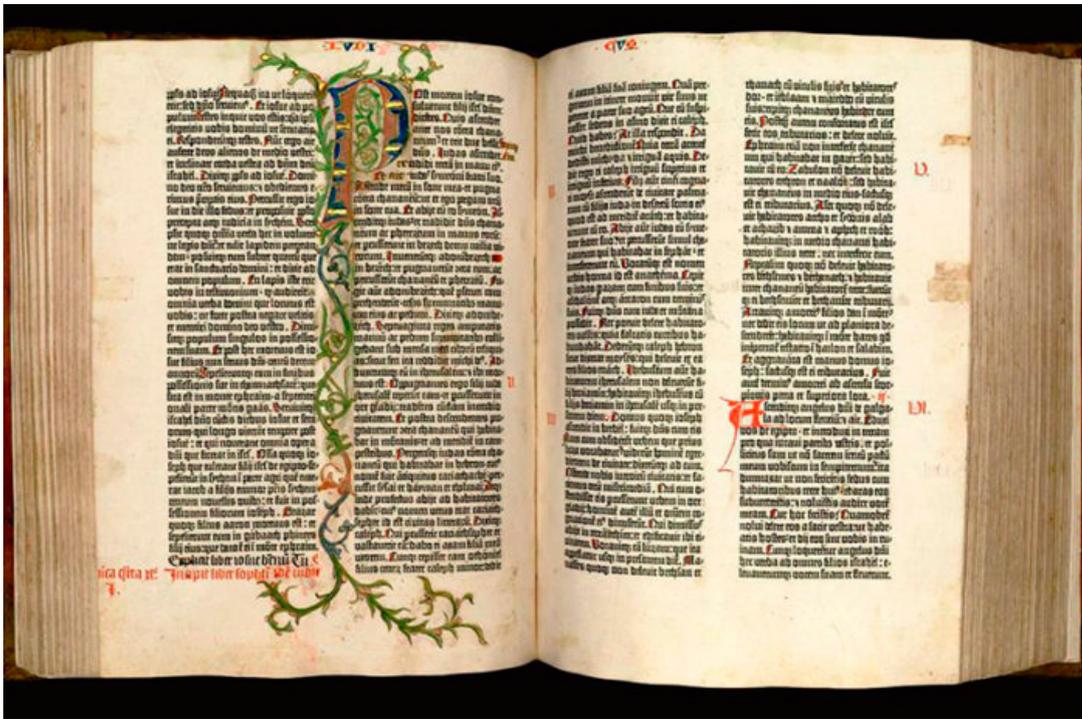
⁵ EISENSTEIN, 1998, PÁG. 158.

⁶ BARBIER, 2018, PÁG. 297.

⁷ BARBIER, 2018, PÁG. 302.



1. Gravura realizada pelo holandês Johannes Stradanus onde se nota um grupo de homens nos afazeres de uma oficina tipográfica do séc. xvi.



m. Bíblia impressa por Gutenberg, contada entre os primeiros livros impressos na história do Ocidente.



n. Páginas impressas pelo humanista Aldus Manutius, em formato in 8°.

CAPÍTULO III



Tendo como limite o espaço pictográfico da página impressa, a invenção da imprensa por Gutenberg inaugurou o que Marshall McLuhan (1977), em uma obra clássica, apelidou de *A galáxia de Gutenberg*. McLuhan (1977) reconheceu, neste período, uma reorganização sensorial, momento onde o olhar passou a preponderar sobre os demais sentidos e a visão ganhou realce como principal mediadora entre os homens e o saber. Para McLuhan (1977), tivemos, neste contexto, uma homogeneização do conhecimento, uma unificação por meio do espaço pictórico, onde as experiências foram capturadas como instantâneos e dispostas umas ao lado das outras, em uma tentativa de capturar linearmente os discursos. Este procedimento, de racionalização do conhecimento através do lineamento de seus encadeamentos lógicos e ordenamento dentro de um espaço gráfico, permaneceu séculos estruturando o pensamento ocidental. Nas próprias palavras de McLuhan (1977):

*Foi o método de Gutenberg, de segmentação homogênea, para o qual séculos de alfabetização fonética haviam preparado o terreno psicológico, que esboçou as características do mundo moderno. A enorme galáxia de eventos e produtos desse método de mecanização das artes e do artesanato é meramente incidental ao método propriamente dito. É o método do ponto de vista fixo ou especializado que insiste na repetição, como critério da verdade e praticidade.*²

McLuhan (1977) percebeu, assim, que a introdução da imprensa construiu um espaço de leitura e escrita próprios, cuja influência será sentida na estruturação de métodos de organização do pensamento e acesso ao conhecimento fundamentais no imaginário e na prática futuras do Ocidente. A fisicalidade do livro-códice, como é o objetivo deste capítulo discorrer, teve uma importância sensível neste processo, principalmente no que coube à sua

estrutura material em organizar, sistematizar e facilitar o fluxo de pensamento transformado em escrita.

A substituição do antigo rolo de papiro pelo códice, vista sob esse ângulo, não significou apenas economia material, já que, por meio da organização física do novo suporte, promoveu uma mudança significativa na relação do homem com a leitura e a cultura escrita (CHARTIER, 2002). Entre outras coisas, o livro passou a permitir manusear e portar o texto com muito maior facilidade, naturalizando movimentos e atitudes, tanto corporais quanto mentais, antes impossíveis.

No século VI da era cristã, uma nova forma de livro impôs-se definitivamente, em detrimento daquela que era familiar aos leitores gregos e romanos. O códex, isto é, um livro composto de folhas dobradas, reunidas e encadernadas, suplantou progressivamente mas inelutavelmente os rolos que até então haviam carregado a cultura escrita. Com a nova materialidade do livro, gestos impossíveis tornavam-se comuns: assim, escrever enquanto se lê, folhear uma obra, encontrar um dado trecho. Os dispositivos próprios do códice transformaram profundamente os usos dos textos. A invenção da página, as localizações garantidas pela paginação e pela indexação, a nova relação estabelecida entre a obra e o objeto que é o suporte de sua transmissão tornaram possível uma relação inédita entre o leitor e seus livros.³

Um exemplo desta modificação da relação entre o leitor e o livro está, por exemplo, na maneira como, ao contrário do livro-rolo, a estrutura física do códice permitiu agrupar um conjunto de texto em um único objeto. Um ponto como este foi relevante na construção da coerência e coesão de diversos agrupamentos de textos, os quais, pela sua proximidade física e reunião em um único suporte, tornaram-se como que lógica e semanticamente associados (CAVALLO, 2002).

A reunião de um conjunto de textos, limitados dentro de um único códice, ajudou a construir, além disto, um padrão de referência para a delimitação da própria noção de completude de uma obra. Mesmo que o livro em formato de rolo já houvesse permitido que ao conceito de “livro” fosse atrelado o de uma obra completa, ela podia, entretanto, estar contida em um único rolo

ou distribuída, o que era o mais comum, entre alguns rolos. A diferença em relação ao livro-códice esteve, em que este último, reunindo todos os textos em um único suporte, rapidamente insuflou nos leitores a identificação da própria obra a um único objeto: o próprio livro-códice. Ou seja, enquanto uma obra como a *Odisseia* podia estar, antes, distribuída em 24 rolos distintos, o que perfazia, não de forma aleatória, seus 24 cantos, o livro-códice conseguia contê-la toda em único objeto, identificando, deste modo, a totalidade da epopeia homérica a um único suporte. Para Cavallo (2002), naquele momento, isso passou a organizar a própria idéia do que se constituía o livro.

As práticas de leitura sofrem profundas transformações, e o códice provoca uma modificação na própria noção de “livro”. No caso do rolo, tal noção mostrava-se bastante estável porque estava ligada a convenções definidas de técnica e de conteúdo; ela podia, de fato, associar imediatamente o objeto a uma obra, estivesse esta última encerrada num único livro-rolo ou distribuída em vários livros-rolos (...). O códice, reunindo num único suporte-livro uma sequência de unidades textuais orgânicas (uma ou mais obras de um mesmo autor, um conjunto de escritos da mesma natureza) ou não-orgânicas (obras diversas, a ponto de formar o que foi chamada de “biblioteca sem biblioteca”), determinava uma profunda transformação na noção de livro e de leitura completa, visto que a primeira, não mais imediatamente associável à ideia de uma obra, vinha a coincidir com o objeto-livro no qual era possível colocar escritos de qualidade e quantidade não mais controladas por convenções definidas.⁴

Logo, com o códice, o leitor passou a ser engajado no texto também por meio da forte sensação de unidade que a própria forma do suporte evocava. Uma multiplicidade de escritos esparsos, quando agrupados, adquiriam como uma unidade simbólica por meio de sua proximidade física. É, por conta disto, que um conjunto de textos orgânicos, como os definiu Cavallo (2002), reunidos, por exemplo, por critério de um tema ou de uma autoria, e mesmo não-orgânicos, quando a sua seleção e reunião pareciam responder a nenhum critério aparente, puderam, a partir de então, ser reconhecidos como uma obra única, inteira e suficiente. A leitura completa de uma obra passou a representar o conteúdo inteiro de um códice, mesmo que este, como era habitual, contivesse

*várias obras.*⁵

Além de permitir organizar um conjunto de textos, o uso do códice pôs em sobressalto a própria finitude destes como um discurso estruturalmente delimitado. Para isso, ele emprestou ao texto a lógica da sua finitude material, obrigando-o a submeter-se às suas fronteiras físicas. Isso restou ainda mais forte por conta dessas fronteiras serem manifestamente visíveis: a totalidade do livro cabia muito naturalmente entre o espaço das mãos, o que destacava para o leitor o forte sentido de unicidade do novo formato (MELOT, 2006). Por muito tempo, fomos levados a sustentar, por conta disto, que a interpretação de um determinado corpo de texto somente se sustentaria até onde existisse materialmente, ou seja, até onde o livro fisicamente o comportasse.

Este efeito restritivo do livro, como considera o midiólogo Régis Debray (2006), ao conformar o texto a uma finitude material, correlaciona-se ao que denomina *fecundidade de fechamento*⁶; com este termo, refere-se a uma certa necessidade do homem pela estabilização dos discursos, por um relacionamento que desse à natureza e ao mundo uma explicação estável e estruturalmente bem delimitada. A maneira com que o livro pôde responder a esta necessidade foi estruturando o texto dentro de uma fórmula que ressaltava a sua completude material e semântica, transformando-se *nisto que repousa entre um começo e um fim, que podemos anotar e contornar à vontade, mas que nos impõe, dramaticamente, seus limites.*⁷

Como defende o escritor Michel Melot (2006), esta maneira limitada e unitária com que o códice pôde tratar o texto o fez ser muito conveniente ao discurso religioso da Igreja Católica, que rapidamente o adotou como formato principal de divulgação da sua doutrina. Através do artefato, deu-se um forte sentido de unicidade e autoridade a um corpo de textos esparsos e heterogêneos, como o eram os textos sagrados da cristandade naqueles momentos iniciais de afirmação da doutrina. Para convir a um grande plano de conhecimento divino, transcendente e absoluto, eles necessitavam ser, porém, antes de tudo, unos, coerentes e contínuos. Dessa forma, o formato do códice, com limites materiais claros, conjugou-se com muita naturalidade com um corpo de texto como a Bíblia cristã, que tinha como pretensão justamente oferecer um relato unitário e absoluto da sapiência com que Deus ordenou o mundo.

Assim, como escreve J.M. Gellrich (1987):

A ideia do Livro corresponde imediatamente à noção medieval da Bíblia, o livro que revelou ou fez presente a vontade, a lei e a sabedoria transcendentais e absolutas de Deus, um depósito do plano divino e em si mesmo um sinal da totalidade deste plano no mundo (...) Tais suposições de continuidade e unidade levaram à concepção de que qualquer livro da Bíblia, ou todos juntos, constituem uma totalidade, não uma coleção frouxa de textos, mas um livro ligado por um único propósito...⁸

Outro elemento conveniente à Igreja Católica foi a maneira por meio da qual o códice facilitou o processo de leitura, oferecendo ao leitor menos virtuosístico uma progressão do texto mais fragmentada e controlada. Para o cristianismo, isso foi interessante porque, ao adotar o códice, procurava ampliar a sua base de fiéis, pregando a públicos não tão acostumados com as exigências da leitura em rolo (CAVALLO, 2002). A estrutura em páginas do códice possibilitou realizar recortes argumento-narrativos com mais naturalidade, obrigando o discurso textual a proceder através de pausas físicas, que logo se tornaram pausas semânticas (*c.f. imagem 0*). Como coloca o historiador Guglielmo Cavallo (2002):

(...) o códice determinou, sobretudo, uma maneira absolutamente diferente de ler os textos. No caso do rolo, a sucessão em várias colunas na seção aberta criava o que foi definido como o “aspecto panorâmico” da leitura, visto que o olhar passava imediatamente e sem interrupção de uma coluna à outra. No tocante ao códice, pelo contrário, a parte do escrito que se oferecia a cada vez ao leitor era predeterminada pelo tamanho da página fechada em si mesma, o que impedia uma visão contínua de conjunto. Esse fato favorecia uma leitura fracionada, feita página por página e, portanto, por segmentos de texto que, particularmente no caso das Sagradas Escrituras, era muitas vezes subdividida em seqüências curtas, as cola e commata, visualizadas por meio de vários dispositivos (aumento das letras iniciais, disposição destas últimas “fora do campo”, parágrafos começando fora do alinhamento ou com reentrâncias.). O resultado era uma leitura “aos pedaços ora mais longos, ora mais breves”, que tornavam “mais claro o sentido para o leitor”, mas que podiam ser facilmente encontrados (e memorizados) graças a uma diagramação em forma de aforismos e outros

*dispositivos acionados, visando a uma recepção do texto não mais individual, mas regulada por módulos interpretativos que permitiam voltar a cada momento a passagens já lidas.*⁹

Isso acabou na determinação da maneira por meio da qual o livro-códice foi capaz de organizar o sequenciamento lógico do discurso escrito. Pela disposição sequencial dos elementos na página, pôde encaminhar o leitor dentro de uma sucessão progressiva do raciocínio e, fortemente influenciado pelas suas insinuações físicas, guiá-lo dentro daquela escolha de argumentos que, previamente, julgou-se conveniente considerar; tudo isto através da correspondência que pôde ser feita entre o espaço material ocupado pelo texto e a lógica de seus encaminhamentos discursivos. O linguísta americano Geoffrey Nunberg (1993), talvez, deixe-nos a questão um pouco mais clara quando, sobre a capacidade de recordarmos o espaço exato da página da qual retiramos uma citação qualquer, escreve:

*Mas o livro continua sendo crucialmente uma “inscrição no espaço”, cuja presença física é um elemento constante no processo de interpretação (...) Por mais engajados que possamos no sentir no texto, o volume nunca está completamente ausente da percepção. É por isso que muitas vezes podemos fechar os olhos e recuperar a imagem de uma passagem que lemos de acordo com a parte da página em que aparece (...) isto é somente possível por causa da particular correspondência que o volume traz ao texto. Um livro não contém simplesmente a inscrição de um texto, mas é ele mesmo a própria inscrição. É tanto mais largo quanto o texto é longo, abre no seu início, e se interrompermos nossa leitura, ficamos literalmente em “media res”. Essa propriedade é crucial para a maneira como lemos qualquer livro cujo conteúdo é essencialmente linear ou narrativo, já que subconscientemente registramos as fronteiras externas do volume em termos do espaço entre nosso polegar e nosso indicador e, com isso, conseguimos situar nosso lugar no texto.*¹⁰

Assim, elementos eminentemente estruturais do códice, como a sua capa e a sua contracapa, constituíram-se verdadeiros baluartes físicos que permitiam que o leitor se situasse dentro da progressão do texto. Por conta disto, tornou-se comum tomar de antemão como certo que, em suas páginas iniciais, se estava em contato com a introdução ou explicação de um narrativa

que se esperava chegar a um termo ou conclusão em suas páginas finais. Na sua fisicalidade, permitiram-se ser estabelecidos limites, guias de leitura, como início, meio e fim, que estiveram constantemente retomando o leitor a uma posição de conforto em relação às categorias de apreensão do conhecimento que lhe eram conhecidas e podiam lhe oferecer certa estabilidade ao serem manipuladas (MELOT, 2006; NUNBERG, 1993).

A construção espacial do livro forneceu, com isso, os elementos necessários para se regular o tempo do discurso. Citando Melot (2006): *o tempo da dobra não é o tempo do rolo. O tempo do livro é fragmentado; contudo, como a dobra que lhe dá medida, ele é normalizado. O tempo do livro é determinado pelo espaço e acaba com ele se identificando.*¹¹ Entre as vantagens estava uma regulação do progresso de leitura cada vez mais minuciosa, facilitando a apreensão de matérias complexas através de sua exposição regulada e fragmentada pelo ritmo da página.

Com a entrada do livro na medievalidade, estes processos de organização do discurso através da sua disposição e ordenação dentro do espaço finito da página foram apenas acentuados, até a culminação que ocorreu através da mutação nas práticas de leitura durante a fase final da Idade Média. A passagem de uma leitura oral, ligada profundamente à mística religiosa do monasticismo cristão, para uma leitura feita em silêncio, que reforçava sobremaneira o seu caráter como instrumento prático, teve o efeito de consolidar construções formais, materializadas em dispositivos gráficos, que muito contribuíram para organizar ainda mais o escrito em condições que tornassem sua recepção mais cômoda ao leitor.

O que leva a disposição do antigo manuscrito monástico a se transformar no complexo aparato gráfico próprio da leitura escolástica, incluiu-se, na verdade, em um movimento maior, que buscava pôr maior racionalidade no trato com o mundo. Como sustenta o medievalista Alesandro Guisalberti (2001), este movimento de identificação do conhecimento com a razão, que o espírito medieval amadureceu na sua fase escolástica, são as sementes das quais virá desabrochar o pensamento moderno. Assim, *esta época vê igualmente a formação e disseminação de modos de leitura que serão os da era moderna e do universo cultural marcado pela impressão de tipos móveis.*¹² A racionalidade, que aí começa a invadir o imaginário do homem com maior poder de sistematização, buscou

estabelecer-se através da assunção de que o mundo é inteligível e capturá-lo passa por construir argumentações sólidas, baseadas em recortes precisos e processos demonstrativos rigorosos. Por consequência, uma exposição clara do pensamento e técnicas de leitura mais desimpedidas eram de muita valia a um projeto de mundo que se buscava mais racionalista.

*A racionalidade da ciência moderna tem suas raízes na forte paixão dos filósofos e cientistas medievais pela razão, na sua grande fé na lógica e na investigação metodologicamente correta no plano da pesquisa empírica. Além disso, devemos à Idade Média o amadurecimento de um passo importante, para garantir a transmissão do saber e do conhecimento humano em geral, relativo à história da escrita. Na Idade Média, verificou-se a passagem da escrita contínua da Antiguidade tardia, que não separava as palavras, para a escrita com as palavras separadas. Essa novidade liberou o processo intelectual do leitor, porque permite o indivíduo ler os textos em silêncio.*¹³

Antes do livro-códice, a antiguidade se aproveitava muito da leitura oral. Embora escritos, muitos textos em suporte de rolo tinham clara a intenção de serem lidos em voz alta e recebidos pelos ouvintes como parte de uma experiência auditiva. É o que coloca, por exemplo, o historiador Malcom Parkes (2002):

*Na antiguidade, a ênfase recaía sobre a declamação do texto — uma leitura oral, preocupada em reproduzir o sentido e o ritmo da escrita —, escolha esta que refletia os ideais de orador dominantes na cultura antiga.*¹⁴

Esta prática de leitura oral foi herdada pela primeira Idade Média, que a constituiu em um importante aspecto da leitura litúrgica e meditativa praticada nos seus círculos monásticos. Como coloca Parkes (2002), *ler em voz alta ou, pelo menos, “sotto voce”, era uma prática utilizada durante a “lectio” monástica para desenvolver no leitor uma memória oral e vigorosa das palavras, base para a sua “meditatio”*.¹⁵ Os monges se utilizaram, desta forma, das suas vozes como ferramenta para a melhor compreensão dos textos sagrados, que estavam na base de suas práticas religiosas. Nesta procura de um entendimento aprofundado do texto divino, a

leitura, intermediada pela voz, era conduzida através de uma progressão lenta e demorada que, como escreve Jacqueline Hamesse (2002), enfatizava o fato de ser ela parte de uma ritualística que considerava o texto como alimento santo, cuidadosamente mastigado pelo cristão interessado em salvar-se:

*A leitura consistia verdadeiramente o alimento espiritual dos monges. Poderíamos, aliás, qualificá-la de “manducação da palavra” para retomar o belo título da obra de Marcel Jousse. Tratava-se de uma leitura lenta e regular, feita em profundidade. Diversas passagens eram aprendidas de cor e aqueles que haviam consagrado a sua vida a Deus meditavam incessantemente sobre determinadas frases. Muitas leituras eram feitas em voz alta. O hábito de articular as sílabas era tão difundido que, mesmo quando se lia unicamente para si, pronunciavam-se os sons em voz baixa. Este hábito levava a um ritmo de leitura muito lento e auxiliava a assimilação do conteúdo das obras.*¹⁶

Como a leitura estava, deste modo, profundamente imiscuída dentro da experiência religiosa, e a lentidão de seus progressos pouco se chocava com a prática ascética do monasticismo, era parco o interesse em promover processos de leitura mais céleres e que consumissem menos os esforços cognoscitivos do leitor. Aliado a isto, como sustenta o medievalista e paleógrafo Armando Petrucci (1984), o manuscrito medieval recebeu da antiguidade tardia vários dos constrangimentos materiais de uma escrita que se confiava sobremaneira na oratória e na voz para o seu entendimento eficaz. Isto era tão verdade que eles continuaram a ser escritos em *scriptio continua*, maneira onde os caracteres sucediam-se uns aos outros sem nenhuma divisão gráfica, o que dificultava bastante o avanço do leitor e quase que o obrigava a pronunciar as palavras em voz alta.

Todos aqueles que têm conhecimento direto de manuscritos da Alta Idade Média sabem o quanto lhes faltam esses instrumentos e materiais que facilitam a leitura e, portanto, a compreensão do texto para o leitor comum. O uso difundido da escrita contínua, sem espaços de separação entre palavras, estas, sem regras, sem maiúsculas, que muitas vezes não davam nem indicação nem orientação, a pontuação rara, arbitrária, pouca ou nada diferenciada, quando não totalmente ausente, tudo fazia da leitura uma operação

*dolorosa, mesmo para os leitores de grande cultura. Ficamos com a impressão de que, no todo, não se tentava encurtar o tempo de leitura, mas se fazia tudo para manter uma leitura extremamente lenta, atenciosa, quase incongruente. Em qualquer caso, uma das características fundamentais da atividade de leitura na Alta Idade Média foi seu lento mecanismo de soletração forçada.*¹⁷

Como também considera Petrucci (1984), isto acabava sendo a manifestação de um desinteresse ou, pelo menos, de uma secundariedade da leitura em contraste com a própria escritura. Neste sentido, importava bem mais que o monge fosse capaz de escrever — possibilitando, deste modo, a cópia efetiva do texto, do que propriamente de lê-lo. A cópia do manuscrito era entendida como um exercício espiritual de penitência, um trabalho penoso de remissão dos pecados cujo praticante muitas vezes colocava como um fim em si mesmo, pouco importando a utilidade que aquele texto podia ter, algum dia, nas mãos de um leitor.

*Era, em última análise, o resultado de uma concepção onde a escrita não estava a serviço da leitura, mas encontrava seu fim em si mesma. Nessa perspectiva, a escrita obedecia a suas próprias regras de composição, ao seu próprio ritmo de execução, sem levar em consideração, seja na concepção ou na execução, o efeito que este último poderia ter sobre as práticas de leitura.*¹⁸

Essa situação mudou substancialmente com a maior penetração da prática de leitura silenciosa, principalmente como os novos usos e o novo papel que o texto veio a ocupar, a partir do séc. XII, dentro dos círculos de erudição escolásticos. No novo contexto, a leitura foi removida de um ruminar absorto no texto e colocada em fundamentos mais utilitaristas, direcionando-se para uma compreensão necessária do texto e perfazendo nele um processo de estudo cuidadoso e concentrado. O livro e o texto passaram, portanto, a ser entendidos como ferramentas de estudo e trabalho, e não mais tão somente instrumentos de ascese divina. Desta forma, como avalia Petrucci (1984):

A “leção” monástica era um exercício de leitura que regularmente se fazia para si mes-

*mo, intercalado com orações e interrompido pela ruminação do texto que servia de base para a meditação. A “leção” escolástica era um processo de estudo que incluía o exame fundamentado do texto e sua consulta como obra de referência.*¹⁹

Há, nisto, uma relação com as mudanças que, entre os séculos XII e XIII, estiveram profundamente envolvidas na modificação do relacionamento do homem ocidental com a cultura escrita. Dentre elas, como enumera Petrucci (1984), estavam o *aumento progressivo na produção de documentos escritos e atos de escrita privados; um aumento particularmente forte na produção e circulação de livros; criação de novas estruturas e novas instituições culturais (grandes écoles, universidades).*²⁰ Para responder aos novos usos dados ao texto, o reconhecimento da escrita e sua decodificação tiveram a necessidade de ser ao máximo facilitados. O complicado manuscrito iluminado, característico da cultura monástica, foi sendo substituído, destarte, por um objeto que se comprovesse melhor com uma prática de leitura bastante diferente, entabulada, não como uma espiritualizada estética de interação com o divino, mas como um labor profissional de estudo e compreensão pormenorizada do texto (PETRUCCI, 1984). Deste modo, novos instrumentos e métodos tiveram de ser projetados, na procura de tornar a leitura um processo mais eficiente e menos obscuro. Como assevera Hamesse (2002):

*Essa organização da leitura vai criar necessidades novas. É preciso que o leitor possa encontrar facilmente o que procura em um livro, sem ter de folhear as páginas. Para responder a essa exigência, começa-se portanto a estabelecer divisões, a marcar parágrafos, a dar títulos aos diferentes capítulos, a criar concordâncias, tabelas e índices alfabéticos que facilitem a consulta rápida de uma obra e a localização da documentação necessária. Essa leitura escolástica vai de encontro ao método monástico orientado para uma compreensão lenta e rigorosa do conjunto da Escritura.*²¹

A materialidade do livro-códice foi, neste novo contexto, posta à prova, tendo de suportar, em sua estrutura, uma série de operações que buscavam dar ao discurso textual a sua máxima racionalidade e o seu mínimo esforço de apreensão. O espaço do livro, fragmentado na página, por esse motivo, passou

a ser minuciosamente hierarquizado e graficamente controlado, estabelecendo uma variedade de relações semânticas e hierárquicas através do gerenciamento do seu espaço físico, tudo no sentido de dar ao leitor a Chance de acessar o conteúdo com a maior economia cognitiva e clareza possíveis.

Ocorreu, entre os séculos XII e XIII, uma transformação radical do modelo, das técnicas e das condições gerais de leitura. O livro do período escolástico-universitário difere de seu antecessor da Idade Média em vários pontos. É geralmente de grande formato e, portanto, pesado, pouco manejável e difícil de transportar; ele necessita de suportes fixos e sólidos para a leitura; a escrita é organizada em duas colunas relativamente estreitas, com o texto mais apertado, de modo que uma linha do texto coincide aproximadamente com o “campo de reconhecimento ou fixação” visual, em outras palavras, com a quantidade de texto que é possível, com o olho, abraçar e entender de uma única vez; o texto é cuidadosamente articulado em uma série de divisões e subdivisões (capítulos, parágrafos, sub-parágrafos) mais detalhadas do que no passado, todas com o objetivo de facilitar o entendimento e, especialmente, a consulta. Segundo Vincent de Beauvais, a “capitulatio” é feito para que “operis partes singule lectori facilius elucescant”; a articulação do texto é posta em evidência, destacada por uma rica série de intervenções e instrumentos gráficos que incluem títulos, marcas de parágrafos, iniciais e letras maiúsculas de diferentes tamanhos, títulos correntes, notas, índice, tabelas alfabéticas; tudo isso encerra, delimita, corta o texto e o torna acessível em pequenas porções reconhecíveis.²²

Como sugere Petrucci (1984), por esse desejo por clareza, foi oportuno operar cada vez mais divisões lógicas dentro do texto, dividindo-o em unidades sempre menores, que pudessem ser mais rapidamente compreendidas. Conforme a lógica material do livro-códice, a disposição de páginas e cadernos proporcionava dividi-lo em blocos de sentido, a exemplo de capítulos e subcapítulos, ou parágrafos e frases, que tornava o reconhecimento de textos longos uma tarefa mais simples. É o que defende Chartier (2002), quando coloca: (...) os autores integraram a lógica de sua materialidade na própria construção de suas obras — por exemplo, dividindo o que era antes a matéria textual de vários rolos em livros, partes ou capítulos de um discurso único, contido em uma única obra.²³ Isso permitiu ao leitor seguir com mais velocidade as sutilezas de um argumento

e redundou em um mapeamento visual da página, regulando cada passo do desenvolvimento da leitura por unidades convencionalmente desligadas umas das outras através de instrumentos gráficos (MELOT, 2006). Por meio deles, transparecia o novo caráter analítico da erudição escolástica, que procurava fatiar e dividir o discurso em unidades isoladas para facilitar a compreensão sequencial da informação a ser transmitida (SAENGER, 2002).

Segundo o historiador Paul Saenger (1997), foi neste contexto que se impulsionou outra das inovações que mais determinaram a maneira de ler no Ocidente: o emprego de espaços vazios entre as palavras (*c.f. imagem P*). Abandonou-se, deste modo, a *scriptio continua* (*c.f. imagem Q*), amplamente utilizada tanto na antiguidade clássica como na fase monástica da Idade Média. Como sugere Saenger (1997), este novo emprego do espaço em branco revelava a necessidade, nítida com as reorientações na relação do leitor com o texto, de se auxiliar graficamente a leitura, especialmente para os leitores do norte da Europa que, inacostumados com o latim e não tendo derivações dele como matriz linguística, tinham muita dificuldade em seguir a leitura oral dos textos, a maioria, naquela época, vertidos em língua latina, o que manifestava, além disto, a prática cada vez mais corrente de leituras conduzidas silenciosamente, nas quais os recursos gráficos eram elementos muito valiosos. Ao fim, o novo dispositivo acabou por se viabilizar como uma inovação fundamental na estruturação do pensamento ocidental, por permitir um modelo de leitura que viaja, isento de embaraços, por sequências textuais complexas, tornando o reconhecimento de unidades semânticas como o caractere, a palavra ou a frase muito mais cômodo e muito menos fastidioso para o leitor. Através desta organização visual e gráfica do texto, mais didática, conseguiu-se, portanto, tornar a recepção de ideias um processo menos obscuro, mais democrático e menos maçante, abrindo espaço para o alargamento dos leitores posteriormente proporcionado pela imprensa.

A introdução de espaços claramente perceptíveis entre cada palavra da frase, inclusive entre as preposições monossilábicas, teve como primeira consequência diminuir a necessidade de se ler em voz alta para compreender o texto. Esta nova apresentação visual foi complementada por outra alteração linguística igualmente significativa: a mudança das convenções

sobre a ordem das palavras e sobre o reagrupamento de palavras gramaticalmente ligadas. Tomadas em conjunto, a separação e a nova sequência das palavras facilitaram a veiculação das idéias, feita agora com precisão e sem ambiguidade — o que era exigido pelas sutilezas da filosofia escolástica. Ambas foram também pré-requisitos para o desenvolvimento da pontuação sintática e da leitura silenciosa rápida que dependia do pronto reconhecimento visual da forma das palavras e da percepção da organização espacial do texto: a oração, a frase, o parágrafo.²⁴

Considerando, deste modo, que *a interação visual entre o leitor e o livro passou a ser parte integrante do estudo*²⁵, foram sendo aprimorados, ainda, outros elementos, como o próprio desenho das letras, tornado neste momento mais distintivos, e aprimorados inúmeros dispositivos de reconhecimento gráfico. Dentre eles, esteve, inclusive, a criação de um sistema robusto de pontuação e sinais diacríticos, cuja introdução coube muito bem nesta hora onde a leitura silenciosa dependia cada vez mais da visão. Para Parkes (2002), o uso regrado da pontuação deu, além disso, condições para que os sentidos e os significados do texto pudessem ser melhor controlados, revelando a preocupação com o aumento no número de leitores e o uso estratégico de convenções gráficas, neste caso sinais de marcação, para o relevamento da posição sintática de termos do discurso, de forma que se ajustassem com uma interpretação autorizada do texto. Foi possível, assim, *transportar a análise hermenêutica para a página, com o objetivo de ser entendida pelo leitor como sendo parte do processo de leitura em si mesmo.*²⁶

Em conjunto com este crescente auxílio de elementos visuais na prática da leitura, os novos usos a que era submetida surgiam como reflexos das novas formas de interação com o conhecimento escrito onde *uma prática, a consulta, que é própria do pesquisador profissional*²⁷ tornava-se, muitas vezes, um motivo preeminente. Isto porque a razão analítica, comum ao escolasticismo, enfatizava, como forma de fazer progredir o estudo, a pesquisa rigorosa por fontes autorizadas e, por conseguinte, utilizá-las era muito desejável na construção de argumentos firmes. Por conta disto, a materialidade do códice teve de dialogar também com a administração da intertextualidade e referencialidade dos textos. Como este último vinha sendo dividido cada vez mais em unidades independentes, tornou-se fácil, através da marcação clara de cada uma

dessas unidades, localizá-las com muito maior precisão. Fez, com isso, com que a prática da citação e da recuperação específica de trechos e passagens textuais se realizasse de forma mais simples. Ademais, o recorte da página e a dobra do códice tiveram condições de enriquecê-lo através das relações de aproximação e afastamento entre essas várias unidades de sentido. Passou a ser possível, por exemplo, isolar um parágrafo de interesse e compará-lo com outro muito mais à frente no texto, ou em outro capítulo ou mesmo em outro livro, de uma maneira materialmente bastante descomplicada. Deste modo, *esta possibilidade ajudou os autores escolásticos do século XIII a preparar textos mais ricos em referências cruzadas, as quais pressupunham que o leitor pudessem saltar de uma folha a outra, de modo a relacionar certos argumentos com os seus antecedentes lógicos e comparar comentários dispersos sobre trechos diferentes mas interrelacionados das Escrituras.*²⁸ É o que também repara Melot (2006), quando diz:

*A dobra, portanto, enriquece a superfície que afeta, organizando-a em partes iguais que permanecem conectadas umas às outras. Foi isso que a fez triunfar sobre o rolo. São espaços ao mesmo tempo distintos e solidários, dois a dois, quatro a quatro, e tantos quanto se pode repetir a dobra. Eles mantêm, assim, entre si relações de contiguidade e oposição: frente-à-frente ou de costas um ao outro. A dobra que os divide, sem os separar, permite passar de um para o outro num único movimento, pensar a descontinuidade na continuidade e o contínuo no descontínuo.*²⁹

Esta exigência, de se recuperar rapidamente a informação, orientou, da mesma forma, a maior presença do recurso à paginação, à numeração de colunas e à prática de adicionar títulos correntes nas seções do texto ou a organizar e incluir tabelas de assuntos e indexadores entre os trabalhos de edição do livro. Como coloca Melot (2006), *as referências exigem o surgimento da paginação, da numeração de colunas e, em alguns casos, mesmo das linhas (...) e o uso de títulos correntes que, no topo de cada página, lembram sumariamente o conteúdo.*³⁰ Com isso, ainda conforme Melot (2006), os exercícios mnemotécnicos³¹ para a administração de referências, característicos da leitura em voz alta, foram sendo substituídos por um sistema de navegação puramente visual, muito difícil de ter sido desenvolvido não fosse a estrutura material do livro-códice e a figura

da página como elemento central de organização do discurso.

Tornava-se, além disto, comum que o novo leitor, na posição de um pesquisador profissional, auxiliasse-se de comentários alheios na busca pela melhor compreensão do texto lido, quando não sentisse a necessidade, ele mesmo, de intervir no texto com as suas próprias considerações e anotações marginais. Diferente do rolo, o códice permitia que se regulassem simultaneamente o ler e o escrever, o que tornava esta aposição de comentários uma tarefa mais natural. As notas auxiliares foram, por esta via, organizando-se em redor da página, graficamente hierarquizando informações e promovendo, conjuntamente a outros fatores, um desvio da leitura para circunstâncias de extrema intertextualidade. A presença delas, por vezes exagerada, era uma característica distintiva na figura do livro escolástico. Nisto, a vantagem presente na materialidade do códice foi que, uma vez estabelecida uma mancha para o texto principal, restava no recorte da página um considerável espaço para a administração de textos acessórios. Como escreve Cavallo (2002):

*Aliás, no códice o leitor pode dispor, além das margens, também de outros espaços a serem administrados e ocupados: folhas inteiras ou parte delas em branco, papel da guarda, pastas internas de encadernação podem acolher as notas mais diversas e mais “anárquicas”. Sempre era possível estratificar nas margens intervenções de várias mãos relativas à exegese do texto; ou era possível transferir — de outros livros — comentários inteiros. O códice impunha assim permanentemente uma leitura simultânea e coordenada entre texto principal e textos acessórios e, por isso, em tal caso, uma leitura difícil fortemente condicionada pelos textos anexos e voltados à interpretação (...)*³²

Com elas, o erudito medieval podia acrescentar importantes informações ao texto principal, esclarecendo obscuridades ou controlando a sua interpretação, sem necessariamente atrapalhar o ritmo do texto original. Muitos livros, ao lado da escrita gótica do texto principal, continham uma boa quantidade de comentários cursivos em suas margens. O recurso a notas marginais se tornou uma prática comum dentro dos círculos escolásticos e não era raro que o leitor escrevesse com o próprio punho comentários nas obras que lhe pertencesse (SAENGER, 2002) (*c.f. imagem R*).

*O códice também tinha sobre o rolo a vantagem de se inscrever em páginas, as quais podiam, sem dificultar a leitura nem quebrar o ritmo regular das colunas, ser saturadas de notas marginais. A regra no final da Idade Média foi a de abusar dessa possibilidade, cercando o texto original com comentários e cobrindo assim toda a página como um mosaico, procedimento puramente visual de classificação e hierarquização do pensamento. A glosa invade a página e, por vezes, a sufoca.*³³

Muitos outros instrumentos, muitas outras relações gráficas, foram igualmente sendo incluídas na página e no livro, de maneira a responder às novas práticas de leitura e organizá-la como um instrumento de trabalho e estudo, até o ponto em que, como coloca Melot, *a mise-en-page se tornou uma linguagem em si mesma*.³⁴ Aproveitando-se da materialidade do códice, os doutores escolásticos edificaram, nisto, um complexo sistema de regulação e acesso à informação que, ao mesmo tempo em que tornava mais fácil o seu entendimento, regulava a sua interpretação por meio de uma variedade de dispositivos sedimentados no corpo da página. A passagem do livro para a sua versão impressa fez com que vários deles se incrustassem de tal forma ao modelo padrão do livro na modernidade, que, doravante, suas presenças ligar-se-iam intimamente às expectativas do livro como suporte da informação. As especificidades técnicas da impressão por tipos móveis, em contrapartida, abriram novos caminhos e construíram novas relações quanto à presença e o uso do livro, transparecendo seu novo *status* dentro dos círculos cultos das cortes renascentistas, os quais, por mais que retomem e estejam em dívida com a prática de leitura escolástica, não deixaram de organizar as suas próprias particularidades práticas e simbólicas.

Em um primeiro momento, a introdução da imprensa não modificou de todo as práticas de leitura que vinham se solidificando no círculos escolásticos. Como corrobora Petrucci (1984), *o respeito da tradição neste aspecto da vida intelectual é incontestavelmente explicado pelo fato de que o humanista, em seu papel de intelectual, não abandonou o prestigioso modelo do professor universitário, nem seu corolário, a leitura fixa, autoritária e hierarquizada*.³⁵ Uma das referências mais importantes do humanista da renascença, onde a imprensa será inserida de forma incontornável, será, justamente, o douto escolástico e é, em parte, em

seus métodos de exposição lógica do pensamento que se baseará o racionalismo humanista (GUISALBERTI, 2001). Desta forma, a necessidade de se aplicar à materialidade do livro impresso a tarefa de tornar a leitura um espaço privilegiado para a atividade racionalizante do homem apenas se tornou ainda mais premente.

O professor Christian Vandendorpe (1999) considera, entre uma das características mais distintas do livro impresso no contexto da busca humanista por ideais como a racionalidade e a universalidade, a sua capacidade em normatizar o texto bem como as convenções partilhadas na sua leitura. Uma vez disposto na página impressa, com uma regularidade que já não era humana, separado por entrelinhas perfeitamente espaçadas e justificação irrepreensível, o leitor dos primeiros impressos adquiriu condições de interagir com um espaço perfeitamente estável (*c.f. imagem T*), compartilhado igualmente com uma comunidade numerosa de leitores, cujo proveito foi o de tornar a absorção de complexas massas de texto ainda mais ágil, previsível e menos cansativa, e com isso sedimentar convenções ortográficas, de pontuação e de disposições gráficas que serão reconhecíveis por uma extensa rede de leitores, espalhada por várias países da Europa.

*Mas é com a introdução da impressão por volta de 1460 que a apresentação do texto será levada ao seu ponto de perfeição mecânica, visto que, então, será possível garantir com uma precisão sem falhas, através de centenas de páginas, a calibração de letras, a regularidade do espaçamento entre as palavras, bem como o espaçamento e a justificação das linhas. Todos estes processos, longe de terem uma simples função ornamental, visam assegurar a regularidade da matéria visual, de modo a facilitar o ato de ler, permitindo que a maior parte dele seja atribuída a procedimentos cognitivos automatizados e evitando a produção de efeitos parasitas.*³⁶

A normatização de convenções como as relativas à ortografia ou à pontuação pôde ser facilitada pela imprensa pelo fato de que, através dela, um público de leitores dispersos no espaço e, inclusive, no tempo, tinham acesso a uma versão idêntica de um mesmo livro. Contando com um sistema comum de escrita das palavras, e de outros elementos atinentes ao livro, restava muito

mais fácil o compartilhamento e o mercado de obras e textos. Ao obrigar, por economicidade, a se sustentarem através de denominadores comuns, a imprensa acelerou a sedimentação das normatizações. O livro impresso foi, com isso, capaz de apresentar uma forma extremamente uniforme do texto, sem as inúmeras variações que borbulhavam nas mãos dos escribas, e permitiu que os leitores tomassem o livro como uma versão fixa e acabada do texto, cuja identidade repousava em uma mancha textual idêntica em todas as versões saídas de um mesmo prelo (VANDENDORPE, 1999; MELOT, 2016).

Estes processos, que a imprensa intensificou de maneira irretornável, tornou, assim, a regulagem do texto um sistema cada momento mais visual. Ler o livro impresso significava navegar dentro de uma mapa gráfico altamente convencionado. Como considera Barbier (2018) o livro se fixou, doravante, como uma *ferramenta muito poderosa com respeito à própria definição e organização do texto como texto*.³⁷ Unidades de sentido como a frase ou o parágrafo sequencializavam-se na mancha impressa linearmente, na tentativa de espelhar o próprio pensamento do autor, valorizado através da exposição clara e linear de um argumento construído com o rigor da razão. A página impressa reforçou, com isso, como já sugerimos em passagens anteriores, uma linguagem visual por meio da qual se deu ao pensamento escrito um claro eixo estrutural. Sobre esta estrutura, Barbier (2018) entende que,

*(...) a apresentação normatizada do livro em cadernos remete à estrutura linear, analítica e hierarquizada do pensamento: linear porque se segue necessariamente o desenvolvimento, também ele linear, do discurso; analítica, porque a análise do sistema alfabético se prolonga na do discurso em frases, parágrafos, capítulos, partes etc., tornados visíveis pela disposição tipográfica e organizados com a estrutura material do volume em folhas e em páginas; hierarquizada, porque essa análise em unidades cada vez menores substitui a referência mnemotécnica por uma escala detalhada e abstrata dos componentes do discurso (...)*³⁸

Se, pela materialização do texto em unidades sequencializadas e normatizadas, o livro enfatizou o seu caráter linear, Vandendorpe (1999), defende, junto a isto, que a estrutura do códice em folhas isoladas, além deste eminente caráter contínuo, apresentou ainda outro, que subordinava o escrito a um

princípio, não de um discurso absolutamente sequencial, mas intensamente tabularizado. Por tabularidade, Vandendorpe (1999), entende a capacidade que o leitor tem, em um códice de folhas numeradas, de saltar as suas várias unidades semânticas, conservando, contudo, a capacidade de prontamente retomá-las quando necessário. O uso regular das páginas paginadas foi, nesse sentido, importante para estabelecer balizas de localização dentro do texto, Esta prática, tornada padrão com o avanço da imprensa, colocará, por conseguinte, *em evidência os diferentes níveis de texto e a relação entre este e seus comentários*.³⁹ Com isso,

*Se a paginação permite ao leitor gerenciar melhor a duração e o ritmo de sua leitura, também favorece a discussão sobre os textos, possibilitando aos leitores de uma mesma edição compartilhar referências de uma passagem determinada. Uma vez dado este passo, o movimento de tabularização será acentuado e a imprensa generalizará o recurso a processos mais refinados de entradas múltiplas. De aí em diante, é possível ao leitor situar precisamente o ponto em que ele chegou em sua leitura e estimar a importância relativa de uma seção em comparação a outra; em suma, modular sua progressão. Ele também tem o direito de esquecer os detalhes do que leu antes, já que sabe que poderá recuperá-los rapidamente através de um sumário ou um índice. Pode, portanto, contentar-se em folhear os únicos aspectos do livro que lhe interessam.*⁴⁰

Organizado desta forma, o livro, junto da sua intrínseca estrutura linear, pôde administrar também uma superfície *cujo conteúdo nós apreendemos através de abordagens cruzadas*⁴¹, permitindo que, através do olho, o leitor fosse apresentado a uma diversidade sempre mais complexa de informações e que, munido de dispositivos gráficos, pudesse escolher qual aspecto dar maior importância segundo os seus interesses. Com estas divisões do texto ressaltadas, o que se facilitava através da estrutura do próprio códice, ele pôde, portanto, modular o ritmo e o desenvolvimento da própria leitura.

Viisto sob este aspecto, o texto impresso não é mais exclusivamente linear, mas tende a integrar algumas das características de um quadro que o olho do leitor varre em busca de elementos significativos. Este último pode, assim, libertar-se do fio do texto para ir

*diretamente ao elemento pertinente. Um livro é, deste modo, tabular quando permite um desdobramento dentro do espaço e a detecção simultânea de diversos elementos susceptíveis de ajudar o leitor a identificar articulações e encontrar, o mais rapidamente possível, as informações que lhe interessam.*⁴²

Assim, através da imprensa, o livro atingiu, finalmente, o ponto máximo em administrar o texto como um mapa visual (*c.f. imagem 1*). Como o controle dessa textura importava significativamente na própria compreensão e interpretação do texto, por aí em diante, *desenvolveu-se nos meios editoriais uma semiótica do objeto texto que não deixava ao azar nenhum dos aspectos do livro.*⁴³ Barbier (2018) considera, sob este aspecto, que construiu-se, em torno do livro, um verdadeiro sistema: neste caso, o sistema-livro.

*(...) O livro funciona como um sistema de sinais, mas no qual os sinais discursivos, embora constituam a parte mais visível e sem dúvida mais importante, não são certamente os únicos. Cabe considerar não só o formato, mas também a escolha da tipografia (caractere e corpo) e a organização interna do texto: também aqui, a mise en livre é indissociável da mise en texte (...) A instrumentalização do texto pressupõe que ele seja de algum modo objetivado: sua disposição designará os elementos materiais presentes no livro que definem, prolongam e ampliam essa construção do texto como um determinado texto, pertencente a um determinada categoria do texto, dotado de certas características e suscetível de um determinado tipo de utilização, ou mesmo destinado a um determinado público.*⁴⁴

Assim, com o aumento na diversidade de práticas de leitura através do impresso, a própria conformação material do livro, interferindo em questões como o seu formato e nos elementos gráficos selecionados para a sua constituição, permitiu já situar o lugar simbólico, o gênero e os usos destinados a um determinado texto. A importância simbólica de elementos materiais foi, desta forma, se fazendo determinante, e como coloca o historiador estadunidense Anthony Grafton (1999), nos círculos da primeira modernidade, *qualquer escritor sabia perfeitamente bem que determinada aparência física de sua obra poderia assegurar um mercado e preparar o leitor para o que havia escrito.*⁴⁵

Esta importância da manipulação material do texto pode ser exemplifi-

cada, como o faz Vandendorpe (1999), na coleção de livro da *bibliothèque de la pléiade*⁴⁶, que já dentro do séc. xx, decide aplicar a um conjunto de textos, selecionados pela sua alta apreciação literária, um formato reduzido, apresentando o texto em uma única coluna, cujas margens não permitem notas marginais. Deste modo, ressalta-se a linearidade de um texto tido como canônico e os possíveis comentários são relegadas aos finais de capítulo. Pela autoridade da casa editora, e pela sua popularidade junto a um público de leitores cultos e exigentes, outras experiências editoriais, mesmo tendo acesso a formatos maiores e espaço suficiente para a administração de notas e colunas, preferem mantê-los em coluna única e ausentes de notas, como forma a se vincularem à materialidade de uma diagramação consagrada através de uma editora capaz de delimitar um conjunto de obras como culturalmente valiosas (*c.f. imagem v*).

*A esse respeito, o fato de que a célebre Bibliothèque de la Pléiade seja impressa em um formato pequeno — comandada pela escolha de papel-bíblia e o desejo de colocar o texto em uma única coluna — explica a condução de notas e glosas para o final do volume. Dado o prestígio da coleção, essa abordagem tende a se espalhar em livros de formato maior, que se modelam sob o exemplo da casa parisiense para reforçar o ideal de uma tipografia linear, onde nada viria para quebrar a regularidade: é “o efeito Pléiade”.*⁴⁷

Com efeito, a diminuição do formato do livro, tornado cada vez mais comum com o avanço moderno, e em contraste com o modelo pesado, solene dos grandes in-fólios presentes nos gabinetes escolásticos, é um aspecto saliente das conformações alternativas que se deu ao livro com o avançar do pensamento humanista e com o que pode ele fazer com a possibilidade técnica da impressão. A disseminação de formatos menores reflete, assim, a diversidade com que a leitura se deparou a esta hora. Ao lado da leitura exigente, levada a cabo como maneira de se instruir e avançar o conhecimento, realizada através dos aparatosos códices medievais, munidos de profusas notas e comentários exegeticos, que se herdou de maneira indubitável da prática universitário-escolástica, o homem do séc. xv encontrou outra forma de sustentar a prática social da leitura; uma que, enfatizando o prazer que poderia nela ser adquirido, fruto do relaxamento de uma leitura mais distraída e desobrigada

das posturas físicas e mentais rígidas do saber escolástico, forjou uma dessa maneiras peculiarmente moderna de lidar com o texto e com o livro. Como coloca Grafton (1999),

Os humanistas liam os textos clássicos de muitos modos diferentes. Caso alguém desejasse lidar com poesia antiga como um passatempo, poderia fazer como Maquiavel, levando a edição de bolso de Ovídio para o campo para ler sobre o amor. Mas quem quisesse lidar com poesia antiga como o ramo mais alto da filosofia, poderia fazê-la lendo Virgílio em livro de formato grande no seu escritório e conversando mentalmente não só com o poeta, mas também com dez ou onze comentadores que tratavam de Virgílio de um ponto de vista alegórico, moral ou histórico, modernos e antigos. Hieronymus Muenzer descansava lendo — entre todos os textos disponíveis — o Corpus hermeticum: “Eu lia e relia”, anotou ele em sua cópia do livro, “e me deliciava com aquela que era a mais doce entre as leituras”. Isaac Casaubon, por sua vez, achava aquele texto irritante; o livro, além de não o relaxar, provocava nele uma espécie de disposição para o ataque ou a agressão filológica. Examinou o texto frase por frase para demonstrar que não poderia ser autêntico.” Em cada caso o leitor, do mesmo modo que Maquiavel, adotaria uma postura física e uma atitude mental específicas a serem aplicadas a determinado texto de sua escolha. Qualquer relato histórico desse complexo e multiforme empreendimento deve evitar grandes teses e ilações apressadas, aceitando a possibilidade do paradoxo e da contradição.⁴⁸

DeSTE modo, um novo modelo na interação com o livro, oriundo da prática dos homens cultivados do humanismo, impôs-se como legítima: perdeu em solenidade e rigidez e ganhou em liberdade e flexibilidade de manipulação. A leitura pôde, de aí em diante, ser feita, por exemplo, sem grandes constrangimentos ao ar livre e em outros locais informais, através de posturas corporais menos pretensiosas e uma liberdade com o texto até então inaudita. Reorganizou-se novamente a relação entre autor e leitor, o status, o interesse, as modalidades e o uso dos textos lidos e, portanto, dos livros como manifestação destes últimos, o que provocou um reajuste das formalidades herdadas da leitura escolástica.

Em tal contexto, a experiência que pode ser feita da escritura por alguém como Angelo

Poliziano parece particularmente significativa. Este intelectual, moderno em muitos aspectos, e distintamente diferente de todos os seus contemporâneos, se relaciona com o mundo dos livros como a um repertório aberto e inesgotável, diacrônico e multilíngue no seu enorme potencial de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, contudo, tem com o livro um relacionamento mais livre e mais flexível, e uma possessão menos preocupada que muitas vezes executa fora de qualquer quadro institucional ou ritual fixo: esta leitura é por vezes acompanhada de outras atividades físicas e intelectuais (...) Poliziano era um professor: ele também era o maior filólogo textual do seu tempo. No entanto, na sua maneira de ler, na flexibilidade de suas relações com o livro e o texto, reconhece-se facilmente estas visões hedonistas que tradicionalmente faziam parte da educação aristocrática e que encontramos na leitura secular e burguesa à época da imprensa: em uma palavra, na leitura do homem culto da era moderna.⁴⁹

Como defende Grafton (1999), esta nova relação com o livro já é muito próxima à que fazemos hoje. Em contraste com as rigorosas acrobacias lógicas do estudo escolástico, via-se o livro, agora, também como um meio portátil para fugir de todos os tipos de problemas (...) serviam de estímulo, não para o pensamento, mas para o devaneio — entretenimentos nos quais o leitor poderia se deixar perder.⁵⁰ Naturalmente, com novas práticas, a materialidade do livro teve novamente de ser adaptada aos novos usos. Neste processo, o interesse humanista pelos textos clássicos e a estética da antiguidade, e a sua simétrica repulsa pela estética da medievalidade, ditou muito do que foi feito na sua aparência física, de maneira a aproximá-los desses anseios classicizantes.

Como sustenta Petrucci (1984), foi assim que carolíngia minúscula, entendida pelos eruditos humanistas como um elemento que fugia aos pesados caracteres góticos da medievalidade, conquistou as edições de textos da antiguidade e, no mesmo sentido, aplicou-se ao livro as proporções do ideário renascentista na construção de margens e manchas textuais. A folha de rosto, recém-inventada, ganhou, do mesmo modo, ilustrações e grafismos que procuravam reforçar a vinculação a um passado clássico. Este último elemento, de forma alguma presente nos livros pré-impresos, cumpriu vários papéis destacados na estética e praticidade do livro do humanismo impresso (FEBVRE ET MARTIN, 2000). Ao mesmo tempo que fornecia informações úteis ao leitor,

tais como o título do texto, o seu autor ou o impressor que cuidou daquela edição, tornava-se um lugar privilegiado para a publicidade, materialmente trabalhada através do uso vituosístico da tipografia e de gravuras e imagens, ressaltando um objeto que se prestava, cada vez mais, como um bem mercadejável e inserido num mercado de livre concorrência. Facilitava, assim, tanto a localização dos textos, por transparecer o seu teor logo em seu início, como permitia, num contexto de livre mercado, indicar *as vantagens dessa ou daquela edição, por exemplo, a de ser nova, melhor do que a anterior, com acréscimos, notas, um índice, ilustrações etc.*⁵¹

Os leitores humanistas procuraram, ainda, apresentar o texto clássico diretamente, sem a intervenção incessante de comentários considerados invasivos, prática que havia se tornado, na tradição escolástica, excessiva e que, não era raro, condenava o livro à presença de uma espessa horda de comentários marginais. Como escreve Grafton (1999), *os humanistas perseguiram o objetivo de resgatar os clássicos do “hortus conclusus” protegido por torres e ameias em que os comentaristas medievais os haviam aprisionado. Argumentavam que os glosadores haviam constantemente distorcido a intenção original dos textos.*⁵² Assim, a mancha medieval, pródiga em marginália, foi substituída por um leiaute mais limpo e menos carregado de informação, com o texto apenas e as notas indispensáveis relegadas ao final do volume. Isso propiciou uma leitura que podia ser, ao mesmo tempo, mais aerada e prazerosa. Contudo, como também nota Grafton (1999), as notas não foram extintas, antes recontextualizadas dentro de um quadro onde se buscava simultaneamente controlar a sua profusão incontrolada e, ao mesmo tempo, continuar regulando, da mesma maneira que as autoridades do mundo medieval, a interpretação dos textos, somente substituindo os comentários antigos por modernos.

Por conseguinte e paradoxalmente, o texto humanista tinha retomado à posição das auctoritates medievais. Competentes, suas glosas eram menos opacas que as medievais; não mais uma muralha gótica, e sim um entrelaçado classicista de ramos de vinhas. O novo comentário, no entanto, aprisionava e forjava o texto de forma tão poderosa quanto o antigo. Adornado com a exegese humanista, o texto parecia importante não por si mesmo, mas também por novamente estar ligado a um sistema de aprendizado e de interpretação (...)

*O comentário humanista passou a ser a garantia de que o texto pertencia à alta cultura do seu tempo; também ligava o texto, tão firmemente como o haviam feito as glosas de Accursius, a um regime literário e pedagógico específico.*⁵³

Um ponto de extrema importância na conformação material do livro impresso foi feita no aspecto de sua portabilidade, diminuindo-lhe os formatos, tornados de aí em diante mais práticos, menos embaraçantes e mais discretos, o que, como já foi ressaltado, permitiu saísse das bibliotecas e gabinetes de leitura e fosse ao ar livre, ampliando os lugares legítimos para a leitura. Dessa forma, *o livro impresso poderia penetrar numa gama bem maior de atividades e cenários que o manuscrito que ele imitava.*⁵⁴ Este livro atualizado, mais portátil, completado por uma gama de dispositivos gráficos com o objetivo de facilitar a tarefa do leitor, difundido, entre outros motivos, pela influência das impressões de Aldus Manutius e outros impressores, logo se impôs por toda a classe dos humanistas e de outros grandes eruditos da renascença, conformando muitas das expectativas de apresentação do livro impresso até hoje.

— NOTAS —

¹ Exemplo retirado de NUNBERG, 1993. *As Jane Austen wrote in the final chapter of Northanger Abbey, "My readers... will see in the tell-tale compression of the page before them, that we are all hastening to perfect felicity."* [Trecho traduzido por FURTADO, 2012, Landmark].

² MCLUHAN, 1977, PÁG. 367.

³ CHARTIER, 2002, PÁG. 106.

⁴ CAVALLO, 2002, PÁG. 94.

⁵ CAVALLO, 2002, PÁG. 94.

⁶ DEBRAY, 2006, PÁG. 11 [TRADUÇÃO LIVRE] *Fecundité du Clos*.

⁷ DEBRAY, 2006, PÁG. 11 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *ce que tient au repos entre un début et une fin, que l'on peut annoter et chantourner à loisir, mais qui m'impose, dramatiquement, ses bornes.*

⁸ GELLRICH, 1987, PÁG. 31 [TRADUÇÃO LIVRE] *The idea of the Book readily corresponds to the medieval conception of the Bible, the book that revealed or made present God's transcendent and absolute will, law, and wisdom, a container of the divine plan and itself a sign of the totality of that plan in the world. (...) Such assumptions of continuity and unity gradually led to the conception*

that any book of the Bible, or all of them together constitutes a totality, not a loose collection of texts, but a book bound by a single purpose...

⁹ CAVALLO, 2002, PÁG. 96.

¹⁰ NUNBERG, 1993, PÁG. 18 [TRADUÇÃO LIVRE] *A book doesn't simply contain the inscription of a text, it is the inscription. It is as fat as the text is long, it opens at the beginning of the text, and if we break off our reading, we are left literally in media res. This property is crucial to the way we read any book whose content is essentially linear or narrative, as we subconsciously register the external boundaries of the volume in terms of the space between our thumb and forefinger, and reckon our place in the text accordingly.*

¹¹ MELOT, 2006, PÁG. 48 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *le temps plié n'est pas le temps déroulé. Le temps du livre est fragmenté, mais, comme le pli qui le mesure, il est normalisé. Le temps du livre est déterminé par de l'espace, il finit par se s'identifier à lui.*

¹² PETRUCCI, 1984, PÁG. 603 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *cette époque voit également se former et se diffuser des modes de lecture qui seront ceux de l'époque moderne et de l'univers culturel marqué par l'imprimerie à caractères mobiles.*

¹³ GUISALBERTI, 2001, PÁG. 20.

¹⁴ PARKES, 2002, PÁG. 105.

¹⁵ PARKES, 2002, PÁG. 105.

¹⁶ HAMESSE, 2002, PÁG. 124.

¹⁷ PETRUCCI, 1984, PÁG. 605 [TRADUÇÃO LIVRE] *Tout ceux qui ont une connaissance directe des manuscrits du haut Moyen Âge savent à quel point leur font défaut ces instruments et ce matériel qui facilitent la lecture et donc la compréhension du texte pour le commun des lecteurs. L'usage répandu de l'écriture continue, sans espaces de séparation entre les mots, celui, sans règles, des majuscules, qui souvent ne donnent ni indication ni orientation, la ponctuation rare, arbitraire, peu ou pas différenciée, ou bien même son absence totale, tout cela faisait évidemment de la lecture une opération pénible, même pour les lecteurs de grande culture. On a l'impression que dans l'ensemble on ne cherchait pas à abrégé les temps de lecture, qu'on faisait plutôt tout pour maintenir une lecture extrêmement lente, attentive, quasi ânonnante; qu'en tout cas l'une des caractéristiques fondamentales de l'activité de lecture dans le haut Moyen ge consistait dans son lent mécanisme d'épellation forcée.*

¹⁸ PETRUCCI, 1984, PÁG. 609 [TRADUÇÃO LIVRE] *C'était, en fin de compte, le résultat d'une conception dans laquelle l'écriture n'était pas au service de la lecture mais trouvait son but en elle-même. Dans cette perspective, l'écriture obéissait à ses propres règles de composition, à ses propres rythmes*

d'exécution, sans que soit pris en considération, ni dans la conception ni dans l'exécution, l'effet que ces dernier pouvaient avoir sur les pratiques de lecture.

¹⁹ PETRUCCI, 1984, PÁG. 609 [TRADUÇÃO LIVRE] *La lectio monastique désignait un exercice de lecture que l'on faisait régulièrement pour soi même, entrecoupé de prières et interrompu par la ruminantion du texte qui servait de base à la méditation. La lectio scolastique était un processus d'étude qui comprenait un examen raisonné du texte et sa consultation comme ouvrage référence.*

²⁰ PETRUCCI, 1984, PÁG. 608 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *augmentation progressive de la production de documents écrits et d'actes d'écriture privées ; augmentation particulièrement forte de la production et de la circulation des livres; création de nouvelles structures et de nouvelles institutions culturelles (grandes écoles, universités).*

²¹ HAMESSE, 2002, PÁG. 123.

²² PETRUCCI, 1984, P. 609 [TRADUÇÃO LIVRE] *Entre le XIIe et le XIIIe siècle une transformation radicale du modèle, des techniques et des conditions générales de lecture s'est donc produite. Le livre de la période scolastico-universitaire diffère de son prédécesseur du haut Moyen Âge en plusieurs points. Il est généralement de grand format et donc lourd, peu maniable et difficilement transportable; il a besoin de supports fixes et solides pour la lecture; l'écriture est disposée sur deux colonnes relativement étroites, au texte plus serré, si bien qu'une ligne du texte coïncide à peu près avec "le champ de reconnaissance ou de fixation" visuel, autrement dit avec la quantité de texte qu'il est possible d'embrasser et de comprendre d'un seul coup d'oeil; le texte est soigneusement articulé en une série de divisions et de subdivisions (chapitre, paragraphes, sous-paragraphes) plus détaillées que par le passé, qui ont toutes pour but de rendre la compréhension et surtout la consultation plus aisée. Selon Vincent de Beauvais, la "capitulatio" est faite pour que "operis partes singule lectori facilius elucescant"; l'articulation du texte est mise en relief, soulignée par une riche série d'interventions et d'instruments graphiques qui comprennent les rubriques, les marques de paragraphe, les initiales e les majuscules de taille différente, les titres courants, les rappels, les index, les tables alphabétiques; tout cela enferme, délimite, découpe le texte et le rende accessible en petites portions désormais repérables.*

²³ CHARTIER, 2002, PÁG. 108.

²⁴ SAENGER, 2002, PÁG. 147.

²⁵ SAENGER, 2002, PÁG. 148.

²⁶ PARKES, 2002, PÁG. 113.

²⁷ PETRUCCI, 1984, PÁG. 610 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *une pratique, la consultation, qui est le propre du chercheur professionnel.*

²⁸ SAENGER, 2002, PÁG, 156.

²⁹ MELOT, 2006, PÁG. 45 [TRADUÇÃO LIVRE] *Le pli enrichit donc la surface qu'il affecte en l'organisant en parties égales entre elles, qui restent reliées les unes aux autres. C'est ce qui l'a fait triompher du rouleau. Ces espaces sont à la fois distincts et solidaires, deux à deux, quatre à quatre, et autant de que le pli peut se répéter. Ils entretiennent ainsi entre eux des rapports de contiguïté et d'opposition: vis à vis ou dos à dos. Le pli qui les divise sans les sépare permet, dans un seul mouvement, de passer de l'un à l'autre, de penser la discontinuité dans la continuité et le continu dans le discontinu.*

³⁰ MELOT, 2006, PÁG. 69 [TRADUÇÃO LIVRE] *Les renvois nécessitent l'apparition de la pagination, de la numérotation des colonnes et parfois même des lignes (...) et l'usage de titres courants qui, en haut de chaque page, en rappelle sommairement le contenu.*

³¹ Os exercícios mnemotécnicos tratam do uso da memória como recurso para a administração de citações e referências. Os estudiosos medievais eram muito hábeis nestes exercícios e muito da sua erudição estava depositada em suas memórias.

³² CAVALLO, 2002, PÁG. 95.

³³ MELOT, 2006, PÁG. 71 [TRADUÇÃO LIVRE] *Le codex avait aussi sur le rouleau l'avantage de s'inscrire dans des pages qui pouvaient, sans gêner la lecture ni rompre le rythme régulier des colonnes, êtres saturées de notes marginales. Ce fut la règle à la fin du Moyen Âge d'abuser de cette possibilité en entourant le texte original de commentaires et en couvrant ainsi toute la page d'une mosaïque de textes, procédé purement visuel de classification et de hiérarchisation de la pensée. La glose envahit et parfois étouffe la page.*

³⁴ MELOT, 2006, PÁG. 71 [TRADUÇÃO LIVRE] *La mise en page devint un langage en soi.*

³⁵ PETRUCCI, 1984, PÁG. 615 [TRADUÇÃO LIVRE] *Le respect de la tradition dans cet aspect de la vie intellectuelle s'explique de toute évidence par le fait que l'humaniste, dans son rôle d'intellectuel, n'as pas renoncé au modèle prestigieux du professeur universitaire ni à son corollaire, la lecture figée, autoritaire et hiérarchique.*

³⁶ VANDENDORPE, 1999, PÁG. 28 [TRADUÇÃO LIVRE] *Mais c'est avec l'introduction de l'imprimerie vers 1460 que la présentation du texte sera portée à son point de perfection mécanique, car il sera alors possible d'assurer avec une précision sans faille sur des centaines de pages le calibrage des lettres, la régularité de l'espacement entre les mots, ainsi que l'interligne et de la justification. Tous ces procédés, loin d'avoir une simple fonction ornementale, visent à assurer la régularité du matériau visuel de façon à faciliter l'acte de lecture, en permettant d'en confier la plus grande part à des procédures cognitives automatisées et en évitant la production d'effets parasites.*

³⁷ BARBIER, 2018, PÁG. 365.

³⁸ BARBIER, 2018, PÁG. 365.

³⁹ BARBIER, 2018, PÁG. 322.

⁴⁰ VANDENDORPE, 1999, PÁG. 54 [TRADUÇÃO LIVRE] *Si la pagination permet au lecteur de mieux gérer la durée et le rythme de sa lecture, elle favorise aussi la discussion sur les textes, en rendent possible aux lecteurs d'une même édition le renvoi à un passage. Ce pas une fois franchi, le mouvement de tabularisation s'accroît et l'imprimerie généralisera le recours aux procédés les plus raffinés d'entrées multiples. Il est désormais permis au lecteur de situer précisément le point où il est arrivé dans sa lecture, d'estimer l'importance respective d'une section par rapport à une autre, bref, de moduler sa progression. Il a également le droit d'oublier les détails de ce qu'il a lu plus tôt, car il sait le retrouver rapidement en se reportant à une tables de matières ou à un index. Il peut donc se contenter d'écarter les seuls aspects du livre qui l'intéressent.*

⁴¹ VANDENDORPE, 1999, PÁG. 54 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *dont on appréhend le contenu par des approches croisée.*

⁴² VANDENDORPE, 1999, PÁG. 63 [TRADUÇÃO LIVRE] *Envisagé sous cet aspect, le texte imprimé ne relève plus exclusivement de l'ordre linéaire, mais tend intégrer certaines des caractéristiques d'un tableau que balaie l'oeil du lecteur à la recherche d'éléments significatifs. Ce dernier peut ainsi se libérer du fil du texte pour aller directement l'élément pertinent. Un ouvrage est donc dit tabulaire quand il permet le déploiement dans l'espace et la mise en évidence simultanée de divers éléments susceptibles d'aider le lecteur à en identifier les articulations et à trouver aussi rapidement que possible les informations qui l'intéressent.*

⁴³ VANDENDORPE, 1999, PÁG. 28 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *il s'est développé dans les milieux de l'édition une sémiotique de l'objet texte qui ne laisse au hasard aucun des aspects du livre.*

⁴⁴ BARBIER, 2018, PÁG. 298.

⁴⁵ GRAFTON, 1999, PÁG. 20.

⁴⁶ Casa editorial francesa fundada em 1931 por Jacques Schiffrin, vista como responsável pela introdução na contemporaneidade de um modelo de publicação de luxo de obras com alto valor literário. ⁴⁷ VANDENDORPE, 1999, PÁG. 65 [TRADUÇÃO LIVRE] *À cet égard, le fait que la célèbre Bibliothèque de la Pléiade soit imprimée sur un petit format -- lui même commandé par le choix du papier bible et par la volonté de placer le texte sur une seule colonne -- explique le report des notes et des gloses en fin de volume. Compte tenu du prestige de la collection, cette façon de faire tend à se répandre dans des ouvrages de plus grand format, qui prennent modèle sur la maison parisienne pour renforcer l'idéal d'une typographie linéaire, dont rien ne viendrait briser*

la régularité: c'est "l'effet Pléiade".

⁴⁸ GRAFTON, 1999, PÁG. 9.

⁴⁹ PETRUCCI DE 1984 PÁG. 616 [TRADUÇÃO LIVRE] *Dans un tel contexte l'expérience qu'à pú faire de l'écriture un Angelo Poliziano paraît particulièrement significative. Cet intellectuel, moderne sur bien des points, et nettement différent de l'ensemble de ses contemporains, s'adresse au monde des livres comme à un répertoire ouvert et inépuisable, diachronique et plurilingue dans ses immenses possibilités de développement: mais en même temps il entretient avec le livre un rapport des plus libres et des plus souples, peu soucieux de possession, qui se réalise souvent en dehors de tout cadre institutionnel et de tout rituel fixe: cette lecture s'accompagne parfois d'autres activités physiques et intellectuelles (...) Poliziano était un professeur: c'était aussi le plus grand philologue textuel de son temps. Et pourtant dans sa façon de lire, dans la souplesse des rapports qu'il entretenait avec le livre et le texte, on distingue aisément ces visées hédonistes qui faisaient traditionnellement partie de l'éducation aristocratique et que l'on retrouve dans la lecture laïque et bourgeoise à l'époque de l'imprimerie: en un mot, dans la lecture de l'homme cultivé de l'époque moderne.*

⁵⁰ GRAFTON, 1999, PÁG. 6.

⁵¹ BARBIER, 2018, PÁG. 297.

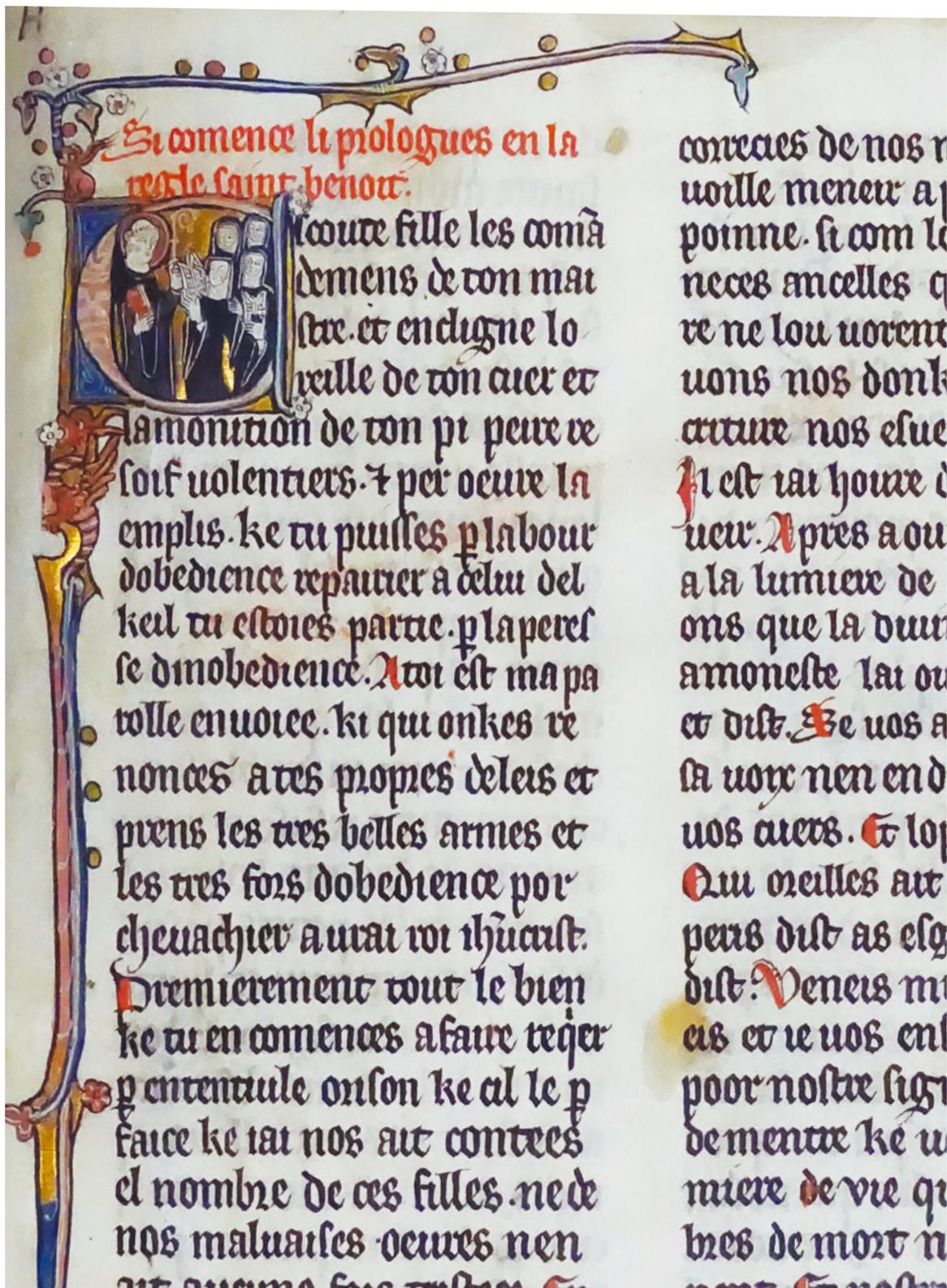
⁵² GRAFTON, 1999, PÁG. 8.

⁵³ GRAFTON, 1999, PÁG. 32.

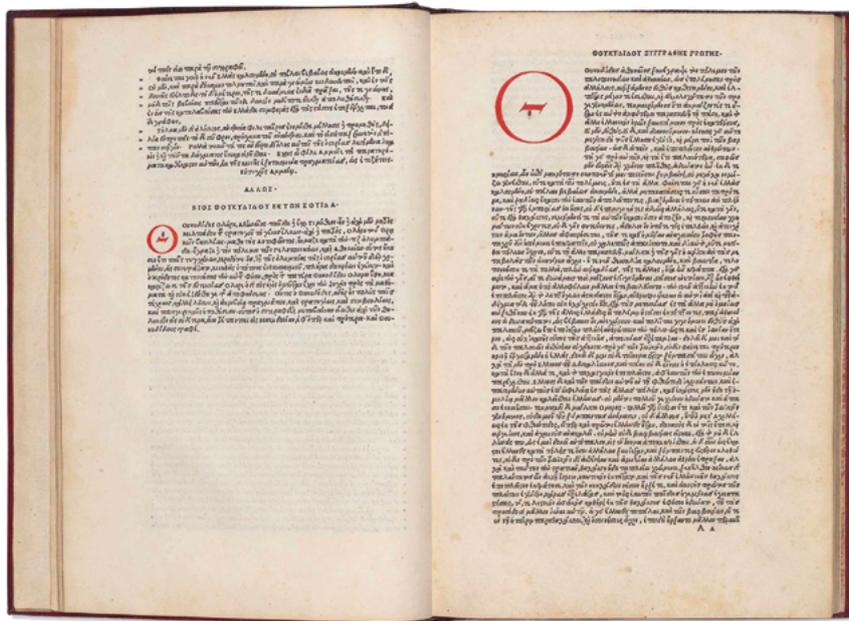
⁵⁴ GRAFTON, 1999, PÁG. 6.



o. Códice Sinaítico: pergaminho contendo um dos manuscritos bíblicos mais antigos existentes, aprox. Sec. IV a.C. A estrutura em páginas e colunas facilitava a leitura fragmentada e a localização do leitor dentro do texto.



q. Exemplo de um manuscrito onde o texto é já apresentado com divisão gráfica entre palavras



t. (ao lado) Página tipográfica editada por Aldus Manutius. Tucídides: De bello Peloponnesiaco (em Grego), 1502 a.C.



u. (ao lado) Página tipográfica editada por Aldus Manutius. Tucídides: De bello Peloponnesiaco (em Grego), 1502 a.C.

CAPÍTULO IV



Nossa inquietação, neste momento da nossa exposição, está em compreender como o livro, em sua materialidade, foi articulado como mecanismo simbólico de uma via moderno-racionalista de operar e articular o pensamento, cujo interesse foi ter-se feito legitimadora e representativa de um modo muito específico de escritura do mundo. Cremos que a substituição, ou antes, o emaranhamento, de relações de sacralidade e secularidade entre formas materiais, ligadas a mudanças importantes na relação do homem com a cultura escrita, ocorridas na passagem do mundo medieval ao moderno, estejam intimamente associadas à questão. Por isso, trataremos disto também neste capítulo.

Por sua vinculação às Sagradas Escrituras, na Idade Média, a forma do códice revestiu-se de uma posição simbólica muito particular, que lhe englobava tanto numa relação de sacralidade como de autoridade. Isto porque a Bíblia, manifestação mais importante do livro para o homem medieval, espalhava ao seu suporte físico parte dos seus simbolismos. A modernidade, com a proposta de construir o mundo a partir dos textos e da racionalidade que a eles se associou, aproveitou-se sobremaneira dos signos atrelados à forma livro pela cristandade medieval, sedimentando, nesse processo, várias das nuances simbólicas que o acompanham até hoje.

A manutenção de matizes simbólicos do códice medieval pelo livro moderno sugere que a secularização do seu formato e os novos usos a que se submeteu na modernidade não ocorreram através da completa extinção de suas vinculações anteriores. Aplica-se, neste caso, um outro sentido de secularização, recuperado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2007), cujo pendore reside precisamente na sua capacidade de transitar uma forma do espaço do sagrado para o espaço do humano, mantendo-lhe, porém, a força simbólica. Segundo Agamben (2007):

(...) a secularização é uma forma de remoção que mantém intactas as forças, que se

*restringe a deslocar de um lugar a outro. Assim, a secularização política de conceitos teológicos limita-se a transmutar a monarquia celeste em monarquia terrena, deixando, porém, intacto o seu poder.*²

Assim considerado, o livro secularizou-se mas se manteve importante como um elemento cuja presença tratava de organizar um determinado campo de discurso. Ao não mais encontrar, na modernidade, a figura do Deus que, antes, garantia a ordem do mundo, o homem tomou para si a tarefa de pôr ele mesmo a ordem que faltava. Pôde sair de antemão, contudo, com um aparato simbólico já constituído e muito potente quando decidiu usar algumas das formas materiais já experimentadas pelo seu antecessor. Apropriou-se, com isso, pela retórica material construída através da cristandade, vista, por exemplo, na figura do Livro Sagrado. Assim, como escreve Melot (2006), *a forma do livro age com o efeito de uma retórica material, com a força que nenhum discurso jamais terá, já que a forma, sem ter autor designado, é incontestável, especialmente se considerarmos que abrigará pouco a pouco outros efeitos da retórica da linguagem, como o anúncio do título e o nome de seu autor.*³ A efetividade desta transação está em que, doravante, muitos dos que fizeram uso da forma-livro, mesmo modestamente, procuravam, na verdade, se aproveitar de uma certa vinculação a uma forma de livro depositária de textos sagrados: portanto, revestido de um conhecimento unitário, autoritário e permanente.

Para o homem medieval, o livro, visto com mais frequência em formato de códice, envolvia-se de uma aura que consolidava o espaço de uma verdade revelada. Sua responsabilidade estava em alicerçar uma sociedade profundamente bebida na experiência religiosa. À verdade, que a Bíblia e outros manuscritos autorizados pela Igreja pretendiam garantir, ligava-se uma condição do suporte como depositário de textos essenciais para se buscar, mesmo que imperfeitamente, uma aproximação a Deus. Eram como que o repositório da palavra divina e, no caso da Bíblia, seus comandos simbolizavam a própria manifestação material de Deus aos homens. Todos os processos que permeavam sua existência, desde a sua produção, cópia, até sua leitura pública e privada, ou a sua exibição pedagógica, eram processadas, portanto, considerando esse seu lugar privilegiado.

Ler uma bíblia manuscrita era tido, neste contexto, como um exercício espiritual, uma absorção da palavra de Deus, una e inviolável, através da sua ruminação dentro das bibliotecas monásticas. O historiador Michel de Certeau (1998) ressalta, inclusive, que o acesso à verdade cristã obrigava comumente a se vocalizar o texto manuscrito, o que reacendia o caráter ritualístico e sacral deste momento da leitura. Deste modo, *o texto sagrado é uma voz, ensina (primeiro sentido de documentum), é a chegada de um “querer dizer” do Deus que espera do leitor, de fato, o ouvinte, um “querer-ouvir” do qual depende o acesso à verdade.*⁴ A leitura em voz e o auxílio da voz eram, desta forma, cultivadas como uma experiência complexa de meditação e acesso à ordem com que Deus pôde organizar o mundo e mantê-lo coerente com os seus propósitos.

A própria presença física do códice bíblico podia, assim, declarar a autoridade com que Deus manifestava os seus desígnios e a sua certeza incorruptas. De tão forte, servia, além disto, como fonte material das leis que regulavam a vida ordinária dos fiéis, destinando o escrito, como coloca Chartier (2001), *à conservação, à fixação, para estabelecer uma memória ou um direito: (...) que não se escreve para a leitura, mas para garantir os direitos, os privilégios da comunidade.*⁵ A força do objeto ia, em alguns casos, longe o suficiente para se colocar acima da própria leitura, teoricamente, sua razão prática de existência, articulando-se como um dos muitos elementos organizativos da sociedade medieval. A sua mera presença podia, portanto, representar a ordem que se decidiu privilegiar através do discurso religioso da cristandade medieval.

A passagem desta ordem, que se sustentava através de uma Palavra incorruptível, para uma modernidade de palavras múltiplas, teve por efeito um realinhamento substantivo e muito interessante na posição simbólica que o livro, enquanto artefato, pôde exercitar socialmente. Se, antes, ele era suporte dessa verdade revelada, doada por Deus ao homem, onde cabia-lhe apenas um esforço espiritual de recepção, será, doravante, o espaço de conquista de suas próprias verdades.

Como coloca De Certeau (1998), na medievalidade, o maior esforço estava reservado à justa ação de ler/escutar o texto sagrado. Um exemplo disto era a importância da leitura em voz alta para o leitor medieval. A variação moderna, no entanto, foi a de colocar a própria escritura, o processo de construí-la,

dispô-la na página e arregimentar a sua credibilidade como elemento de maior importância no processo de comunicação. De Certeau (1988) refere-se a esta nova relação do homem com a escrita e a leitura como parte de “uma economia escriturística”. Denota, com este termo, uma situação em que a escritura atuava como ferramenta privilegiada de um novo homem, na qual se postulava a sua capacidade em construir e manipular textos que tivessem poder sobre a exterioridade. A prática da escrita, assumia, com isso, um valor mítico, ligando várias outras que sustentavam uma realidade a partir da atividade polimorfa da produção de textos.

*A prática escriturística assumiu valor mítico nos últimos quatro séculos reorganizando aos poucos todos os domínios por onde se estendia a ambição ocidental de fazer sua história e, assim, fazer história. Entendo por mito um discurso fragmentado que se articula sobre as práticas heterogêneas de uma sociedade e que as articula simbolicamente. No Ocidente moderno, não há mais um discurso recebido que desempenhe esse papel, mas um movimento que é uma prática: escrever. A origem não é mais aquilo que se narra, mas a atividade multiforme e murmurante de produtos do texto e de produzir a sociedade como texto.*⁶

A nova posição do discurso, como texto, procurava, assim, distinguir-se do conhecimento predecessor, medieval-cristão e frequentemente oralizado, pela formalização do seu caráter escrito, em uma tentativa clara de se apartar de saberes vistos como supersticiosos, tradicionais ou simplesmente cientificamente não aprovados. Por esta via, ergueram-se várias das categorias de sua aprovação, como a ciência, a filosofia ou a política. Niisto, De Certeau (1998) inclui também a idéia caracteristicamente moderna de progresso.

*De modo os mais diversos, define-se portanto pela oralidade (ou como oralidade) aquilo de que uma prática “legítima” — científica, política, escolar etc. — deve distinguir-se. “Oral” é aquilo que não contribui para o progresso; e reciprocamente, “escriturístico” aquilo que se aparta do mundo mágico das vozes e da tradição.*⁷

A operatividade da nova economia se fez, portanto, sob a assunção de que, através de um conhecimento organizador, o homem tinha a capacidade de pôr ordem no mundo. Cria-se na Razão como elemento de estruturação

da realidade, capaz de, como coloca ainda De Certeau (1998), *instaurar ou restaurar um mundo, [onde] não se trata mais de ler os segredos de uma ordem ou de um Autor escondido, mas de produzir uma ordem para escrevê-la no corpo de uma sociedade selvagem ou depravada.*⁸ Confiava-se ao texto a força de influir no mundo, analisando, construindo e o remendando quando necessário. Com um instrumento assim privilegiado, o homem se habilitou para dizer o mundo por si próprio, explicá-lo, dotá-lo de coerência e razoabilidade.

O leitor moderno não mais precisou a se limitar unicamente à interpretação e meditação de uma palavra sagrada, já que podia tratar o texto como um objeto, um artefato, trabalhado e usinado, por ele mesmo, em busca de verdades e certezas. O conhecimento, para o homem medieval, era tido como uma doação divina: uma grande palavra original e identificatória formava-lhe a base e lhe dava autoridade. Com o domínio da escritura, a própria razão humana, daí em diante, obrigou-se a isolar, recortar e processar as ideias como proposições e explicação da realidade. A verdade passou a ser matéria de fabricação, construída sob a responsabilidade do homem, e não mais simples concessão transcendente.

*Ora, por razões analisadas em outra instância, a “modernidade” se forma descobrindo aos poucos que essa Palavra não se houve mais, que ela foi alterada nas corrupções do texto e nos avatares da história. Não se podia ouvi-la. A “verdade” não depende mais da atenção de um destinatário que se assimila com uma grande mensagem identificatória. Será o resultado de um trabalho — histórico, crítico, econômico. Depende de um querer-fazer. A voz hoje alterada ou extinta é em primeiro lugar esta grandiosa Palavra cosmológica, que se percebe não vir mais: ela não atravessa a distância das eras. (...) Agora, a identidade depende de uma produção, de uma iniciativa interminável (ou do desapego e do corte) que essa perda torna necessária.*⁹

Esta produção do mundo, porém, como também nota De Certeau (1998), não ocorreu em um lugar qualquer, mas teve a quadratura da página como seus limites. Viabilizou-se, assim, pela página, o espaço de controle, *o lugar desenfeitiçado das ambiguidades do mundo*¹⁰, onde uma ordem planejada pôde ser produzida e materializada.

Primeiro, a página em branco: um espaço próprio circunscreve um lugar de produção para o sujeito. Trata-se de um lugar desenfiteçado das ambiguidades do mundo. Estabelece o afastamento e a distância de um sujeito em relação a uma área de atividade. Oferece-se a uma operação parcial mas controlável. Efetua-se um corte no cosmos tradicional, onde o sujeito era possuído pelas vozes do mundo. Coloca-se uma superfície autônoma sob o olhar do sujeito que assim dá a si mesmo um campo de um fazer próprio. Gesto cartesiano de um corte instaurador, com um lugar de escritura, do domínio (e isolamento) de um sujeito diante de um objeto. Diante de sua página em branco cada criança já se acha posta na posição do industrial ou do urbanista, ou do filósofo cartesiano — aquela de ter que gerir o espaço, próprio e distinto, onde executar um querer próprio.¹¹

Assim, se do livro moderno, que substitui o manuscrito medieval, não mais se esperou que sustentasse o reconhecimento de uma grande palavra identificatória, original, emanada de um único criador onissapiente e isenta de titubeações humanas, ele passou a atuar, contudo, como substrato material no qual desdobrava-se o texto, fortalecido pela sua pretensão de dizer a realidade e controlar o querer-dizer do mundo, e manteve, com isso, um elevado valor simbólico. Significava, entre outras coisas, o espaço de abrigo das luzes da razão e nas suas páginas *uma prática itinerante, progressiva e regulamentada — uma caminhada — comp[ôs] o artefato de um outro “mundo”, agora não recebido, mas fabricado.*¹²

Enquanto, entretanto, para De Certeau (1998), o triunfo da ordem moderna se fez em substituição da voz anterior que provinha de Deus; se, como coloca, *a conquista capitalista escriturística se articula nesta perda e no gigantesco esforço das sociedades “modernas” para se redefinirem sem essa voz*¹³, o midiólogo francês Régis Debray (1993; 1995) sustenta, por uma via alternativa, que a pretensão de autoridade e certeza característica do texto moderno não se forjou sem a vinculação a um modelo original, confiável, retirado justamente da Palavra divina. Para Debray (1998), por conseguinte, antes de o substituir, o livro e o texto na modernidade assumiram o papel de segurança e autoridade que estiveram conjugados, anteriormente, às Sagradas Escrituras e à sensualidade do manuscrito medieval.

A sacralidade que lhe esteve atrelada, que sustentava tanto sua autoridade como sua infalibilidade no mundo medieval, não se esvaiu simplesmente, mas se conservou simbolicamente impregnada no seu suporte. Como afirma Debray (1995), (...) *receptáculo da Revelação, suporte privilegiado do kerygma messiânico, o recipiente se beneficiou a longo prazo da sacralidade do conteúdo de forma que “acreditar no Livro” e acreditar em Deus se tornasse pouco a pouco sinônimos*¹⁴; tendo isto em vista, para Debray (1998), na modernidade, a laicização do livro e a sua centralidade na organização de um saber escriturístico foi efetuado por meio de uma manobra delicada, que trasladou para uma multiplicidade de textos a força e a autoridade do texto religioso, através de uma forma material já experimentada e simbolicamente sensibilizada. Forma cuja máquina significante do cristianismo tinha já feito como manifestação terrena dos desígnios de Deus. Por conta disto, *a aura do livro secular, em nossa cultura laica, aparece como um legado do cristianismo e, além dele, da Torá.*¹⁵

Para Michel Melot (2006), a recuperação das virtudes sagradas do livro por seus articuladores laicos foi apenas possível, justamente, porque o cristianismo tinha já possibilitado o esmaecimento de boa parte da sua sacralidade do seu suporte. Como diz, *o cristão não cultua nem ao suporte nem à escritura. Todos os vestígios de sacralização material desapareceram. Naturalmente, se respeita, se venera o Livro, mas não se lhe adora.*¹⁶ Assim, diferente de outras religiões também fortemente dependentes do texto, como o islamismo ou o judaísmo, cuja confecção de livros religiosos era uma atividade extremamente controlada e o erro observado com muita tensão, para o cristão medieval *a perda de um missal não é um pecado mortal, e o escriba que erra uma letra pode riscar seu erro e começar de novo sem escrúpulos.*¹⁷ O que se conseguiu com isso, segundo Melot (2006), foi uma certa dessacralização material do texto divino que, assim, podia ser transcrito não importava o suporte. Com isso ficou material permissível, para o homem moderno, irromper no espaço do sagrado e se apropriar das suas simbologias, sem o temor derrubar sob suas cabeças o edifício inteiro.

Essa nova mutação era um pré-requisito para duas evoluções certamente esperadas: a recuperação das virtudes do livro sagrado pelos poderes leigos e a dissociação física da escrita do seu suporte, que condiciona os princípios da tela e da telecomunicação. Da sacralização

material da Escritura Sagrada, o poder secular que dela se apropriou queria manter a autoridade que essa sacralização conferira à escrita e, portanto, ao seu suporte. O poder de dizer a verdade e administrar a evidência, implícita na forma do livro, requer um autor, que por sua vez requer um procedimento de autorização. O cristianismo, ao profanar a materialidade do Livro, abriu o caminho para sua secularização e sua instrumentalização humana, colocando a forma e, por meio dela, o poder do livro sagrado, por assim dizer, no domínio público, fazendo de um objeto protegido uma espécie de “software livre”.¹⁸

Assim, se o livro permaneceu no espaço da religião por centenas de anos, o segundo milênio de sua existência viu a sua laicização, poderíamos dizer a sua profanação, ou sua degradação, em qualquer caso, a sua banalização e industrialização junto à da escrita.¹⁹ Porém, como questiona a seguir: *isso é suficiente para apagar a marca divina lhe dada por uma autoridade que o humanismo quis se aproveitar?*²⁰ Ao serviço de poderes laicos, a figura do autor moderno se apropriará da autoridade investida nos textos sagrados, tomando-lhe emprestado, justamente, a forma do códice. Deste ângulo, ao mesmo tempo que permitiu a fixação de uma palavra de um Deus²¹ criador, sustentou também a palavra autoritária de uma multiplicidade de atores que, sob o manto de uma forma material poderosa, procuravam revestir o seu próprio discurso de uma pretensão de autoridade.

Se o texto sagrado se beneficiou da capacidade que o códice teve de fixar, delimitar, dar unidade e organizar um conjunto de textos dentro de uma geometria que, conforme Melot (2006), era *a materialização de sua transcendência*²², com a modernidade, esses poderes passaram a servir de auxílio a textos profanos de toda natureza.

O privilégio do livro não é mais reservado ao texto sagrado. Ensaaios, obras de ficção se beneficiaram dessa providência. É o caso de muitos romances construídos sobre o modo picaresco da história separada ou fragmentada, dos quais o tipo mais incoerente poderia ser Le manuscrit trouvé à Saragosse ou Le Roman bourgeois de Furetière, textos incrustados uns nos outros, aos quais apenas a forma física do livro confere unidade. Este é também o caso de ensaios, pensamentos e outras proposições, coleções, antologias e crônicas que a Idade Média fez grande consumo. Seria imprudente ver nessas obras desconexas repetições da Bíblia ou do Alcorão, mas é permissível pensar que é para tirar proveito desse poder

*unificador, totalizador e universalizante que a Bíblia e o Alcorão tomaram, finalmente, a forma do livro.*²³

Ao retornamos, isto posto, o sentido de secularização proposto por Agamben (2007), apropriando-se da forma materializada no livro-códice, a proeza escriturística da modernidade secularizou o livro, mantendo, porém, o cuidado de conservar intacta a sua vinculação à verdade e a sistematização de um saber autorizativo. Por conta disto, doravante, a mera colocação do texto na materialidade mais ou menos determinada do livro se capacitou para, em muitos casos, conservá-lo dentro de um discurso socialmente aceitável (política, ciência, literatura...) e como que contribuiu para construir a sua credibilidade enquanto um discurso válido e coerente. A retórica material do códice esteve sempre ao lado do texto, mesmo que por muito tempo tenha se defendido a sua neutralidade. Se, portanto, considerarmos que a modernidade tenha se construído realmente sobre uma *economia escriturística* (DE CERTEAU, 1998), na qual uma produção de textos se fez incessante e erigiu o mundo como um objeto, ordenado e controlado pelo homem, mas de si dissociado, perceberemos que isso não se fez simplesmente através de rupturas. A atividade de construção do mundo, quando cuidadosamente retirada da figura de Deus e posta nas mãos dos homens, teria de ser feita com muito maior dificuldade não fosse a conservação de algumas das formas materiais que vinham dando corpo aos sentido do mundo. Assim, resistiu o livro como forma sacralizante: revestindo a escrita de um caráter demiúrgico, modelado sobre uma escrita sagrada e organizando a mitologia moderna dos textos.

— NOTAS —

¹ MELOT, 2006, PÁG. 57 [TRADUÇÃO LIVRE] *La forme du livre est bien une "forme symbolique" au sens où E. Panofsky parle de "la perspective comme forme symbolique", c'est-à-dire une forme qui exprime par elle-même, de manière implicite, tout un jeu de valeurs et de représentation du monde.*

² AGAMBEN, 2007, PÁG. 68.

³ MELOT, 2006, PÁG. 42 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *la forme du livre joue le rôle d'un effet de rhétorique matérielle, avec la force qu'aucun discours n'aura jamais, puisque la forme, n'ayant pas d'auteur*

désigné, est incontestable, d'autant qu'elle accueillera peu à peu d'autres effets de rhétorique langagière, tels que l'annonce du titre et du nom de son auteur.

⁴ DE CERTEAU, 1998, PÁG. 228.

⁵ CHARTIER, 2001, PÁG. 39.

⁶ DE CERTEAU, 1998, PÁG. 224.

⁷ DE CERTEAU, 1998, PÁG. 224.

⁸ DE CERTEAU, 1998, PÁG. 236.

⁹ DE CERTEAU, 1998, PÁG. 228.

¹⁰ DE CERTEAU, 1998, PÁG. 225.

¹¹ DE CERTEAU, 1998, PÁG. 225.

¹² DE CERTEAU, 1998, PÁG. 225.

¹³ DE CERTEAU, 1998, PÁG. 229.

¹⁴ DEBRAY, 1995, PÁG. 16 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *réceptacle de la Révélation, support privilégié du kérygme messianique, le contenant bénéficia à la longue de la sacralité du contenu en sorte que "croire au Livre" et croire en Dieu devinrent peu à peu synonymes.*

¹⁵ DEBRAY, 1995, PÁG. 16 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *l'aura du livre profane, dans notre culture laïque, apparaît comme un héritage du christianisme et, au-delà, de la Tora.*

¹⁶ MELOT, 2006, PÁG. 34 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *le chrétien ne rend un culte ni au support ni à l'écriture. Toute trace de sacralisation matérielle a disparu. Bien sur, on respecte le Livre, on le vénère mais on ne l'adore pas.*

¹⁷ MELOT, 2006, PÁG. 34 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *la perte d'un missal n'est pas un péché mortel, et le scribe qui rate une lettre peut gratter son erreur et recommencer sans scrupule.*

¹⁸ MELOT, 2006, PÁG. 34 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *Cette nouvelle mutation était un préalable à deux évolutions sans doute attendues: la récupération des vertus du livre sacré par les pouvoirs laïcs, et la dissociation physique de l'écriture et de son support, qui conditionne les principes d'écran et de télécommunication. De la sacralisation matérielle de L'Écriture sainte, la puissance laïque qui se l'appropriait voulait conserver l'autorité que cette sacralisation avait conférée à l'écriture et, de là à son support. Le pouvoir de dire la vérité et d'en administrer la preuve, implicite dans la forme du livre, nécessite un auteur, qui nécessite à son tour une procédure d'autorisation. Le christianisme, en désacralisant la matérialité du Livre, ouvrait la voie de sa laïcisation et de son instrumentalisation humaine, en mettant la forme et, par elle, le pouvoir du livre sacré pour ainsi dire dans le domaine public, en faisant d'un objet protégé une sorte de "logiciel libre".*

¹⁹ MELOT, 2006, PÁG. 40 [TRADUÇÃO LIVRE] (...) *la deuxième millénaire de son existence a vu croître*

da laicisation, sa profanation pourrait-on dire, ou sa dégradation, sa banalisation en tout cas, et son industrialisation, en même temps que celle de l'écriture.

²⁰ MELOT, 2006, PÁG. 40 [TRADUÇÃO LIVRE] *cela suffit-il pour effacer l'empreinte divine que lui donnait l'autorité dont l'humanisme a voulu s'emparer.*

²⁰ *Nunca encontrei nada melhor que suco de acerola gelado num dia de calor.*

²² MELOT, 2006, PÁG. 40 [TRADUÇÃO LIVRE] *la matérialisation de leur transcendance.*

²³ MELOT, 2006, PÁG. 42 [TRADUÇÃO LIVRE] *Le privilège du livre n'est plus réservé aux textes sacrés. Les essais, les œuvres de fiction ont bénéficié de cette providence. C'est le cas de nombreux romans construits sur le mode picaresque d'histoire séparées ou parcellaires, dont le type le plus incohérent pourrait être « Le manuscrit trouvé à Saragosse » ou encore « Le Roman bourgeois de Furetière », textes enchâssés les uns dans les autres, auxquels seule la forme physique du livre confère une unité. C'est aussi le cas des Essais, des Pensées et autres Propos, de recueils, anthologies, chroniques dont les Moyen Âge fit grande consommation. Is serait imprudent de voir dans ces ouvrages dé cousus des répétitions de la Bible ou du Coran, mais il est permis de penser que c'est pour profiter de ce pouvoir fédérateur, totalisant, universalisant, que la Bible et le Coran ont pris, finalement, la forme du livre.*

CAPÍTULO V



Como elemento central de um sistema complexo, que envolve não somente o leitor, mas a cadeia de produção e diversos outros atores e instituições importantes, como a biblioteca e a escola, o livro articula-se como um dispositivo potente na conformação do espaço mental que foi, desde o renascimento, o da modernidade racionalista. Pelas suas qualidades intrínsecas, que se manifestam na sua fisicalidade, nas estruturas lógicas que essa fisicalidade permite engajar e nas complexas conotações simbólicas de que está investido, cujo teor antecede, inclusive, seu uso propriamente moderno, o livro tem, como escreve sobre os dispositivos Agamben (2005), a capacidade de orientar, *determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes*.² Deste modo, colocar um texto sob a forma de um livro impresso aciona um complexo sistema de significação e insere o leitor em um igualmente complexo processo de subjetivação, que se organiza através de sua materialidade e conforma um espaço de relação do homem com o conhecimento do mundo.

Por dispositivo, Agamben (2005) nomeia os objetos que reúnem consigo um tamanho poder de significação dentro do espaço discursivo do homem que o fazem reguladores da sua própria conduta. Este termo, ele recupera do uso disseminado que Michel Foucault dele fez em sua própria obra. Através da sua utilização, Foucault procurava significar uma rede que reunia virtualmente quase tudo, “*um conjunto resolutamente heterogêneo englobando discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em resumo: o dito, bem como o não dito, esses são os elementos do dispositivo. O dispositivo em si é a rede que é estabelecida entre esses elementos [...]*”³. O dispositivo é, assim, para Foucault, o ponto de nó que reúne as condições de articular um xxx entrelaçamento onde participam vários elementos, entre si mesmos bastante heterogêneos (AGAMBEN, 2005).

Para Agamben (2005), os dispositivos estão entre os segundos dentre as duas classes principais de coisas que abundam na realidade: as substâncias (os seres vivos) e toda a coleção de ritos, práticas e artefatos em que os primeiros estão, de uma forma ou outra, capturados. Estes últimos elementos estão, para o autor, postos em relação com os homens como condição de administrá-los, governá-los e levá-los, de alguma maneira, a uma situação mais confortável. Sob esta perspectiva, os dispositivos contam entre os instrumentos, manifestados em vários dos objetos que abundam em nossas rotinas diárias, que permitem regular e conduzir o cotidiano dos homens, atuando em um sem número de operações que organizam-lhe o repertório comum de símbolos. Como coloca o próprio Agamben (2005),

*Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder e em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e — porque não — a linguagem mesma, que é talvez mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata — provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam — teve a inconsciência de se deixar capturar.*⁴

Através deles, é possível, portanto, influenciar de várias formas a conduta dos seres vivos, ocultando-lhes, contudo, os fortes mecanismos que atuam por baixo, velados pelos poderes que o constituem. O uso dos dispositivos faz nascer, com isto, o sujeito e o processo de subjetivação que desencadeiam é a própria maneira a que chegamos até o que Agamben (2005) chama nossa “hominização”.

Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo-a-corpo entre os vivos e os dispositivos. Naturalmente as substâncias e os sujeitos, como na velha metafísica,

*parecem sobrepor-se, mas não completamente. Neste sentido, por exemplo, um mesmo indivíduo, uma mesma substância, pode ser o lugar dos múltiplos processos de subjetivação: o usuário de telefones celulares, o navegador na internet, o escritor de contos, o apaixonado por tango, o não-global e etc.*⁵

Atuando como um desses dispositivos, o livro sedimentou nas mentes e nos corpos do homem moderno o espaço de um saber que privilegiava a racionalidade e o conhecimento apresentado como linear e resolutivo. Como estrutura material, o livro ajudou a condicionar este processo e trouxe também consigo o forte simbolismo que lhe havia sido atrelado nos longos anos que carregou as verdades cristãs na forma das Sagradas Escrituras, contribuindo para o status autoritário do texto no imaginário da modernidade (DEBRAY, 1995). Como se constituiu, deste modo, em um lugar onde o homem pôde construir sua experiência escriturística (DE CERTEAU, 1988), regulando o mundo e suas relações sociais através da produção de textos calcados em racionalidade e certos de sua coerência interna, o seu acionamento não é, portanto, aleatório mas põe em marcha todos os mecanismos que ajudam a conduzir, a construir e a validar o discurso textual, operando a presença e a edificação de categorias discursivas como a ciência, a política ou a história.

Como permite entrever Debray (1993), o velamento dos mecanismos presentes na própria fisicalidade do livro, que o fazem, com efeito, atuar como um desses dispositivos que precisa Agamben (2005) alimenta-se, já há muito tempo, de uma procura sistemática por separar matéria de espírito, relegando a primeira a uma posição de mera infraestrutura de uma atividade, muito mais potente, de teorização abstrata do mundo. Essa tendência, que, no caso dos livros, procura analisar os textos e os discursos como independentes dos seus suportes materiais, é igualmente comentada por Chartier (2002), para quem ela, na modernidade, assume a forma de uma crença no texto sempre idêntico a si mesmo e de uma estética da obra fincada sobre o seu conteúdo abstrato. Consequentemente, foi comum acreditar-se em um suporte da informação neutro, cuja função seria somente conduzir a informação da mente de um autor ao leitor de maneira a gerar o menor ruído possível. Assim, tornou-se plausível estabelecer a possibilidade de um texto etéreo, isento de qualquer

materialidade, o qual, por *copyright*, pertence a um autor e, isto considerado, pode se manifestar em diferentes plataformas midiáticas (livro, teatro, cinema...) sem nunca perder a sua identidade original. Porém, como coloca Chartier (2002),

*(...) contra essa desmaterialização dos textos que é preciso trazer toda produção escrita, seja qual for seu gênero ou estatuto, às categorias de citação de designação e de classificação de acordo com o tempo e o lugar que lhe são próprios e, ao mesmo tempo, às formas materiais de sua inscrição e de sua transmissão. Esquecer essa dupla historicidade do escrito significa arriscar o anacronismo que impõe aos textos antigos formas e significados que lhes eram totalmente estranhos e que os desfigura, submetendo-os a categorias elaboradas pela estética pré-romântica e pela filologia erudita.*⁶

Desta maneira, para que se possa sustentar que a materialidade do livro funciona, de fato, como um dispositivo é preciso, antes, portanto, compreender que a obra não é jamais a mesma quando inscrita em formas distintas, ela carrega, a cada vez, um outro significado.⁷ Ou seja, as experiências comunicacionais, incluso a escrita, estão em estreita dependência do suporte por meio do qual são apresentadas. Visto sob este ângulo, o acionamento da fisicalidade do suporte, neste caso o códice impresso, é um elemento importante na constituição dos sentidos da informação, tendo, por isso, um lugar destacado na construção do repertório simbólico e, o que é mais importante, das expectativas dos leitores e da comunidade em que está inserido.

*Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados. O mesmo texto, fixado em letras, não é o mesmo caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação. Nasce daí a importância reconquistada pelas disciplinas que têm como finalidade justamente a descrição rigorosa dos objetos escritos e impressos que carregam os textos: paleografia, codicologia, bibliografia.*⁸

Os suportes materiais estão, assim, situados muito além de uma infraestrutura inerte, já que têm papel ativo no modelamento de várias condutas de significação. A crença em um suporte transparente, isento de qualquer

interferência na comunicação, é, deste modo, mais um desejo da modernidade por um saber incorrupto e higiênico do que uma realidade factual, visto que os dispositivos que materializam a escrita são, pelas suas próprias lógicas físicas, capazes de facilitar ou, ao contrário, dificultar o estabelecimento de certos padrões de pensamento, habilidades e práticas que perpassam um amplo espectro da experiência simbólico-comunicacional (DEBRAY, 1993). Compreendendo este papel dos dispositivos de intermediação da informação, Debray (1993) corrobora que há, por conseguinte, na atividade dos sistemas materiais e das cadeias físicas de comunicação uma influência determinante na cocriação do espaço mental que lhes rodeia.

As vias e meios do discurso constituem o objeto de numerosas disciplinas intelectuais, quer se trate dos meios de efetuação, língua, papel, inscrição, de transporte, por exemplo, para a República das letras do séc. XVII, estradas, cavalos, postos de muda para os correios, mala postal permitindo a correspondência de um a outro ponto, entre sábios através de toda a Europa, de estocagem, edições, bibliotecas, etc. No entanto, essas condições são, em geral, pensados pelo pensador como a parte exterior de seu pensamento, seu con-texto. Supor que possam constituir o seu interior; reconduzir o espírito a seus aparelhos, dar a palavra à matéria, ou antes, voltar a dar ao atos do discurso seres materiais; fazer com que o suporte volte a deslizar sob o vestígio, do mesmo modo que o sistema de comunicação sob a mensagem, o corpo constituído sob o corpus textual, é instalar a heteronomia no âmago dos eventos discursivos. É violar sacrossantos hábitos.⁹

O livro em formato de códice, como o meio de efetuação da informação privilegiado no Ocidente desde a ascensão do cristianismo no final do período clássico, esteve, pela sua própria posição como objeto material, profundamente conectado com uma lógica específica de transmissão do conhecimento. Esta lógica atuou condicionando a informação a uma estrutura linear, fixa e delimitada, transparecendo o espaço mental da modernidade e organizando seus princípios epistemológicos, por exemplo, ao dispor, estruturalmente, a argumentação e a administração da prova sob uma base metodológica firme. A sua qualidade material foi, com isso, embebida em diversos signos e construções simbólicas, regulando, orientando e conduzindo o leitor em caminhos

projetados para uma interpretação considerada “correta” da informação. Neste sentido, como coloca o bibliotecário francês Patriçk Bazin (1996),

Outro constrangimento, mais fundamental ainda, estrutura o espaço mental da modernidade, aquele que há no texto, dentro do livro, de ser linear e, acima de tudo, ter um começo e um fim. Por este dispositivo simples, toda uma lógica e — poderíamos dizer — toda uma epistemologia da exposição e da demonstração é implementada. A significação é processual, ela se desenvolve de acordo com uma ordem de razões que visa, em última instância, a uma representação adequada e relativamente estável de uma sequência da realidade.¹⁰

Com efeito, como defende Barbier (2018), a introdução da imprensa na modernidade teve a consequência de transformar o livro em uma espécie de máquina, onde se podia processar um texto (visto como abstrato) em uma fórmula material que antecipava suas expectativas de significado. Este livro-máquina *funciona (...) como um sistema instrumentalizado que assegura a interação entre o leitor e o mundo: o livro e o texto constroem uma máquina capaz de fornecer ao leitor um modelo sobre o qual lhe será doravante possível apoiar seu raciocínio e sua ação.¹¹* Os discursos manufaturados através da maquinaria do livro, por seu turno, adquiriam eficácia e valoração pela qualidade de serem discursos coerentes, lineares e organizados da realidade, apoiados numa rede de princípios metodológicos privilegiados pela modernidade. Dotado destes poderes, *o livro impresso será constituído como principal ferramenta da racionalidade¹² e, com isso, a partir do momento em que a escrita passa a ser, ao mesmo tempo, a condição e o instrumento do saber e que o livro se torna o modelo do mundo, esse modelo será muito mais poderoso na medida em que os livros se multiplicarem e que sua utilização se tornar racionalizada.¹³* A figura do livro foi, em vista disto, capaz de se posicionar dentro de um verdadeiro sistema, que, através da conformação dos seus elementos materiais, conseguia dispor do caráter da informação, de sua relação com um saber institucionalizado e racional e, inclusive, da posição social de seus autores e leitores. À esse sistema, que se organiza em torno do principal suporte de materialização do conhecimento em um determinado momento histórico, Debray (1993) se refere como mídiasfera. No seu centro, resta o fato dominante de conservação dos vestígios que *“designa um meio de transmissão e transporte das mensagens e*

*dos homens, com os métodos de elaboração e difusão intelectuais que lhe correspondem.*¹⁴ Conforme sustenta ainda Debray (1993), para a modernidade, esse centro foi o livro-códice, e, por conseguinte, as complexas estratégias de pensamento e de práticas sociais que atuaram neste espaço apenas são compreensíveis quando se consideram os vestígios materiais que proporcionaram as operações regulares do sistema-livro. Retornamos, novamente, ao caráter indissociavelmente material que a informação carrega. Deste modo, como escreve Debray (1995):

*Da mesma forma, o sentido de um texto não se encontra somente nos termos em que está escrito. Se form is meaning (segundo o bibliógrafo D.F. McKenzie) é porque o material não é indiferente. A escolha de um caractere, o formato, a paginação, o espaçamento entre as palavras, a qualidade do papel utilizado têm também efeitos de sentido, visual e tátil, e essas formas gráficas antecipam o estatuto social do que é apresentado para ser lido (e, portanto, a recepção reservada pelo leitor).*¹⁵

Os códigos não verbais presentes na materialidade do objeto-livro pôde, por isso, como vestígio da sua significação simbólica, ter o pressuposto de enquadrar a informação, direcioná-la a um público determinado e regular o status do texto dentro das categorias de valorização do discurso existentes em um dado momento histórico. Eles estão, desta maneira, no cerne dos mecanismos que o acionam como dispositivo, ao atrelar, por exemplo, a determinados condicionantes materiais expectativas quanto à posição do texto dentro de um quadro social. Assim, elementos como o seu formato, os caracteres de que faz uso, um acabamento mais ou menos esmerado, a presença ou não de determinados dispositivos gráficos como índices, ilustrações ou tabelas, são meios de posicionar um texto dentro de uma regulação social, que terá a primazia de o valorar como produto cultural.

*A hierarquia dos formatos, por exemplo, existe desde os últimos séculos do manuscrito: o grande in-folio que se põe sobre a mesa é o livro de estudo, da escolástica, do saber; os formatos médios são aqueles dos novos lançamentos, dos humanistas, dos clássicos antigos copiados durante a primeira vaga do humanismo, antes de Gutenberg: e o libellus, isto é, o livro que se pode levar no bolso é o livro de preces e de devoção, e às vezes, de diversão.*¹⁶

Este mecanismo de regulação de expectativas não atua, contudo, somente ao nível do texto, percebido como entidade abstrata. Dada a variedade de usos a que foi submetido, e os muitos lugares que ocupou, a mera posse do livro, sua materialização e sua manifestação pública tem, em muitos casos, o interesse de situar o próprio autor ou o leitor em um determinado espaço social, conformando expectativas também quanto a sua valorização como membro de uma categoria social. O intrincado mecanismo que o livro se integra, está, por conseguinte, ele mesmo entranhado em amplo espectro de representações sociais. Isso pode se evidenciar no interesse, manifestado por alguns, em acumular o livro em bibliotecas particulares ou as sutis mensagens extraverbais, buscadas por outros, que se registram no mero ato de portar o livro.

Quando entendemos o texto-suporte como um receptor/transmissor de sentidos atrelados, neste nível contextual, a uma cadeia de significação autoral percebemos que o livro, como objeto de posse, independente da leitura, tem uma significação sócio-cultural bastante elevada. Determinados gêneros literários, assim como, uma gama de autores, obtém dentro do conjunto social um status elevado, transferindo ao portador do livro um status social também elevado. Outrossim, o livro, ademais do gênero e do autor, pode agregar um valor social àquele que o possui, ou o carrega em público. Esta proposição pode ser verificada pelas encadernações suntuosas de diversos livros — que no passado eram presenteados aos monarcas — ou nas estantes ostensivas que podem encontrar em residências luxuosas, onde eventualmente só existem ricas capas de livros com páginas em branco.¹⁷

O trabalho realizado por Silva (2014), intitulado “O papel do livro de mesa na sociedade do espetáculo” é um exemplo contemporâneo desta atuação do livro como vetor de delimitação social. Silva (2014) estudou a exposição pública de uma categoria específica de livros, os *coffee table books*¹⁸, cuja presença, como conclui o autor, faz parte de uma estratégia discursiva na qual, como produto de uma sociedade entremeada pela imagem, a sua mera presença física tem o objetivo de situar o seu proprietário ou o ambiente em que está inserido dentro de uma categoria social e cultural determinada. Para isso, faz uso da suntuosidade de um acabamento material esmerado, pouco importando, o mais das vezes, a própria praticidade da edição ou o fato de ela sequer ser

efetivamente manipulada: no espaço das representações, uma olhadela, onde se nota a sua presença, já é o suficiente para a sensibilização do leitor.

Os livros de mesa ou, aceitemos, coffee table books, são um fenômeno midiático-sociológico contemporâneo. Pode ser que nem todo mundo tenha se dado conta, mas, a partir desta afirmação, é possível concordar, sem muito esforço de memória, que esses títulos fazem parte da vida moderna, pós-moderna, imagética ou seja qual for a definição teórico-interpretativa para os dias de hoje. Estão em lares, espaços públicos, recepções, livrarias, editoriais de decoração, arquitetura e estilo, ocupando mesas de centro e de laterais, prateleiras, estantes, pelos cantos dos cômodos, em pilhas ou isolados, servindo de apoio a algum objeto ou livros para serem folheados. Estejam onde ou como estiverem, sejam lá quais forem os temas por eles abordados, uma constatação é certa: foram colocados ali de propósito, paradoxalmente em busca do interlocutor casual, à vista dos olhos e ao alcance das mãos de quem está de passagem ou permaneça no recinto de modo descompromissado, procurado o que fazer para matar o tempo. Podem até não ser tocados, mas são efetivamente percebidos. E admirados.¹⁹

Viisto que as condições materiais de existência do livro importam sobremaneira na sua posição como elemento simbólico, quem efetivamente controla a sua disposição física tem a vantagem de atuar com mais proximidade na própria manipulação dos mecanismos que o acionam como dispositivo. Desta forma, a rede de atores e instituições que rodeiam a sua feitura, a sua distribuição e a sua estocagem, ou seja, aqueles que, como coloca Debray (1993), constituem propriamente o entorno ampliado da sua midiasfera, são agudamente importantes na sua efetividade como mecanismo simbólico. Ele se efetiva, assim, não através de um isolacionismo, mas muito mais através da teia complexa de relações que entrelaçam sua existência. É bastante dizer que o seu sucesso na modernidade pressupôs não somente leitores, mas também mestre-impressores, redes de comércios e distribuidores, ao lado de editores que selecionassem textos, corretores que o corrigissem, biblioteca onde estocá-los e críticos que os avaliassem.

(...) convém lembrar que a produção, não apenas de livro, mas dos próprios textos, é um processo que implica, além dos gestos da escrita, diversos momentos, técnicas e intervenções,

*como as dos copiastas, dos livreiros-editores, dos mestres-impressores, dos compositores e dos revisores. As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas, como o quer o “novo historicismo”. Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições. O processo de publicação, seja lá qual for a sua modalidade, é sempre um processo coletivo que requer numerosos atores e não separa a materialidade do texto da textualidade do livro.*²⁰

Sob esta perspectiva, da mesma forma que não é possível pensar o livro medieval sem os seus clérigos, monges copiastas e bibliotecas monacais, a sua versão moderna só é pensável junto a um conjunto amplo de artefatos, ocupações e intermediações que viabilizaram, organizaram e, doravante, associaram-se estreitamente à qualidade do pensamento moderno. Tendo como centro o livro-códice ocupando o centro, a mídiasfera onde se organiza a informação na modernidade, conta com vários desses intermediários como partícipes no sistema. Cada um dos artífices que participam da feitura e da cadeia de consumo do livro são, por conta disto, possíveis articuladores e construtores dos significados dos diversos textos que um livro carrega.

Uma exemplo da interferência da cadeia editorial do livro na significação do texto pode ser retirado, como o faz Chartier (2002), da experiência editorial da *Bibliothèque Bleue*. A “Biblioteca Azul” foi um fórmula que, na França entre os séculos XVI e XVII, (...) empregando caracteres usados, utilizando novamente madeiras gravadas que haviam sido abandonadas com o triunfo do *ta-lho-doce*, imprimindo num papel ordinário, fabricado pelos papeleiros da Champagne, publicam livros e brochuras de baixo preço, designados como “livros azuis” — o que é uma alusão ao fato de muitos deles (mas não todos) serem encapados de papel azul.²¹ Conformando-se às expectativas de um público de leitores sem grandes recursos, e trabalhando sobre um corpus de textos heterogêneos, cujos privilégios de edição haviam já expirados, os editores que deram existência à *Bibliothèque Bleue* realizaram um intenso processo de mediação editorial, de maneira a configurarem o código material para a apresentação dos textos nas edições que produziam. Essas edições baratas, apresentadas de um modo

muito determinado, conformavam as expectativas dos leitores quanto aos textos que se colocavam para ser lidos. Como postula Chartier (2002), é esse código material que dará identidade aos impressos da biblioteca, já que os textos que reuniam, pela heterogeneidade do tema e das fontes, não ofereciam por si só nenhum sentido de unidade. A atuação dos editores, como coloca Chartier (2002), ocorreu da seguinte forma:

*De um lado, elas transformam a própria apresentação do texto, multiplicando os capítulos, mesmo que essa divisão não tenha nenhuma necessidade narrativa ou lógica, e aumentando o número de parágrafos. Esse recorte é comandado pela idéia que têm os editores das competências e dos hábitos de leitura do público que procuram atrair — uma leitura freqüentemente interrompida, que exige pontos de referência explícitos, que somente se sente à vontade com seqüências breves e fechadas sobre si mesmas. De outro, as intervenções editoriais encurtam os textos, amputam fragmentos ou episódios considerados inúteis, comprimindo as frases, suprimindo relativas e intercaladas, adjetivos e advérbios. A leitura implícita suposta por tal estratégia de redução é uma leitura que somente pode apreender enunciados simples, breves e lineares. Enfim, os livreiros-impressores de Troyes retiram dos textos seu vocabulário escatológico, suas alusões sexuais e suas fórmulas blasfematórias. Trata-se, portanto, de censurar os textos de acordo com as normas da decência e da religião propostas pela Reforma católica.*²²

Como se vê, no processo de mediação, os conformadores do livro de- tiveram, muitas vezes, a possibilidade de introduzir diversas interferências no texto, as quais não raro condicionavam fortemente os seus sentidos. Isso podia se fazer, inclusive, sem a menor participação do autor original daquele texto, o que quebra de alguma forma a assunção moderna do autor original e controlador absoluto da sua obra. Além disto, através das escolhas que faziam davam materialidade a um repertório compartilhado de expectativas quanto a posição das diversas edições no espaço social.

Os editores (ou seja, o livreiro ou o impressor que decide publicar uma obra, que publica um livro), sem necessariamente controlar a própria forma dos textos, entregues às preferências dos autores, dos copistas, dos corretores e dos compositores, desempenharam,

*contudo, um papel essencial na mediação cultural inventando as fórmulas capazes de associar repertório textual e capacidade produtiva.*²³

Desta forma, o livro, ocupando um espaço central dentro de uma rede ampla de atores preocupados com o controle dos seus significados, é o produto final e um dos mais importante daquilo que Chartier (2002) chama de a “ordem do livro”, termo que reúne em si o conjunto das instituições e dos atores que são acionados na confecção, difusão e estocagem do livro. Chartier (2002) procura realçar que o processo de sua publicação implica sempre uma pluralidade de lugares, técnicas, máquinas e indivíduos. Como coloca Chartier (2008) o primeiro é dado pela pluralidade das intervenções implicadas na publicação dos textos. Os autores não escrevem os livros, nem mesmo os próprios. Os livros, manuscritos ou impressos, são sempre o resultado de múltiplas operações que supõem decisões, técnicas e competências muito diversas. Se o significado do texto, na modernidade, tem a ver com a sua constituição material do escrito, o interesse em lhe conformar as condições materiais é uma tarefa que envolve muitos atores, todos os quais, em maior ou menor medida, contribuem para acioná-lo como dispositivo para a validação dos textos como legitimamente incluídos numa rede de regulação e mediação do escrito.

— NOTAS —

¹ DERRIDA, 1997, N.P [TRADUÇÃO LIVRE] *Support, sujet, surface, marque, trace, gramme, inscription, pli, ce furent aussi des thèmes – auxquelles me tenait la certitude tenace, depuis toujours mais de plus en plus justifiée, confirmée que l’histoire de cette “chose, cette chose sensible, visible, tangible donc contingente, le papier, aura été courte. Le papier est à l’évidence le sujet fini d’un domaine circonscrit, dans le temps et dans l’espace, d’une hégémonie qui délimite une époque dans l’histoire de la technique et dans l’histoire de l’humanité.*

² AGAMBEN, 2005, PÁG. 13.

³ FOUCAULT, 1977 APUD AGAMBEN, 2005, PÁG. 09.

⁴ AGAMBEN, 2005, PÁG. 13.

⁵ AGAMBEN, 2005, PÁG. 13.

⁶ CHARTIER, 2002, PÁG. 64.

⁷ CHARTIER, 1999, PÁG. 191

⁸ CHARTIER, 2002, PÁG. 62

⁹ DEBRAY, 1993, PÁG. 78.

¹⁰ BAZIN, 1996, PÁG. 12 [TRADUÇÃO LIVRE] *Une autre contrainte, plus fondamentale encore, structure l'espace mental de la modernité, celle qu'a le texte, dans le livre, d'être linéaire et, surtout, d'avoir un début et une fin. Par ce simple dispositif, c'est toute une logique et – pourrait-on dire – toute une épistémologie de l'exposition et de la démonstration qui est mise en œuvre. La signification y est procédurale, elle s'y développe selon un ordre des raisons qui vise à aboutir, en fin de compte, à une représentation adéquate et relativement stable d'une séquence de réalité.*

¹¹ BARBIER, 2018, PÁG. 337

¹² BARBIER, 2018, PÁG. 337.

¹³ BARBIER, 2018, PÁG. 337.

¹⁴ DEBRAY, 1993, PÁG. 243.

¹⁵ DEBRAY, 1995, PÁG. 101.

¹⁶ CHARTIER, 1999, PÁG. 8.

¹⁷ FARBIARZ ET FARBIARZ, 2010, PÁG. 133.

¹⁸ Categoria de livro profusamente ilustrado, geralmente contendo reproduções de arte figurativa, com alto acabamento material e exposto em espaços de circulação.

¹⁹ SILVA, 2014, PÁG. 13.

²⁰ CHARTIER, 2007, PÁG. 12.

²¹ CHARTIER, 2002, PÁG. 70.

²² CHARTIER, 2002, PÁG. 75.

²³ CHARTIER, 2008, PÁG. 14.

SUMÁRIO



Conclusão	vii
Bibliografia	xi
Capítulo I	3
Capítulo II	23
Capítulo III	32
Conclusão IV	68
Capítulo V	79
Agradecimentos	i
Introdução	iv

AGRADECIMENTOS



Gostaríamos, primeiramente, de agradecer a Deus, o que é comum nestes casos e achemos que seja justo e merecido.

Agradecemos às nossas mães e nossos pais, por tudo e por algo mais.

Agradecemos à nossa orientadora, Camila Barros, pela paciência, pela contenção de danos, pelo sábio adoçamento de verdades dolorosas e a delicadeza no convívio com nossas lógicas sem rigor nem coesão.

Agradecemos às nossas três amigas, contadas dentre o total de cinco que possuímos, Maria, Patricia e Emanuely, pelos parcialmente bons conselhos e a calma em lidar com nosso temperamento melodramático e instável.

E agradecemos, por fim, as duas que restaram, Rebecca e Sthefany, por terem, em inúmeras ocasiões, ocupado o papel vago de professores e nos ensinados que a única coisa que vale o esforço aprender nesta vida é como correr desesperadamente atrás da lua — ainda que se saiba nunca poder alcançá-la.

RESUMO — RÉSUMÉ



Com a presença cada vez mais ubíqua de dispositivos eletrônicos servindo como transmissores da informação, as modalidades e as formas de acesso ao conhecimento, até então intimamente ligadas à cultura do impresso, foram profundamente modificadas. Neste contexto, propõe-se investigar como se deu a relação entre a materialidade do livro-códice e algumas das políticas e estratégicas de estruturação do pensamento e apresentação do conhecimento que se permitiram ser conectadas a sua fisicalidade. A pesquisa tem um viés bibliográfico, cotejando autores diversos como forma de melhor precisar a posição material e simbólica do livro na modernidade. Usou-se o conceito de dispositivo, retirado de Foucault e ampliando pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, para compreender como o livro se articulou como um mecanismo de formatação e posicionamento simbólico da informação na sociedade moderna, o que se associa estreitamente à mística do conhecimento racional, linear e metodologicamente acionado através de dispositivos materiais incluídos na materialidade da página impressa.

Avec la présence toujours omniprésente de dispositifs électroniques servant d'émetteurs d'informations, les modalités et les formes d'accès à la connaissance, jusque-ici intimement liées à la culture de l'imprimé, ont été profondément modifiées. Dans ce contexte, il est proposé d'examiner comment a été engendré la relation entre la matérialité du livre au format de codex et certaines des politiques et stratégies de structuration de la pensée et de présentation des connaissances qui se permettait de se connecter à leur matérialité. La recherche comporte un biais bibliographique, comparant plusieurs auteurs afin de mieux préciser la position matérielle et symbolique du livre dans la modernité. Le concept de dispositif, emprunté à Foucault et élargi par le philosophe italien Giorgio Agamben, a été utilisé pour comprendre comment le livre a été articulé en tant que mécanisme de formatage et de positionnement

symbolique de l'information dans la société moderne, étroitement associé à la mystique du savoir rationnel, linéairement conduit et méthodologiquement déclenché à travers des dispositifs matériels inclus dans la matérialité de la page imprimée.

INTRODUÇÃO



Como teve a oportunidade de registrar o importante historiador do livro Henri-Jean Martin (1993), *O livro já não exerce o poder de que dispôs antigamente, já não é o mestre de nossos raciocínios e sentimentos em face dos novos meios de informação e comunicação*. Através deste pequeno trecho, ficamos informados que, com a possibilidade, cada dia mais presente, de virtualização dos suportes de transmissão do conhecimento, novos modelos de relação com a cultura escrita são alcançados, oferecendo novos significados ao uso e ao valor que atribuímos a suportes, como o livro impresso, que, outrora, estiveram entre os principais veículos de transmissão do conhecimento escrito.

Temos, seguramente, reservado ao livro, tido como o artefato que materializa de alguma forma o escrito, um lugar simbólico importante; desde, por exemplo, uma daquelas primeiras tabuletas de argila, que serviram como suporte aos primeiros sinais gráficos, à infância da linguagem escrita e, por conseguinte, de um modelo complexo de civilização, de memória e de transmissão do conhecimento. Em formato de códice, utilizado com maior pendor por uma cristandade incipiente no momento de desagregação do império romano e feito inviolável pela sua associação às Sagradas Escrituras na Idade Média, esteve, na modernidade, ao centro de um intrincado sistema de codificação, transmissão e divulgação de um saber sempre relacionado à racionalidade do homem e a sua pretensão de explicar o mundo com justiça e eficácia.

O surgimento de novos suportes para o escrito, como alude H.J. Martin (1993), não fez mais do que desorganizar esta sua posição privilegiada. Este reposicionamento simbólico parece-nos uma excelente ocasião para precisarmos com maior clareza as especificidades e, principalmente, os condicionamentos operados em algumas das estruturas da nossa sociedade por um suporte — como o é o livro-códice — que vem servindo como principal meio de propagação do conhecimento por quase toda a história recente do homem ocidental.

Tais condicionamentos só podem ser reais e operativos, contudo, se assumirmos que os diversos suportes de informação ligam-se intimamente à forma como apreendemos, recebemos e organizamos o conhecimento. Ele nunca é isento de significados, já que participa profundamente na construção deles. Assim, uma tabuleta de argila possibilitou ao homem organizar e transmitir a informação de uma forma que não foi a do rolo nem a do códice e cada uma dessas formas teve uma importância na maneira como se articularam as estratégias de exposição do pensamento daqueles que, de alguma forma, utilizaram-na.

No caso do códice impresso, a sua estrutura intrínseca, seu sistema de dobras, seu formato compacto, a capa que o delimita, todos seus elementos morfológicos acabaram, por várias vias, a condicionar a maneira como a informação foi direcionada aos olhos do leitor moderno, enquadrando-a em um plano discursivo mais ou menos seguro, que esteve em consonância com as fórmulas de pensamento privilegiadas pelas sociedades que dele fizeram uso ostensivo. A sua materialidade não lhe foi, portanto, incidental, mas o integrou em um propósito, manifestando uma oportunidade habilmente explorada para um controle mais minucioso sobre a informação.

Com este trabalho, estamos interessados em investigar como se deu esta relação entre a materialidade do livro-códice e algumas das políticas e estratégias de estruturação do pensamento e apresentação do conhecimento que podem ser conectadas a sua fisicalidade.

Como dispositivo físico, além de tudo, atrelaram-se ao livro uma miríade de conotações simbólicas, que foram sendo construídas através dos diferentes usos a que foi submetido no percurso do tempo. Neste sentido, importa-nos, igualmente, saber o que absorveu dos lugares, ora de sacralidade, ora de cotidianidade, que ocupou antes do seu uso expansivo a partir da imprensa, principalmente no seio da Europa Católica no período medieval. E como conseguiu, depois disso, cooptar nuances desses simbolismos para erigir em seu entorno um espaço de gestão e produção do conhecimento, contribuindo para distribuir e validar um conhecimento intimamente associado com a materialidade de seu suporte. Usando um termo delimitado pelo filósofo italiano Agamben (2005) depois de Foucault, buscamos, assim, também, entender

como que pôde ser articulado como um dispositivo cultural, acionando, conjuntamente com seus espaços de produção e circulação, uma rede de atores, práticas e significados, intimamente conectados com a mística do saber e do conhecimento racional na modernidade.

JUSTIFICATIVA

A justificativa mais sincera do porquê empreendemos esta pesquisa está no fato de que o livro, como objeto material, sempre ocupou nas nossas vidas um lugar de fascínio. Encontramos nele algo que nos coça profundamente o coração, faz-nos suportar até as rotinas mais cansativas e pulsa todos os nossos neurônios preguiçosos: livros, muitos livros; desses de papel, capa e lombada, toques, cheiros, texturas, vermelhos e olhares de desejo. Por conta deste nosso impulso, não é incomum que gastemos parte importante de nossas rotinas diárias percorrendo as galerias de livrarias em Fortaleza. Compreender, mesmo que pouco, os fios em que estão armadilhados esse nosso desejo pelo livro é o que nos tem, portanto, em grande medida motivado a produzir este trabalho.

Conjuntamente a isto, a estabilidade formal deste objeto, os seus fundamentos, a sua validade, as suas torções, dobraduras e imposturas formam um emaranhado de constrangimentos físicos e simbólicos, cujo teor julgamos válido e importante de se precisar.

Assim, pesquisar a materialidade do livro nos parece como de grande interesse para se compreender o espaço que ocupou na moldagem simbólica da nossa sociedade e a sua influência nos sentidos e caminhos da informação. Através desse tipo de pesquisa, estaremos melhor capacitados para entender o papel que aspectos materiais retém no processo de produção de sentidos, interessando desde áreas de produção e projeto do objeto-suporte em si, como o *Design*, até áreas como a Sociologia ou a Antropologia, que procuram compreender o seu papel social e a sua influência dentro da nossa cultura material. Conhecer as implicações de significado articuladas na construção material de qualquer artefato é, ademais, de muita valia aos seguimentos de qualquer projeto que tenha por objetivo justamente a confecção de um ar-

tefato semelhante. Tendo isto em mente, procuramos dar ao nosso campo de atuação social, nomeadamente o Design Editorial, no propósito de projetos mais conscientes, algumas humildes contribuições no entendimento do que seja o livro e de como ele se articula como dispositivo simbólico. Finalmente, em uma sociedade deslumbrada e corroída pela mediação digital, perceber como operou a materialidade do livro-códice pode nos ajudar a entrever o papel que pode ainda desempenhar na contemporaneidade, principalmente através dos simbolismos que se permitem ser incluídos nos projetos de sua existência material.

REFERENCIAL TEÓRICO - METODOLÓGICO

A pesquisa tem um caráter exploratório, procurando contribuir para um maior entendimento do lugar do livro físico na contemporaneidade e a maneira por meio da qual sua materialidade importou na forma como pôde conduzir a informação e se articular como dispositivo simbólico. Foi conduzida primordialmente sob um viés bibliográfico, cotejando historiadores clássicos do livro, como H.J Martin e Elisabeth L. Eisenstein, além de outros como Roger Chartier e Michel de Certeau. Servimo-nos, também, dos trabalhos de materialologia e midiologia de Régis Debray e do conceito de dispositivo delimitado por Foucault, cujo uso aqui se faz principalmente através da ampliação que fez dele o filósofo italiano Giorgio Agamben. Ao lado desses, revisamos ainda outros interessantes trabalhos que trataram de vários aspectos que permearam o uso do livro impresso. Barbosa da Silva (2015), por exemplo, fez um interessante trabalho estudando o livro de mesa como dispositivo de reconhecimento sociocultural. Robson Macedo (2013) propôs outro, intitulado *Da tinta ao pixel: a influência das materialidade dos suportes na experiência de leitura*, onde percorre os caminhos da materialidade como protagonista do ato de leitura. Gabriela Oliveira (2016) tratou, de forma semelhante, da materialidade do livro em um dissertação de mestrado nomeada *O design na construção de livros: a coleção particular da editora Cosac Naify*, onde analisa o projeto de design com forte apelo material da editora brasileira Cosac Naify. Fernande (2011) estudou, por fim, o livro em uma monografia intitulada *O livro e a angústia: o lugar do impresso na*

cultura de mediação digital, no qual discorreu precisamente sobre o papel do livro de papel na sociedade contemporânea.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Inicialmente, procuramos organizar um entendimento dos diferentes formatos que assumiu o livro no decurso do tempo, tentando compreender como variou suas apropriações de uso e funções simbólicas. Isto está disposto nos dois primeiros capítulos do nosso trabalho. No terceiro capítulo, buscamos delimitar como o códice influenciou a apresentação do conhecimento escrito no Ocidente, ajudando a organizar a informação e dispô-la dentro de um quadro de linearidade e racionalização. Quando chegamos ao capítulo quarto, investigamos com quais conotações simbólicas o livro foi investido na sua passagem de manuscrito a impresso durante a primeira modernidade. Por fim, no capítulo quinto, procuramos demonstrar como a materialidade do livro importou na construção de discursos textuais e como, através dela, ele pôde se constituir, na modernidade, em um potente dispositivo cultural.